



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

Nº. 27/2009

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 48/2018)

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, *Campus* de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 13 de maio de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, no *Campus* de Palmas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 13 de maio de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 48/2018)

**PROJETO
PEDAGÓGICO
DO
CURSO
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ABRIL/2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS – CUP
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Reitor

Alan Kardec Martins Barbiero

Vice-Reitor

José Expedito Cavalcante

Pró-Reitora de Graduação

Isabel Cristina Auler Pereira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

Marcio Antônio da Silveira

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Marluce Zacariotti

Pró-Reitora de Administração e Finanças

Ana Lúcia Medeiros

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Rafael José de Oliveira

Pró-Reitor de Assuntos Estudantil

Pedro Albeirice da Rocha

Diretor do campus Universitário de Palmas

Aurélio Pessoa Picanço

Coordenadora do Curso

Yolanda Vieira de Abreu

CORPO DOCENTE

Adriano Firmino Valdevino de Araújo
Adriano Nascimento da Paixão
Aline de Oliveira Silva
Alivínio de Almeida
Ana Lúcia de Medeiros
Andrés Lázaro Barraza de La Cruz
Cid Olival Feitosa
Claudomiro Moura Gomes André
Erica de Melo Silva
Elvio Quirino Pereira
Fernado Jorge Fonseca Neves
Francisco Patrício Esteves
Frederico Poley Martins Ferreira
Higino Julia Piti
Jean dos Santos Nascimento
Joaquim Eduardo Manchola Cifuentes
Katia Maia Flores Barros
Nilton Marques de Oliveira
Marcos Antonio Dozza
Waldecy Rodrigues
Yolanda Vieira de Abreu

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFT é o resultado de uma proposta iniciada na gestão do curso do Prof. MSc Francisco Patrício Esteves, tendo como coordenadora do PPC a Profª MSc Aline de Oliveira Silva e concretizada na Coordenação atual da Profª Drª Yolanda Vieira de Abreu, e depois minuciosamente sistematizado e atualizado pelos professores MSc Nilton Marques de Oliveira (Coordenador), MSc Marcos Antonio Dozza, MSc Fernando Jorge Fonseca Neves e por demais membros do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFT.

SUMÁRIO

PARTE I – DA UNIVERSIDADE E DA PROFISSÃO	
1. - MARCO INSTITUCIONAL	8
1.1 - APRESENTAÇÃO	8
1.1.1. Contextualização do Curso	8
1.2 - HISTÓRICO DA UFT	8
1.2.1. A UFT no Contexto Regional e Local	11
1.3 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS	12
1.4 - MISSÃO	14
1.5 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO EDUCATIVA DA UFT	18
1.6 - PRIORIDADE INSTITUCIONAL	20
1.7 - PARADIGMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL	20
1.8 - PERFIL DESEJADO PARA OS GRADUADOS DA UFT	21
2. - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
2.1 - AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	23
2.1.1. Histórico e Concepção do Curso	25
2.2 - FORMAÇÃO DO ECONOMISTA	27
2.3 - ATUAÇÃO DO ECONOMISTA	28
PARTE II - DO CURSO	
1. - DA JUSTIFICATIVA	34
1.1 - JUSTIFICATIVA GERAL	34
1.2 - JUSTIFICATIVA SOCIAL DO CURSO	35
2. - ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	36
3. - CONDIÇÕES DE OFERTA	41
4. - REGIME DE MATRÍCULA	41
5. - PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO	41
6. - AVALIAÇÕES E DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO	42
7. - PROCESSO SELETIVO	42
PARTE III - DO PROJETO PEDAGÓGICO	
1. - CONCEPÇÃO DO CURSO	44
2. - OBJETIVOS DO CURSO	44
3. - PERFIS PRETENDIDOS	45
4. - COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	48
5. - DIRECIONAMENTO DO EIXO EPISTEMOLÓGICO	49
6. - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	49
7. - ESTRUTURA CURRICULAR	69
7.1 - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	69
7.2 - DISCIPLINAS OPTATIVAS	71
7.3 - INTEGRALIZAÇÃO	72
7.4 - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	72
7.4.1 - Disciplinas Obrigatórias	72
7.4.2 - Disciplinas Optativas	91
8. - FORMAÇÃO ACADÊMICA E ADEQUAÇÃO DOS DOCENTES AO CURSO	107
8.1.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	107
9. - ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	109
9.1 - COORDENAÇÃO - ATUAÇÃO DO COORDENADOR	109

PARTE IV – INSTALAÇÕES SERVIÇOS	
1. – INSTALAÇÕES	116
1.1. – GERAIS	116
1.2 – ADMINISTRATIVAS	117
1.3 - SALAS DE AULA	118
1.4 – SALAS PARA EVENTOS	121
1.5 – ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES	121
1.6 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	121
2 – BIBLIOTECA	122
2.1 – ESPAÇOS FÍSICOS	123
2.2 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO	124
2.3. – INFRA-ESTRUTURA	126
2.4 – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	126
3. - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS	127
3.1 – INFORMÁTICA	127
3.2 – ESPAÇO FÍSICO	127
4. – SERVIÇOS	128
4.1 – INFORMÁTICA	128
4.2 – AUDIOVISUAL E MULTIMÍDIA	128
4.3 – REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	129
5.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
6 ANEXOS	130
6.1 – REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	131
6.2 – NORMAS REGULAMENTADORAS DO TCC DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	139
6.3 – REGIMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	150
6.4 – CURRÍCULUM VITAE DO CORPO DOCENTE	157
6.5- NORMAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	191
6.6 – QUADRO GERAL DE EQUIVALÊNCIAS DAS DISCIPLINAS	194
6.7. MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO TCC	199

PARTE I - DA UNIVERSIDADE E DA PROFISSÃO

1. - MARCO INSTITUCIONAL

1.1 – APRESENTAÇÃO

Nome: Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Sede: Av. NS 15, ALCNO 14, Campus Universitário

Telefone: (63) 32328026

Sítio: www.uft.edu.br

1.1.1. Contextualização do Curso

- **Nome do Curso:** Ciências Econômicas
- **Modalidade do Curso:** Bacharelado
- **Ato Legal de Reconhecimento do Curso:** Portaria MEC nº 588/2006, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 12/09/2006.
- **Número de Vagas:** 80 anuais
- **Turno de Funcionamento:** Matutino e Noturno
- **Diretor do Campus:** Aurélio Pessoa Picanço
- **Coordenador do Curso:** Yolanda Vieira de Abreu

1.2 - HISTÓRICO DA UFT

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros,

teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003,

na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2.1. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos

cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando

estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 – ELEMENTOS ESTRUTURAIS

A estrutura organizacional da UFT é determinada pelo Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e se encontra em consonância com os pressupostos nos **TÍTULO II – Da Estrutura e Constituição da Universidade:** (Capítulo I – Disposições Preliminares, Capítulo II – Dos *Campi* Universitários); **TÍTULO III – Da Organização Universitária:** (Capítulo I – Da Administração Superior: seção I: Da Assembléia Universitária, seção II: Do Conselho Universitário, seção III: Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, seção IV: Da Reitoria, seção V – Do Conselho de Desenvolvimento da UFT; **CAPÍTULO II – Da Administração das Unidades Universitárias e TÍTULO IV - Das Atividades Universitárias.**

Para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Fundação Universidade Federal do Tocantins estruturar-se-á em *campi* Universitários, unidades perfeitamente definidas, com funções próprias e

organização semelhante, instituídos como órgãos abertos a toda a entidade.

1.3.1- Estrutura Político-Administrativa da UFT

Segundo o Estatuto da Fundação UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1.3.1.1 - Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

1.3.1.2 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

1.3.1.3 - Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

1.3.1.4 - Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT, estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art.20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art.22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estão estruturadas em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art.24).

1.3.1.5 - Conselho do Diretor: é o órgão dos *campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art.26).

1.3.1.6 - Diretor de Campus: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT.

1.3.1.7 - Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no artigo 37 do Estatuto da UFT.

1.3.1.8 - Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art.36). Suas atribuições estão previstas no artigo 38, do estatuto da UFT.

1.3.2 - Dos *Campi* Universitários

Os *Campi* Universitários são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão em múltiplas áreas do conhecimento. Aos *Campi* estão vinculadas as áreas de graduação e pós-graduação, bem como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Os *Campi* terão uma organização acadêmica não burocrática, responsável pela operacionalização didático-científica, além de administrar a distribuição de pessoal. Os *Campi* terão unidades orçamentárias, dispondo de autonomia relativa, de acordo com as normas pertinentes:

1. *Campus* Universitário de Araguaína;
2. *Campus* Universitário de Arraias;
3. *Campus* Universitário de Gurupi;
4. *Campus* Universitário de Miracema;
5. *Campus* Universitário de Palmas;
6. *Campus* Universitário de Porto Nacional;
7. *Campus* Universitário de Tocantinópolis.

O atual diretor do Campus universitário de palmas é o professor Dr. Aurélio Pessoa Picanço.

1.3.3 - Da Administração Superior




1. Assembléia Universitária;
2. Conselho Universitário;

3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
4. Reitoria;
5. Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

1.3.3.1 - Assembléia Universitária








A Assembléia Universitária reunir-se-á ordinariamente, quando do início e do encerramento das atividades letivas, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Reitor, para tratar de assuntos relevantes à vida universitária, para tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Reitor sobre as atividades desenvolvidas no ano letivo anterior e dos planos fixados para o exercício seguinte.

Assembléia Universitária tem a seguinte constituição:

-  Pelos membros do corpo docente;
-  Pelos membros do corpo discente;
-  Pelos membros do corpo técnico-administrativo.


1.3.3.2 - Do Conselho Universitário






O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a funcionar como instância de deliberação superior e de recurso. O Conselho Universitário tem a seguinte constituição:

-  Reitor, que será seu presidente;
-  Vice-Reitor;
-  Pró-Reitores;
-  Coordenadores de *Campi*;
-  2 (dois) representantes da comunidade discente;
-  2 (dois) representantes da comunidade docente;
-  2 (dois) representantes da comunidade de servidores técnico-administrativos.

1.3.3.3 - Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição:

-  Reitor, que será seu Presidente;

-  Vice-Reitor e Pró-Reitores;
-  Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *strictu sensu*;
-  1/5 (um quinto) de representação discente, referente aos demais membros do Conselho;
-  Um representante do corpo docente;
-  Um representante do corpo técnico-administrativo.

1.3.3.4 - Da Reitoria

A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição:

1. Gabinete do Reitor;
2. Gabinete do Vice-Reitor;
3. Pró-Reitorias;
4. Procuradoria Jurídica;
5. Assessoria Especial Estratégica;
6. Assessoria de Assuntos Internacionais;
7. Assessoria de Comunicação Social;
8. Assessoria de Informática.

1.3.3.5 - Do Conselho de Desenvolvimento da UFT






O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição:

1. Reitor, que será seu presidente;
2. Um representante do setor industrial do Estado do Tocantins;
3. Um representante do setor de comércio e serviços;
4. Um representante agropecuário do Estado;
5. Um representante das pequenas e microempresas;
6. Um representante da imprensa;
7. Um representante do Governo do Estado;

8. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores;
9. Um representante do fórum dos movimentos sociais;
10. Um representante dos discentes;
11. Um representante dos docentes;
12. Um representante dos servidores técnico-administrativos.

1.3.3.6 - Da Administração das Unidades Universitárias

O Diretor do *Campus* será eleito pela comunidade universitária de cada *Campus*, com mandatos de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *Campus*. Os *Campi* terão como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado:

-  Diretor do *Campus*, seu presidente;
-  Coordenadores de Curso;
-  Um representante do corpo docente;
-  Um representante do corpo discente de cada curso;
-  Um representante dos servidores técnico-administrativos.

1.3.4. - Das Atividades Universitárias

As atividades universitárias, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão, serão exercidas mediante estrutura e métodos que preservem a integração destas funções, sob a coordenação do curso. As coordenações de terão como órgão deliberativo um Colegiado, formado:

1. Coordenador do Curso, seu presidente;
2. Todos os docentes do curso;
3. 1/5 (um quinto) de representação discente, referente aos demais membros do Conselho;

1.4 - MISSÃO

A Universidade Federal do Tocantins - UFT nasce como a primeira IES pública do estado do Tocantins, com a missão de:

“Produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e com a visão “de que até 2010 a UFT será uma Universidade consolidada, multi campi, um espaço de expressão democrática”.

Com mais de nove mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT mantém 29 cursos de graduação presencial, um curso de biologia, dezenas de cursos de especialização, sete programas de mestrado *stricto sensu*: Ciências do ambiente (Campus Universitário de Palmas, 2003); Ciência Animal Tropical (Campus Universitário de Araguaína, 2006); Produção Vegetal (Campus Universitário de Gurupi, 2006); Agro-ernegia (Campus Universitário de Palmas, 2007); Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Campus Universitário de Palmas, 2007); Ecologia de Ecótonos (Campus Universitário de Porto Nacional, 2007), mestrado profissionalizante em Ciências da Saúde (Campus Universitário de Palmas, 2007). Oferece também os mestrados interinstitucionais (MINTERES) em Recursos Hídricos e Saneamento ambiental (Campus Universitário de Palmas em parceria com a UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Campus Universitário de Palmas em parceria com UnB) e os doutorados interinstitucionais (DINTERES) em História Social (Campus Universitário de Palmas em parceria com UFRJ); Educação (Campus Universitário de Palmas em parceria com UFG) e Produção Animal (Campus Universitário de Araguaína em parceria com UFG).

1.5 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO EDUCATIVA DA UFT

A Missão da UFT se apóia em alguns princípios basilares que fundam e fundamentam a *práxis* da Fundação Universidade Federal do Tocantins, norteando todo o pensar e o agir administrativos e pedagógicos. São três os grandes princípios que nortearão todas as ações da UFT:

1.5.1 - Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Fundamenta-se na idéia de que o saber nunca é acabado e perfeito, mas sempre algo em constante devir; a função primordial do saber é ajudar o homem, como indivíduo e como membro de uma comunidade, a buscar sua realização pessoal e social. Através desse princípio, a UFT demonstrará que, no agir acadêmico inter e transdisciplinar, permite o rompimento do individualismo em todos os níveis de modo a estimular a ética e os ideais de solidariedade humana.

1.5.2 - Princípio da inserção na comunidade

Fundamenta-se na idéia de que a instituição que se aliena dos problemas de sua comunidade, perde, em grande parte, sua própria razão de ser. Sem desconhecer sua vocação universal como geradora e divulgadora de saber, a

peculiaridade de sua localização geográfica exige da UFT uma atenção toda especial aos problemas de sua região, para ser uma das agências atuantes na busca das soluções necessárias. Este princípio também se fundamenta na convicção da importância da formação da comunidade educativa, através da qual a responsabilidade pelo cumprimento da missão institucional está dividida entre alunos, professores, funcionários, administradores e comunidade que, participando crítica e enfaticamente do processo acadêmico, promoverão o exercício da plena cidadania.

1.5.3 - Princípio da qualidade

Fundamenta-se em duas idéias, a primeira de que somente o homem é agente de seu futuro, daí a preocupação com a qualificação constante dos recursos humanos que atuam na UFT e dos que dela saem para atuarem na sociedade. A segunda são as atividades bem planejadas, os recursos materiais (estrutura físicas e equipamentos) e os funcionais que atualizados podem ser importantes instrumentos de qualidade acadêmica. Segundo este princípio, o ensino e a vivência escolar serão conduzidos de modo a criar as melhores e mais apropriadas oportunidades para que os indivíduos se desenvolvam na sua total potencialidade cultural, política, social, humana e profissional e permearão todas as atividades desenvolvidas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.6 - PRIORIDADE INSTITUCIONAL

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, embasada na consciência de que na complexidade e amplitude do saber não é possível alcançar excelência plena em todas as áreas, e que é preciso responder às exigências da comunidade em que se acha inserida, optou por priorizar:

1.6.1 - A educação

Como um dos aspectos mais significativos no atendimento às necessidades de seu meio, buscando tornar-se uma agência de primeira linha na formação e qualificação de recursos humanos para a área educacional, atendendo aos reclames da comunidade e do País, que tanto anseiam por uma educação mais eficaz e de alto nível de qualidade.

1.6.2 - A formação técnico-profissional

Buscando atender às exigências da comunidade, ampliando sua oferta de serviços, colocando-se à disposição da sociedade como preparadora de profissionais competentes com uma consciência ética aprimorada e comprometida com o desenvolvimento regional e nacional.

1.7 - PARADIGMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL

Segundo a UNESCO, as instituições de ensino enfrentarão, no século XXI, os seguintes desafios: Relevância, Pertinência, Qualidade, Financiamento, Gestão, e Cooperação Internacional. Desta forma, as organizações administrativas das instituições devem refletir alguns critérios basilares:

1.7.1 - Eficiência e eficácia

Os métodos e os processos administrativos e pedagógicos devem seguir padrões de planejamento e avaliação segundo indicadores de qualidade anteriormente estabelecidos. A meta, desde o momento de seu credenciamento, é obter padrões máximos de avaliação pelo MEC.

1.7.2 – Relevância

A comunidade acadêmica da UFT, alunos, professores, gestores e corpo administrativo - têm o compromisso de funcionar organicamente. As práticas pedagógicas conscientes, democraticamente discutidas e planejadas, a produção do conhecimento e a inserção na comunidade são caminhos para o aprimoramento individual e coletivo, bem como o rumo para a qualidade dos trabalhos.

1.7.3 - Efetividade

A presença da UFT na comunidade de Palmas, do Tocantins e da Região Norte, voltando toda sua capacidade de instituição formadora e geradora de conhecimento para o aprimoramento da qualidade de vida da população.

Estas posições implicarão na oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação que se relacionem profundamente com as vocações da Região Norte e as do Estado do Tocantins, na identificação dos campos de pesquisa e no estabelecimento de programas de extensão para que a UFT, seja, cada vez mais,

uma presença viva e atuante em seu meio.

1.8 - PERFIL DESEJADO PARA OS GRADUADOS DA UFT

Com base no referencial teórico, exposto anteriormente, deseja-se formar profissionais que demonstrem competências e habilidades comuns para:

- Atuar criticamente nos espaços (tempo da trajetória profissional);
- Resolver problemas com habilidade e atitude científica;
- Atuar de forma comprometida, participativa e competente;
- Empreender um movimento contínuo de aprendizagem;
- Lidar com a incerteza de forma criativa e científica;
- Buscar a interdisciplinaridade no processo de trabalho;
- Utilizar, como instrumento de trabalho, os recursos da comunicação e da informática;
- Refletir sobre a prática, reformulando-a e estabelecendo relações com a teoria;
- Agir com autonomia intelectual e moral;
- Desenvolver o senso do empreendedorismo na prática profissional (**Este item foi retirado do texto formatado**)

2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 – CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Apesar da atividade econômica e os problemas dela resultantes tenham sido alvo que chamasse atenção às comunidades primitivas, o estudo sistemático envolvendo o campo da economia é algo relativamente recente. Na verdade, em todas as épocas da história universal as pequenas comunidades procuraram solucionar de forma eficiente seus problemas de natureza econômica. A economia, somente começou a despontar como ciência, a partir do século XVIII. No século seguinte (séc. XIX) apresentou uma evolução extraordinária, o mesmo foi observado de forma substancial no século passado.

No último século, os grandes avanços ocorridos no campo da economia são atribuídos à eclosão das duas grandes guerras (1914 / 18 e 1939 / 45) e da crise econômica que assolou o mundo ocidental logo após o primeiro conflito entre as nações do velho continente. Em meio às inflações, às depressões, enfim a desordem econômica mundial, muitos economistas e profissionais de outras áreas do conhecimento atenderam o chamamento feito pelos grandes estadistas da época,

que reclamavam soluções para problemas econômicos do pós-guerra. A partir daí a economia passaria a ter grande interesse e que acabaria se manifestando profundamente na formação dos profissionais desse campo do conhecimento.

Como curso integrante das ciências sociais, apresenta atualmente uma matriz curricular que leva ao futuro profissional da área, uma formação teórica, plural e aplicada, proporcionando-o condições necessárias à busca de soluções-alternativas para o enfrentamento dos mais diversos questionamentos de natureza econômica, considerando o dinamismo dos conhecimentos científicos e da complexidade de que se revestem as relações sociais. Assim sendo, a economia é uma ciência social a serviço da construção de um mundo melhor, que dentre seus propósitos, tem o de promover políticas que possam propiciar desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. A formação de um profissional de economia é dotada de uma base científico-cultural sólida, acompanhado de uma visão humanística e preparado para identificar o meio em que vai atuar e nele interferir com eficiência e responsabilidade.

Diante das mudanças constantes motivadas pela nova ordem de desenvolvimento, vivenciado em todos os aspectos da economia global, especialmente no campo da tecnologia de informação, as ciências se preocupam em buscar alternativas capazes de acompanhar as novas transformações de tal sorte a se ajustar a nova mentalidade renovadora. Com base nessa percepção, o Sistema COFECON/CORECON's vem, não somente, desenvolvendo as ações com vistas a assegurar correta atuação do economista e garantir a qualidade dos serviços prestados, como também tem tomados medidas para o aperfeiçoamento do conjunto de normas que rege a profissão.

A combinação do estudo da teoria econômica com disciplinas quantitativas, históricas, sociológicas e filosóficas, a estrutura curricular do curso de economia forma um profissional capaz de captar rapidamente as mudanças sócio-econômicas e assimilar novas técnicas. A nova a essência da formação do economista permite a sua perfeita adaptação a um cenário que se caracteriza pela necessidade de respostas rápidas que retratem uma visão ampla, em diferentes áreas de competências, focadas para:

- Estudar e compreender as teorias que deram origem às Ciências Econômicas, como instrumento de formação histórico-crítica para entender a realidade presente e ter condições de projetar o futuro,

- Estudar as relações econômicas contraditórias dos sistemas econômicos, assim como estabelecer parâmetros ético-científicos de intervenção social a partir do ponto de vista da desigualdade de oportunidades de acesso à renda e aos bens sociais,
- Compreender e analisar criticamente as políticas macroeconômicas implementadas pelas autoridades fiscais e monetárias, tanto no período corrente (conjuntura), quanto do passado (história econômica),
- Entender o crescente fluxo internacional de capitais, e o papel das instituições que o regulam, na definição do grau de liberdade das políticas econômicas nacionais,
- Analisar criticamente o papel e a influência das economias avançadas e as especificidades das economias subdesenvolvidas ou periféricas no cenário econômico mundial, e
- Ter o perfeito domínio e a competência para analisar as teorias microeconômicas, como instrumental teórico capaz de conduzir à interpretação das diversas relações presentes no e dentro do processo produtivo.

2.1.1 - Histórico e Concepção do Curso – caracterização geral e história do curso

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem como embrião o Art. 1º do Decreto Nº 332 de 18 de outubro de 1996, conforme consta no Diário Oficial Nº 556, Pág. Nº 5080 do Estado do Tocantins, onde é autorizada a criação do Curso de Ciências Econômicas para funcionamento em 1997 junto ao Centro Universitário de Palmas.

Neste período, o Curso de Ciências Econômicas passaria, ainda, pela autorização de funcionamento, pelo prazo de dois anos, concedido pelo Decreto Nº 857 de 8 de novembro de 1999, emitido pelo Governo do Estado do Tocantins, ano anterior à Lei que viria instituir a UFT. O Curso de Ciências Econômicas provém do processo de federalização ocorrido em parte da estadual, Universidade do Tocantins (Unitins), e a Universidade Federal do Tocantins criada pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação processo este que teve início no ano 2000, mas, só veio a se consolidar em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares

da Unitins, mantida pelo estado do Tocantins

Em 2006, o Curso de Ciências Econômicas teve seu reconhecimento renovado por meio do Art. 1º da Portaria Nº 558, de 6 de setembro de 2006, conforme seção 1 do Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2006.

Em Junho de 2008 teve início a reformulação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFT, tendo como marcos norteadores o Projeto de Desenvolvimento Institucional 2007 a 2011 (PDI); Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 005/2005 que orienta a elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT e a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

Hoje o Curso conta com um corpo docente composto por 21 professores, sendo que quatro professores mestres encontram-se em processo de doutoramento. Com relação ao vínculo empregatício, de fato são 21 professores concursados e efetivos sendo que 01 professor (Érica de Melo Silva) encontra-se em processo de transferência para outra IFES e 01 (Frederico Poley) com afastamento para acompanhamento de cônjuge por tempo indeterminado. Quanto ao regime de trabalho, apenas quatro professores encontram-se sob o regime de 40 horas e 17 professores como dedicação exclusiva.

2.1.2 - Regulamentação da Profissão

A profissão do economista foi regulamentada por meio da Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951. A Lei dispõe sobre as atividades profissionais, caracterizando o exercício profissional como de interesse social e humano. Assim sendo, especifica que as atividades do economista deverão estar focadas nas realizações de ações orientadas ao planejamento, orçamento, elaborações de projetos e definições de estratégias, visando com isso uma melhor utilização de recursos naturais do País e o alcance de melhor performance da economia em todos seus aspectos produtivos.

A Lei que regulamenta a profissão do economista dispõe sobre o uso do título profissional, sobre o exercício da profissão e sobre suas atribuições. Para tanto, as atividades dos Economistas estão assim especificadas nas áreas de:

Elaboração da Viabilidade Econômica de Projetos, Economia de Empresas,

Orientação Financeira, Mercado Financeiro, Consultoria e Assessoria, Assessoria de Projetos Agroindustriais/Agrobusiness, Desenvolvimento de Projetos de Infra-estrutura, Orientação em Comércio Exterior, Elaboração de Estudos Mercadológicos, Elaboração de Orçamentos, Ensino e Pesquisa, Perícia, Arbitragem, Setor Público, Análise de Conjuntura Econômica e Pesquisas, Consultoria em Fusão, Aquisição e Incorporação de Empresas, Recálculo de Contratos, Estudo e/ou Orientação de Viabilidade Técnico-Econômica, Desenvolvimento e Planejamento Econômico, Criação e/ou elaboração de Projetos para Obtenção de Financiamento, Diversas Assessorias Econômicas.

2.2. - FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ECONOMISTA

Face à rápida evolução por que passa economia mundial em decorrência dos avanços observados em diversas áreas tecnológicas, especificamente no campo da tecnologia da informação fez com que a formação do profissional de Economista passe a merecer uma atenção especial no sentido de acompanhar as transformações ora em processo.

Assim sendo, o Economista ao longo de anos de sua formação, passa por um processo que envolve diversos campos do conhecimento, especificamente, aqueles referentes às áreas de teoria econômica com disciplinas quantitativas, históricas, sociológicas e filosóficas, permitindo desse modo uma estrutura curricular do curso capaz de captar rapidamente as mudanças sócio-econômicas e assimilar novas técnicas. Este aspecto multidisciplinar inerente à formação do economista deve-se a um conjunto de informações indispensáveis para atender novas demandas e consequentemente a qualificação desse profissional, que para o exercício da profissão, necessita de dispor de dados e informações consistentes que lhe permite uma perfeita adaptação a um cenário que se caracteriza pela necessidade de respostas rápidas e também complexas, que retratem uma visão ampla das realidades local, regional e global.

O profissional economista se preocupa com as leis gerais da sociedade e sua evolução, bem como a evolução dos aspectos sobre produção, circulação e distribuição de recursos produtivos. A formação que lhe é conferida tem como

propósito o tornar apto para atividades de planejamento econômico, financeiro e administrativo; desenvolvimento de estratégias; atuar em estudos e pesquisas; análise de mercados e preços; renda nacional; conjuntura econômica; etc.

Com propósitos de assegurar essa ampla formação, as diretrizes curriculares do curso de economia, aprovadas pelo Ministério da Educação, nos últimos anos, tem procurado definir um currículo que abrange, além das disciplinas obrigatórias já tradicionais, a possibilidade de atividades extras que podem dar mais agilidade e novos conhecimentos práticos ao aluno, como é o caso das chamadas Atividades Complementares e do Estágio Curricular, além de reafirmar a obrigatoriedade da Monografia. O economista, mais que qualquer outro cientista, precisa estar constantemente atento à realidade em que atua, de modo a perceber rapidamente os sinais que podem compor novos cenários e definir novas estratégias de atuação para empresas, governos ou investidores individuais.

2.3 - ATUAÇÃO DO ECONOMISTA

Diante das constantes mudanças que vem sendo observados no mundo de negócio, os campos de atuação do economista está se ampliando substancialmente. Não mais está restrito a tradicional atuação de mercado financeiro, de assessoria pública e privada, e do ensino e pesquisa. O profissional de Economia pode optar ainda por se especializar em novas áreas como meio ambiente, terceiro setor, saúde e trânsito. Além disso, a elaboração e avaliação de projetos é um mercado de atuação tradicional do economista que hoje se renova com novas oportunidades geradas por atividades relacionadas com a captação de recursos e formatação de Planos Diretores municipais.

As entidades de classes das quais os profissionais Economistas estão filiados teem realizados ações que visam a garantir a correta atuação do economista, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Os campos para atuação do profissional de Economia são diversos, abrangendo diversos setores de atividades econômicas, a seguir listados:

- a. Indústrias em geral,
- b. Empresas privadas e órgãos públicos,

- c. Empresas de planejamento, assessoria e consultoria de projetos,
- d. Instituições de pesquisas,
- e. Instituições financeiras,
- f. Instituições de ensino superior e de pesquisa.

Esses setores de economia detalhados desdobram-se em variados segmentos de atuação para o Economista:

- a. **Perícia, Arbitragem, Mediação** – realiza perícia econômica ou econômico-financeira consiste em exame, vistoria ou avaliação para constatação minuciosa dos fatos de natureza técnico-científica em qualquer matéria inerente ao campo profissional do economista, podendo ser desenvolvida tanto em processos judiciais, mediante determinação de autoridade judicial competente quanto extrajudicialmente, por solicitação de qualquer pessoa ou autoridade administrativa,
- b. **Auditoria** - o economista realiza avaliação independente, dentro da organização da qual faz parte, tendo por objetivo o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dessa organização; de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do desempenho das áreas em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais,
- c. **Estudos, análises e pareceres pertinentes a Macro e Micro Economia: abrangem** – o profissional em economia elabora planos, programas, projetos; estuda contas nacionais, produto e rendas nacionais, renda familiar e “per capita”; estuda oferta e procura bens e serviços, produtores, revendedores e consumidores; realiza estudos sobre desenvolvimento e crescimento econômico e social; realiza estudos sobre conjuntura, tendências, variações sazonais, ciclos e flutuações, etc.
- d. **Organizações não Governamentais** – as instituições do terceiro setor representam novas perspectivas de atuação para o economista. Os conhecimentos inerentes a sua formação, relacionados à atividade sócio-econômica e ambiental, são determinantes para atuação das ONGs, que

focam o desenvolvimento sustentável.

- e. **Meios de Comunicação** - este é outro campo de atuação que o profissional economista pode estar desenvolvendo. Jornais, revistas, veículos de comunicação on-line, emissoras de televisão e rádio, necessitam de profissionais atualizados, que acompanhem e saibam interpretar as mudanças econômicas globais.
- f. **Consultoria em Fusão, Aquisição e Incorporação de Empresas** - nestes três aspectos, o economista pode avaliar economicamente os empreendimentos, compreendendo a análise dos ativos e passivos, da rentabilidade, das perspectivas de lucros futuro. O mercado de trabalho é bem promissor, mas é restrito aos economistas com esta especialidade.
- g. **Mercado Financeiro** - o economista atua em bancos, corretoras, seguros, distribuidores e no mercado financeiro das empresas. Nos bancos, ele acompanha a conjuntura econômica, realiza estudos de mercado para identificar novos clientes e avalia a concorrência, o planejamento e a programação empresarial frente aos planos econômicos. No setor financeiro, elabora e acompanha fluxos de caixa, orçamentos de investimentos e de despesas correntes, propõe e analisa projetos.
- h. **Assessoria de Projetos Agroindustriais/Agrobusiness** – desenvolve estudos sobre a competitividade das empresas, realiza análise sobre as oportunidades, agroindustriais, definição de custos e preços, mercados de manufaturados (indústria), produção agrícola, preços nacionais e internacionais, concorrência, nichos de mercado, desempenho de bolsas de mercadorias, situação de colheitas, demandas por commodities no Brasil e no resto do mundo.
- i. **Orçamentos** – para esta atividade consiste, ao economista, em elaborar, executar e fazer o acompanhamento físico e financeiro do orçamento. Acompanha a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos, a Lei Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Anual de

Trabalho. O orçamento empresarial também faz parte do setor de atuação do economista. O profissional detalha os gastos/custos a serem feitos com serviços e produtos, bem como especifica os investimentos a serem aplicados ao longo de um determinado período. Este trabalho do economista possibilita a definição de valor/preço, o que contribui para o bom resultado econômico-financeiro da empresa.

- j. **Comércio Exterior** – face à nova realidade por que passa o mundo em termo de economia global, o profissional economista tem amplo campo de atuação no setor. Nesta área trabalha tanto para o governo quanto para empresas privadas, como exportadoras, bancos, indústrias, dentre outras. Realiza diagnóstico das economias de outros países, elabora gráficos comparativos com a situação brasileira, identifica áreas para investimentos e comércio, investiga oportunidades de investimentos, dá consultoria às empresas estrangeiras sobre o processo de privatização brasileiro, avalia condições para o estabelecimento de joint ventures no exterior e outros.
- k. **Desenvolvimento e Planejamento Econômico** – neste campo de atuação, o economista estabelece objetivos e metas de crescimento econômico para provocar o desenvolvimento sócio-econômico. Preocupa-se com os aspectos qualitativos, contribuindo para a melhoria do padrão de vida da população. No que diz respeito ao setor privado, o economista elabora o planejamento estratégico empresarial, desta forma, estabelece metas a serem alcançadas pela empresa e, medidas para implementar tais propósitos.
- l. **Setor Público** – a visão macroeconômica de que se necessita ter para atuar na área do setor público, faz com o profissional de economia seja muito requisitado, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal. As áreas de concentração são: planejamento, orçamento, financiamento, análise da conjuntura econômica e assessoria, de uma maneira em geral.
- m. **Desenvolvimento de Projetos de Infra-estrutura** – a atuação do profissional de economia, nesta área, consiste na elaboração de estudos, implantação de produtos, pré-diagnóstico de gestão empresarial e

avaliação da relação entre cliente e empresa. Avalia os projetos nas áreas de transportes, energia, armazenagem, concessões, telecomunicações, hospitais, escolas, saneamento, habitação e lazer. Formula estratégias para investidores e com operadores tecnológicos, analisa os concorrentes e suas estratégias e elabora os orçamentos das atividades pré-licitatórias.

PARTE II - DO CURSO

1 - DA JUSTIFICATIVA

1.1 - JUSTIFICATIVA GERAL

A nova proposta de reformulação do Projeto Pedagógico para o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins surgiu a partir de um processo de análise, discussão entre os membros do colegiado, da necessidade da redução do tempo de integralização de cinco anos para quatro e anos e meio, e adequação de conteúdo e atualização de disciplinas conforme dados e informações, em que foram identificados importantes referenciais para a sua implementação, são eles:

- A inserção da Universidade Federal do Tocantins na região do Norte do País;
- A necessidade de um curso atual, dinâmico, moderno e de referência na Região Norte;
- O perfil do novo profissional a ser formado.

A proposta curricular procura atender esses referenciais, na medida em que:

1.1.1 - Constitui-se em um centro de reflexão, estudo, debate, pesquisa e análise da realidade, com espírito crítico e criativo, empenhando-se de modo especial no cultivo dos valores humanos e na ética

1.1.2 - Tem como objetivos o desenvolvimento e a manutenção da educação, do ensino e da pesquisa, a promoção da cultura nos planos intelectual, artístico, físico e moral

1.1.3 - Reveste-se de instrumento de realização da vocação integral do homem.

Assim, o objetivo do curso de Ciências Econômicas da Universidade federal do Tocantins será o de formar e capacitar profissionais na aplicação de métodos científicos para solucionar problemas econômicos, ser um agente de mudança social, entender a realidade sócio-econômica, procurar meios de resolver os problemas fundamentais e necessários à subsistência humana, levando em conta especialmente a circulação, a distribuição e o consumo de riquezas.

1.2 - JUSTIFICATIVA SOCIAL DO CURSO

A organização econômica das comunidades e a solução de problemas para sua sobrevivência constituíram desde os primórdios estágios da evolução da espécie humana em matérias primas para a Economia, sendo este um dos importantes ramos da grande família das denominadas Ciências Sociais. Este, tem como propósito, estudos dos problemas decorrentes do desenvolvimento do Homem e da complexidade da organização social.

Em se tratar de um assunto complexo, faz-se necessário recorrer não somente um único campo de conhecimento como a Economia, mas um conjunto de áreas do conhecimento que abordam diferentes ângulos do saber e com distintos métodos de análise. Vale ressaltar, que a ciência econômica para esclarecer a complexidade social, a faz a partir de um esforço sistematizado que visa verificar o que é e como se apresenta o fenômeno econômico e suas implicações com os demais fenômenos sociais de que é apenas uma área integrante do saber.

Uma das preocupações básicas da economia está intimamente relacionada com evolução da vida social do Homem e, como consequência o problema da existência de recursos limitados. Neste contexto a importância das Ciências Econômicas reside em organizar o esforço humano para transformar os recursos dados pela natureza, visando sua eficiente utilização para prover as necessidades individuais e coletivas da comunidade e saciar seus desejos de consumo.

Esse êxito só é possível quando chegam a Economia, as informações de diferentes campos do conhecimento: da Antropologia, da História, da Geografia, da Sociologia, do Direito, etc. A Matemática, a Estatística, a Contabilidade, proporcionam técnicas para o desenvolvimento de trabalho com vistas a aprimorar um resultado confiável. Em dados momentos, todas as ciências sociais convergem para um mútuo esforço no estudo dos fenômenos Sociais.

Em virtude da tendência integradora dos grandes campos do conhecimento, surge a necessidade de fracionar o campo específico da Economia, para atender a necessidade crescente de especialização, visando uma maior profundidade e análise. Assim sendo, para aplicação da teoria a casos concretos de organização social, tem-se a Teoria Econômica, a Política Econômica; para casos que centralizam suas preocupações na absorção, e aplicação pelos governos de uma parte dos recursos disponíveis, tem-se as Finanças Públicas; e assim em diante, para outros níveis do conhecimento.

Para complementar o quadro acima apresentado, toda comunidade humana

organizada, conta com um conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais que proporcionam às atividades geradoras de riquezas desenvolvidas pela sociedade. Essas instituições definem as relações entre as unidades de produção e os centros de disposição dos recursos produtivos, disciplinam as atividades individuais e coletivas, determinam o espaço de atuação, os deveres e as obrigações dos detentores dos recursos; estabelecem normas de conduta para os diferentes setores da atividade econômica.

A operacionalidade dos sistemas econômicos, na solução de cada um dos problemas sociais envolve diversas áreas do saber, dentre as quais o ramo das Ciências Econômicas que exerce um papel relevante na condução de todos os fatores e forças que interferem no fluxo de mobilização de recursos e de produção de bens e serviços para a sociedade.

2. - ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

A Universidade Federal do Tocantins é a mais recente das instituições de superior criado pelo Ministério da Educação. Concebido dentro um modelo novo de gestão de ensino universitário, ela encontra-se presente no Estado, em sete campus universitários, com cursos disponibilizados de acordo com as vocações sócio produtiva de suas regiões.

Possui 43 cursos de graduação e 40 à nível de pós graduação, (28 *Latu Sensu* e 12 *Strictu Sensu*. Conta com mais de 8.590 alunos regularmente matriculados. A cada ano coloca no mercado de trabalho 1.205 profissionais de diversas áreas do conhecimentos, dentro os quais encontra os de economia. Por ser uma Universidade com apenas cinco anos de vida, num Estado relativamente novo, passa a constituir-se em um centro de ensino de referência para a comunidade tocaninense, bem como para a população estudantil do Sul dos Estados do Maranhão, Pará e Piauí, Norte de Goiás e Mato Grosso, e ainda a região do oeste baiano. Essas regiões comportam mais de um milhão de habitantes. Uma boa parcela dos alunos freqüentadores dos cursos ofertados pela Universidade Feral do Tocantins é originária das regiões desses Estados vizinhos.

A capital, Palmas, tem se caracterizado como centro acolhedor dessa população estudantil, justificado pelo número de cursos existentes na cidade, e

também pela oportunidade econômica e social que a mais nova capital da federação oferece, acesso e oportunidades de emprego e renda sediando o maior número de Órgãos Públicos Municipal, Estadual e Federal. Estão presentes, também, empresas de diversos setores produtivos privados de diversos portes, com elevados investimentos e negócios.

O movimento migratório, ainda em processo contínuo, torna claro que o Estado e a cidade capital vêm atraindo populações das regiões vizinhas. Segundo dados oficiais do IBGE (2007), o Tocantins tem 1.340.661 habitantes, o que representa menos de 1% da população brasileira. Porém, ocupa uma área territorial significativa e é considerado o décimo maior Estado da Federação.

Não obstante, Tocantins é um dos estados brasileiros que tem apresentado o mais intenso processo de crescimento, tanto demográfico quanto econômico, com taxas bem superiores às médias nacionais. Palmas tem se apresentado como centro gravitacional da economia de Tocantins e do seu processo de crescimento demográfico, sendo um dos municípios que mais cresce (primeiro no *ranking* do Estado). A cidade apresenta de fato taxas de crescimento demográfico que chama atenção. Em 1991, Palmas possuía um pouco mais de 20 mil habitantes, em cinco anos passou dos 80 mil e, em 2000, chegou a 137 mil habitantes, o que representa um crescimento populacional de 59% entre 1996 e 2000. Utilizando dados da última contagem realizada pelo o IBGE, a cidade de Palmas contava em 2007 com uma população de 178.386 habitantes.

Como conseqüências disso o Tocantins e sua capital precisam estar permanentemente buscando vencer os desafios históricos do crescimento e suas conseqüências para o desenvolvimento econômico.

No que tange o aspecto educacional é possível afirmar que o Tocantins apresentou um crescimento do IDH Educação, na última década do século passado (19,4%), superior ao da Região Norte (13,9%) e, maior ainda do que o do país (12,2%). Esses números sinalizam a importância que o Estado do Tocantins vem priorizando a sua política educacional, visando assegurar não somente um maior número de alunos na escola como também perseguir de maneira sistemática a qualidade do mesmo.

A economia do Estado ainda é pequena em termos nacionais, é a quarta menor do Brasil, tanto em valor total quanto em PIB per capita, representando, em 2006, apenas 0,41% do PIB nacional, índice que vinha oscilando próximo a esse

patamar, nos últimos quatro anos.

Participação dos Estados na formação do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006
Acre	0,19%	0,19%	0,20%	0,21%	0,20%
Amapá	0,22%	0,20%	0,20%	0,20%	0,22%
Amazonas	1,47%	1,47%	1,56%	1,55%	1,65%
Tocantins	0,38%	0,43%	0,43%	0,42%	0,41%
Roraima	0,16%	0,16%	0,14%	0,15%	0,15%
Pará	1,74%	1,75%	1,83%	1,82%	1,87%
Rondônia	0,53%	0,57%	0,58%	0,60%	0,55%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas regionais do Brasil 2003-2006

No entanto, a vitalidade e o potencial da economia do Estado e, especialmente de sua capital, podem ser comprovados pelos dados de valor do Produto Interno Bruto, disponibilizados pela Secretaria Estadual de Fazenda, que indicam quanto do valor da riqueza produzida no Estado. Em 2006, o valor do PIB estadual cresceu R\$9.607 milhões, o que representa um incremento de 6% em relação ao ano anterior. Dentro deste contexto, o crescimento de Palmas foi ainda mais expressivo, porque neste período, sozinha, gerou 14,4% do valor Produto Interno Bruto do Estado.

Os setores produtivos do Estado passam por um processo de expansão que poderá fazer com que o Estado assuma uma posição mais relevante no cenário nacional nos próximos anos. De modo geral, tanto o Estado do Tocantins como a cidade de Palmas, têm experimentado forte crescimento econômico desde a sua criação, apresentam uma série de oportunidades de desenvolvimento negócios, tanto no setor primário, secundário e terciário. Tais oportunidades são reforçadas por uma gama de vantagens comparativas e competitivas importantes, tais como:

- Potencial de solos agricultáveis;
- Disponibilidade de tecnologias produtivas adequadas à realidade da região, na área rural desenvolvida por parcerias com uma série de organizações e capitaneadas pela Secretaria de Agricultura; Unitins-Agro e outras entidades ligadas ao setor primário;
- Abundância de recursos hídricos;

- Grande potencial hidrelétrico e uma atual oferta de energia superavitária;
- Integração de modal de transportes (aéreo, rodoviário e fluvial);
- A construção da Ferrovia Norte Sul que conta com cerca de 50% do seu projeto construído; e
- Posição geográfica estratégica, dentre outras.

Os dados do censo realizado pelo IBGE, em 2000, nos mostram que, da população ocupada da cidade de Palmas: 39% trabalhava no setor de serviços; 17% na administração pública; 15% na construção civil; 14% no comércio; 8% em atividades industriais; e apenas 4% em agropecuária, pesca e extração vegetal (setor primário). Há, portanto, como um quadro característico das capitais das demais Unidades Federativas do Brasil, ampla predominância do setor terciário (serviços e comércio) em relação aos setores secundário e primário. Segundo o Censo SEBRAE 2005, que investiga não a população ocupada mas sim o setor empresarial, se percebe também um claro domínio das atividades de comércio (35%) e serviço (54%), e uma modesta presença do setor secundário/indústria (11%).

O potencial agrícola de Tocantins é elevado, pois 60% da superfície do Estado são de solos agricultáveis e mais de 25% apresentam condições de produção se utilizada a tecnologia já disponível. Atualmente, cerca de 430 mil hectares são utilizados para atividades agrícolas, principalmente na produção de soja, frutas, cana-de-açúcar, milho, algodão e arroz irrigado. Dados da Secretaria de Agricultura do Tocantins, revelam que a sojicultura, principal produto agrícola, apresentou um crescimento de cerca de 84% de produção, no período 2000 a 2005. As condições naturais são consideradas essenciais para o sucesso da agricultura, assim como a logística do escoamento por meio do transporte multimodal em fase de implantação, mais especificamente dos meios hidroferroviários. Contudo, a maior parte da produção agrícola produzida ainda é vendida in natura.

A pecuária tocantinense, explorada, principalmente por meio de bovinos de corte, já representa aproximadamente 70% do agronegócio do estado, ainda que realizada, em sua maioria, na forma extensiva, com técnicas de manejo rudimentares (Seplan, 2003). Com a produção de mil toneladas de pescado por ano, a piscicultura movimenta anualmente cerca de R\$ 3 milhões. Tal atividade, que, em 1989, possuía apenas um produtor, contra os atuais 190, tem capacidade de

expandir a produção em até dez vezes.

Outras atividades merecedoras de destaque são às construção civil, vestuário, turismo e madeira (móveis). O extrativismo mineral ainda é pouco explorado, embora haja reservas minerais de bauxita, calcário, cassiterita, gipsita e ouro. Já o extrativismo vegetal contempla a extração de babaçu, pequi, mamona, castanha-do-pará e madeira de lei.

Face ao quadro da situação econômica exposto, e considerando-se o Tocantins, de um modo geral, é importante ressaltar que em relação ao mercado de trabalho o Estado apresenta boas perspectivas presentes e de longo prazo. Dados do CORECON–TO mostram que atualmente existem no Estado mais de dois mil profissionais de economia, exercendo diferentes tipos de atividades e funções específicas de um economista.

Na esfera pública é onde se concentra maior número desses profissionais, empregados ou contratados para desenvolver projetos, gerenciar orçamento, realizar planejamento e estudos estratégicos, realizar estudos técnicos de ordens diversas com propósitos de subsidiar os governos, nas tomadas de decisões que visem a minimizar erros possíveis nas execuções das ações de interesse público. As empresas de iniciativa privada, vêm absorvendo nos últimos tempos, de forma expressiva quantidade dos profissionais da área, que entram a cada ano no mercado. A procura por esses profissionais deve aumentar à curto prazo, com a conclusão de algumas obras de infra-estrutura para o apoio ao desenvolvimento econômico (usina hidrelétrica do Estreito, a Ferrovia Norte Sul e algumas rodovias), pois o capital privado irá sem sobra de dúvidas demandar dos Governos, incentivos e apoio para implantação de seus projetos, aproveitando recursos e vantagem comparativa que o Tocantins detêm, além da sua infraestrutura viária e localização estratégica.

As atividades econômicas que podem ser consideradas promissoras, no tocante à geração de emprego e que o economista pode atuar são: a) agroindústria (produção de soja, pecuária de corte, piscicultura); b) Indústrias de transformação; c) produção de biocombustíveis; d) fruticultura; e) o reflorestamento; f) os serviços ligados às atividades de apoio ao setor de logística; g) às atividades do setor terciário em geral; e h) o turismo, com ênfase para o ecoturismo, turismo de aventura, cultural e científico.

3. - DAS CONDIÇÕES DE OFERTA

O curso de Ciências Econômicas, objeto deste projeto, prevê a oferta de 80 vagas anuais, sendo 40 no primeiro (noturno) e 40 no segundo semestre (matutino), esse número encontra-se em consenso com o edital do vestibular.

4. - DO REGIME DE MATRÍCULA

O Curso é organizado para matrícula por blocos, com duração semestral (regime seriado semestral). Esta opção é a adotada pela instituição para todos os cursos mantidos.

5. - DOS PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO

A estrutura do curso apresenta 2.280 horas aulas de disciplinas obrigatórias, 180 de disciplinas optativas, 240 do Trabalho de Conclusão de Curso –TCC e 300 horas em atividades complementares, totalizando 3.000 horas aulas, que devem ser integralizadas em, no mínimo, quatro (4) e, no máximo, sete (7) anos. Na nova reformulação o curso tem duração média de 4,5 (quatro anos e meio) aprovada pelo colegiado de curso.

O currículo a ser implantado observa todos os pressupostos da **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO** e está integralmente de acordo com o **Parecer nº. CNE/CES 1362/2001**, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior e com a **Resolução CNE/CES nº. 04, de julho de 2007**, que institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

6. - DAS AVALIAÇÕES E DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art. 4, II, letra d.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação.

O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

7. - DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo observa, genericamente, o que recomenda o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins.

PARTE III - DO PROJETO PEDAGÓGICO

1 - CONCEPÇÃO DO CURSO

Diante de mudanças tão rápidas e profundas advindas dos avanços tecnológicos, especialmente no campo da informação e transporte, as ciências se transformam para acompanhar esse processo, e não é diferente com a economia. O Estado do Tocantins devido sua posição estratégica na região Norte do país, o que vem ocorrendo em consequência do crescimento acentuado da economia, associada à missão da Universidade Federal do Tocantins de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, é que está sendo idealizado o Projeto Pedagógico para o curso de graduação em Ciências Econômicas.

2 - OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins tem como objetivo apresentar e discutir, de forma crítica, as diferentes vertentes do pensamento econômico, suas interdisciplinaridades, seus instrumentos analíticos,

teóricos e quantitativos, seu poder de explicação e aplicação na realidade da economia local, nacional e global.

Objetivos Específicos

Em conformidade com a linha de pesquisas do curso pretende-se formar um profissional que venha:

- Estudar as diferentes vertentes do pensamento econômico;
- Aplicar os instrumentos teórico-analítico enfatizando seu poder de explicação e aplicação na realidade da economia local, nacional e global.
- Estimular o aluno o interesse pelo avanço da ciência, do humanismo e da justiça social;
- Propiciar condições para que o egresso do curso tenha oportunidade de aperfeiçoamento profissional no nível de pós-graduação;
- Manter sintonia com as exigências da sociedade para com o tipo de profissional que está se formando, de maneira a possibilitar um grau satisfatório e modelar a formação oferecida às reais necessidades regionais e do país.

3. FERFIS PRETENDIDOS.

3.1 Perfil do Aluno a ser construído.

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar a formação do bacharel em Ciências Econômicas, com capacitação sólida a compreensão às questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, imbuído de consciência social indispensável ao enfrentamento das situações emergentes, na sociedade humana e politicamente organizada. Pretende-se formar um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, segundo as dimensões de espaço e de tempo, na sociedade brasileira, percebida no conjunto das funções econômicas mundiais.

O Curso de Ciências Econômicas da UFT possibilitará ao futuro profissional, além do conhecimento técnico-econômico e operacional, a formação de uma consciência crítica em relação ao meio que atua, expressar suas próprias idéias,

proporcionando-lhes condições de conhecimento das mais diversas correntes da abordagem econômica, com vistas ao entendimento da realidade onde está inserido e à proposição de alternativas possíveis de solução dos diferentes problemas identificados.

Estas características fazem o Curso de Ciências Econômicas proporcionar uma formação profissional voltada às características da chamada "nova economia" e às constantes modificações de ordem econômica e social por elas operadas. Portanto, possibilitará ao longo do curso:

- **Um aluno crítico e participativo:** através do debate o aluno deve influenciar a estruturação e condução do curso, seja expondo suas opiniões ao professor e aos outros alunos durante as aulas, seja no exercício de sua representação acadêmica, nas reuniões de departamento ou em outras esferas institucionais.
- **Um aluno que valorize a pesquisa:** É necessário romper, através de um trabalho coletivo, e principalmente da metodologia do “grupo cooperativo” a concepção meramente decorativa e passiva do conhecimento científico. Assim, o futuro economista deve aprender a valorizar a busca e articulação reflexiva das informações.

3.2 Perfil Profissional do Egresso

Ao ingressar no Curso de Ciências Econômicas da UFT, o aluno, juntamente com os colegas, o corpo docente e os profissionais das diversas unidades da Instituição, passará a fazer parte de um grupo de pessoas voltados para a sua formação, que compartilharão das atividades durante os anos de formação.

Estas atividades serão voltadas a formar o perfil do profissional, com capacidade social, econômica, empresarial, humanista e religioso .

O Curso de Ciências Econômicas da UFT, volta-se para o perfil do profissional de economia com vistas a formar um egresso apto a completar sua formação ao longo de sua vida profissional. Além disso, entende-se que o aluno não é um produto intencionalmente construído. Ao ingressar em uma instituição de ensino superior, traz consigo traços individuais com os quais deverá construir seu perfil, juntamente com os outros componentes da instituição e dentro da flexibilidade possibilitada pelo currículo e atividades acadêmicas.

Na preocupação de fornecer uma qualificação continuada os egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFT tem a possibilidade de cursar o Mestrado de Desenvolvimento Regional e Agronegócio que é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) e sua base se encontra no Curso de Ciências Econômicas. A pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio objetiva formar pesquisadores e gestores de alto nível, abordando questões referentes ao desenvolvimento regional e agronegócio no Tocantins, no Centro Oeste e Amazônia Legal. O curso estudará os efeitos das cadeias produtivas sobre o desenvolvimento do território, avaliando a possibilidade de incrementos às cadeias produtivas mais sustentáveis.

As linhas de pesquisas são Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Regional. A linha de Cadeias Produtivas aborda os impactos das atividades do agronegócio sobre o desenvolvimento regional, ressaltando de forma conjunta e articulada, aspectos econômicos, sociais e ambientais. Pesquisas podem ser desenvolvidas avaliando efeitos da expansão de commodities e a formação de arranjos produtivos locais, ligados à exploração sustentável dos recursos na região da Amazônia Legal. A outra linha Desenvolvimento Regional estuda temas relativos aos processos sócio-econômicos, culturais e ambientais relacionados às problemáticas da cidade e do campo, considerando os aspectos históricos e sua expressão espacial e temporal. Adicionalmente, propõe investigar a evolução das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional.

O bacharel em Economia deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar:

- **Uma base cultural ampla:** Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social.
- **Capacidade de tomada de decisões:** Para resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação.
- **Capacidade analítica:** Visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

3.3 - Perfil Profissiográfico.

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve formar um profissional capaz de compreender e enfrentar as transformações econômicas e sociais, contextualizadas nas dimensões de espaço e tempo. Desta forma, o bacharel em Economia deve apresentar sólida formação geral e domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar:

- Base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; e
- Domínio das habilidades relativas a efetiva comunicação e expressão oral e escrita

4. - COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As Diretrizes Curriculares Nacionais, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado - em consonância com uma tendência mundial - a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual. Isso implica em uma mudança não pequena por parte da escola, que sem dúvida tem que ser preparada para ela.

As habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades. Já as competências referentes a um conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam, por

exemplo, uma função/profissão específica: ser arquiteto, médico ou professor de química.

Desta forma os graduados no curso de Ciências Econômicas da UFT devem ser capazes de revelar, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- desenvolver raciocínio lógico;
- ler e compreender textos econômicos;
- elaborar pareceres e relatórios;
- utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos sócio-econômicos e ;
- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

5. – DIRECIONAMENTO DO EIXO EPISTEMOLÓGICO

O curso de Ciências Econômicas deve estar estruturado de forma a proporcionar aos profissionais o desenvolvimento de competências e habilidades, tais como:

1. Habilidade em comunicação:

A atividade de economia exige que seus profissionais sejam capazes de transferir e receber informações com clareza dos fatos. Os profissionais economistas devem apresentar e defender suas posições através de exposições formais ou informais, verbais ou escritas. Devem comunicar no mesmo nível que os homens de negócios.

2. Habilidade intelectual:

Quando consultado, o profissional economista deve usar sua criatividade para estruturar e apresentar rápidas soluções dos problemas que muitas vezes não lhe são familiares. Deve, portanto, identificar e, se possível, antecipar os problemas, propondo soluções viáveis. O profissional economista enfrenta constantes desafios e pressões. Conflitos dos processos e políticas econômicas, de variações exógenas e endógenas, são alguns exemplos de situações que o economista terá de conviver ica do pensamento econômico aplicado á realidade brasileira e ao contexto mundial,

de tal forma que o egresso possa revelar: Uma base cultural ampla: Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social.

6. – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A base teórica do curso de Ciências Econômicas da UFT, e por consequência, seus princípios metodológicos se respaldam, como, aliás, ocorre com os demais cursos desta Universidade, nos Princípios Norteadores da Ação Educativa da UFT, tendo como pilares o seu PDI (Projeto de Desenvolvimento institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional) .

6.1 - ENSINO

6.1.2. Currículo

A proposta de integralização curricular do curso de Ciências Econômicas considera a implantação do currículo como experimento que deve ser permanentemente controlado e avaliado, a fim de que possam ser feitas, no devido tempo, as correções que se mostrarem necessárias.

A proposta de organização interdisciplinar se faz pelos recortes em temáticas que agregam abordagens mais amplas do conhecimento/ interdisciplinares, portanto; em direção às mais específicas e particulares de cada disciplina. A distribuição das disciplinas em núcleos temáticos estimula as atividades organizativas dos corpos docente e discente em torno de discussões e reflexões sob a forma de seminários multidisciplinares. Há indicações de que a participação em atividades grupais criativas estimula a aprendizagem cognitiva, tônica dos currículos tradicionais.

Além disso, o Curso de Ciências Econômicas busca um perfil de ensino heterodoxo, pelo que, além da verticalização e encadeamento da grade curricular, dispõe de instrumentos de ensino de correntes de pensamentos econômicos alternativos, fundamentais à formação de um pensador crítico.

6.1.2.1 - Coerência do Currículo com os objetivos do Curso

As disciplinas propostas visam contemplar, basicamente, os objetivos gerais

específicos do curso, atentando para o grupo de disciplinas previstas no currículo mínimo e tendo como pano de fundo a fundamentação teórico-metodológica exposta.

Baseado nessas premissas, o currículo desenvolvido pelo colegiado de Ciências Econômicas, visa possibilitar dimensionar o processo de formação profissional e oferecer ao aluno oportunidade de individualizar, sob a orientação de um professor tutor, o seu projeto de integralização curricular. Deverá estimular, no âmbito das disciplinas, a realização de experimentos práticos e leitura reflexiva de trabalhos publicados em cada área do conhecimento, além de buscar introduzir projetos de pesquisa autônomos.

6.1.2. 2 - Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular do curso contempla o perfil do profissional desejado uma vez que o elenco das disciplinas leva a formação de um Economista com visão generalista e concreta formação econômico-social e humanística, ciente do importante papel que assume frente à sociedade, disposto a continuamente "aprender a aprender" e acompanhar a evolução social, capaz de refletir, criticar e resolver problemas de caráter econômico-sociais e políticos.

6.1.2.3 - Coerência do currículo em face das diretrizes curriculares nacionais

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas obedece aos marcos definidos pela Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação, que introduziu flexibilidade suficiente para que cada instituição, a partir dos parâmetros então estabelecidos, construísse sua grade curricular com as ênfases consideradas adequadas a seu próprio perfil, e a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

Ciente da necessidade de aperfeiçoar o processo de ensino/ aprendizagem na área de Ciências Econômicas e adaptar o curso às mudanças do ensino de economia, o colegiado do curso iniciou esforços para mudar sua estrutura curricular a partir do ano corrente. Para tanto, foi formada uma comissão de professores com o objetivo de elaborar uma proposta de reformulação para o conjunto de disciplinas.

A proposta visa mudar a estrutura curricular, tendo a preocupação em não alterar a orientação pluralista, teoricamente diversificada e multidisciplinar.

6.1.2.4 - Adequação da Metodologia de ensino à concepção do curso

As atividades de ensino-pesquisa e extensão são orientadas no sentido de que estas sejam de fato indissociáveis, rompendo com a estrutura dicotômica observada em muitos cursos, onde de um lado está a teoria e do outro, a formação profissional e /ou a prática. Nesse sentido, as metodologias empregadas são voltadas para o desenvolvimento da capacidade de interpretação crítica da realidade e para o levantamento e proposição de solução para os problemas sócio-econômico-ambientais, a partir dos conhecimentos adquiridos quer pelo processo de ensino, quer pela pesquisa. Assim, a sala de aula se transforma num espaço de assimilação e re-elaboração dos conhecimentos, à comunidade através da execução de projeto.

Neste processo, os alunos têm a oportunidade de colocar os seus conhecimentos a serviço da comunidade e ao mesmo tempo, de buscar dados referentes a esta realidade, com vistas à elaboração de novos conhecimentos. Desta forma, o curso contribui para o cumprimento do papel fundamental da Universidade, que é a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos aplicáveis na solução dos problemas enfrentados pela sociedade.

Os acadêmicos do curso de Ciências Econômicas têm participação efetiva em atividades extraclasse como complementação do estudo acadêmico, bem como a busca de maior integração com a comunidade. Além de outras iniciativas, o Curso dispõe de um projeto periódico (uma semana a cada ano) que possibilita ao aluno o exercício da Organização de Eventos; a participação, como atores, em atividades de divulgação de pesquisa; extensão comunitária via promoção de debates que envolvem temas e grupos sociais cuja temática os afeta; oficinas para discussão discente dos problemas e propostas para o curso; entre outras atividades - A "Semana Acadêmica de Economia".

Como parte do currículo de ciências Econômicas consta ainda atividades voltadas para a integração e aprofundamento dos conhecimentos, desenvolvidos sob a forma de palestras, conferências, fóruns, seminários e congressos.

6.1.2.5 - Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo

A inter-relação das disciplinas se faz pelos recortes em temáticas que agregam abordagens mais amplas do conhecimento interdisciplinar, portanto; em direção às mais específicas e particulares de cada disciplina. A distribuição das disciplinas em núcleos temáticos estimula as atividades organizativas dos corpos docentes e discente em torno de discussões e reflexões sob a forma de seminários multidisciplinares. Há indicações de que a participação em atividades de grupo é mais criativa e estimula a aprendizagem cognitiva, tônica dos currículos tradicionais.

Esses núcleos temáticos são discerníveis em cada fase do curso, e poderão ser em formato de aula-debate, seminários e palestras de convidados externos ao núcleo. Deverão resultar na construção de um debate constante do tema proposto, e uma introdução do aluno na prática reflexiva do conhecimento a ele apresentado. Na sua construção, o colegiado tem papel organizador e diretivo, fazendo-se assim um currículo de grande mobilidade e evolução, atento à demanda local e global do saber.

6.1.2. 6 - Dimensionamento da carga horária das disciplinas

Os conteúdos de formação do Economista são apresentados em disciplinas de 4h/semanais, ou seja, 60 horas aulas semestrais de acordo com a importância que cada disciplina apresenta na formação do profissional, as aulas teóricas e práticas têm duração de 50 minutos. Vale ressaltar que o trabalho de conclusão de curso – TCC tem a carga horária de 240 horas/ semestrais.

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas contempla o seqüenciamento das disciplinas nos respectivos semestres e a carga horária das mesmas. Foi prevista para o curso uma duração mínima de oito (08) semestres e máxima de quatorze (14) semestres, o tempo médio é de quatro anos e meio (4,5), num total de créditos 180 e total de carga horária 3.000 horas/ aula.

6.1.2.7 - Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas

Os programas das disciplinas são revisados e atualizados a cada semestre, por ocasião da semana pedagógica, como forma de subsídio ao planejamento do

semestre seguinte. Isto evita principalmente a sobreposição das mesmas e leva à concatenação e integração dos conteúdos. Os planos de ensino atualizados são apresentados aos alunos da disciplina no início do semestre seguinte.

6.1.2.8 - Adequação, atualização e relevância da bibliografia

Na adequação da bibliografia busca-se prioritariamente referências em português. A bibliografia de cada disciplina é apresentada ao aluno por meio do Plano de Ensino da disciplina, atualizado a cada semestre e apresentado pelo professor no início de cada semestre letivo.

A relevância da bibliografia é observada na indicação das novas edições e publicações, além de trabalhar com os clássicos que são úteis para uma análise da construção dos conceitos hoje apresentados.

6.2.3. Sistema de Avaliação

O sistema de avaliação é um elemento do Projeto Pedagógico do Curso em constante aprimoramento. A UFT propõe o sistema de avaliação cumulativa, processual, individualizada e que contribua, de forma efetiva, na busca da autonomia intelectual. Nesse sentido, o sistema de avaliação deve ser percebido como uma mentalidade a ser construída na medida em que considere as experiências vividas pelos partícipes do processo de ensino e aprendizagem.

6.2.3.1 - Coerência do sistema de Avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção do curso

Uma instituição de ensino superior cumpre dois papéis complementares e, às vezes, conflitantes: dar oportunidade de inserção de seus alunos no mercado de trabalho por meio de uma boa formação profissional e certificar o perfil profissional do egresso. A avaliação deve ser trabalhada nesse contexto de inclusão e certificação. Alie-se a estas dimensões a dinâmica da realidade sócio-econômica atual, evoluindo para um padrão de conhecimento crítico exigindo do profissional não apenas operacionalização mas também crítica e proposição.

Para tanto não são suficientes testes mecânicos que avaliem retenção de conhecimento apenas, mas também mecanismos que avaliem a evolução do comportamento do aluno na direção de uma ética profissional e cidadã e que permitam avaliar também o desenvolvimento de habilidades, competências e saberes esperados no perfil profissional do Economista.

O reconhecimento deste caráter interventivo supõe uma capacitação crítica e analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades técnico-científicas para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições éticas do projeto profissional que a instituição quer formar. Neste contexto, o conjunto dos saberes devem estar consolidado e a sua avaliação processada de modo contínuo, sistemático e cumulativo de forma que o próprio aluno possa beneficiar-se do processo de avaliação e usá-lo como ferramenta de realização de seu crescimento pessoal e profissional e, em última análise, atender as expectativas da comunidade em termos de qualidade do profissional em formação.

6.2.3.2 - Procedimento de avaliação do processo de ensino-aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Regimento Acadêmico da UFT. Desse regimento, destacam-se os seguintes aspectos:

Art. 5 - A unidade básica de planejamento e execução das atividades acadêmicas será o semestre, o qual comportará, necessariamente:

I - tempo para planejamento do semestre;

II - tempo para ministrar as atividades acadêmicas;

III - tempo para apresentação de relatórios, análise, crítica e avaliação das atividades desenvolvidas durante o semestre.

Art. 84 - A verificação do rendimento escolar compreenderá frequência e aproveitamento nas atividades acadêmicas programadas, requisitos que deverão ser atendidos conjuntamente.

§ 1º - Entende-se por frequência o comparecimento às atividades acadêmicas programadas, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas, vedado o abono de faltas, salvo nos

casos previstos em lei.

§ 2º - Entende-se por aproveitamento, o resultado da avaliação do aluno nas atividades acadêmicas, face aos objetivos propostos no respectivo planejamento.

§ 3º - A verificação do aproveitamento e do controle de frequência às aulas será de responsabilidade do professor, sob a supervisão da Coordenação de Curso.

§ 4º - O aluno terá direito a acompanhar junto a cada professor ou à Secretaria Acadêmica, o registro da sua frequência às atividades acadêmicas.

Art. 85 - A verificação do atendimento dos objetivos em cada disciplina será realizada no decorrer do respectivo período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no planejamento das atividades acadêmicas.

Art.86 - Ao aluno que deixar de comparecer a uma das às atividades acadêmicas programadas, na modalidade de avaliação semestral, poderá ser permitida uma segunda oportunidade de repor uma nota, dentro das normas da UFT, que será definida pelo professor da disciplina antecipadamente.

Art. 90 - O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 4,5 (quatro e meio) e inferior a 7,0 (sete) na(s) respectiva(s) disciplina(s), será submetido à avaliação final.

§ 1º - Para aprovação, sem realização do exame final, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota da avaliação final, seja igual ou superior a nota 7.0 (sete).

Art. 98 - As disciplinas aproveitadas na forma prevista nesta seção terão carga horária e créditos considerados equivalentes às disciplinas correspondentes na UFT, mantendo as notas obtidas na Instituição de origem para efeito de registro.

§ 1º - Para efeito de atribuição de notas, os conceitos, pontos ou notas obtidos na Instituição de origem serão transformados e adequados ao sistema de avaliação adotado na UFT.

6.2.3.3 - Sistema de auto-avaliação do curso

O curso de Ciências Econômicas da UFT está sob constante auto-avaliação. Entendendo a prática do ensino como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da vertente técnico-científica, tal perspectiva exige que um contínuo processo de fazer e avaliar estejam presentes de modo a consubstanciar o desenvolvimento das práticas do saber.

Três instâncias de avaliações do curso são utilizadas:

- a) Reuniões mensais de professores, coordenador e representantes discentes para a socialização das informações e levantamento de sugestões e críticas alusivas aos processos e perspectivas em curso. O registro é feito em Atas e Listas de presença;
- b) Participação do processo anual de planejamento da instituição, realizado regularmente antes do início do primeiro período letivo do ano, consolidado no Planejamento estratégico do curso.
- c) Aplicação de questionários: Questionário de Avaliação Institucional, Questionário do curso de Ciências Econômicas e Questionário Docente Estruturado.

Em maio de 2008, a Universidade Federal do Tocantins completou cinco anos de sua implantação. Com o crescimento da graduação (em 2009, com 43 cursos) e da pós-graduação (07 cursos de mestrado e 01 curso de doutorado) e com o fortalecimento desses novos cursos e a consolidação dos diversos setores da Universidade, se faz necessário um planejamento estruturado e orientado, assim como, uma avaliação periódica de seu desempenho institucional.

A UFT comemora esse progresso ampliando sua estrutura organizacional, de modo a garantir o sucesso das atividades da Universidade. Sendo assim, foi implantada, em julho de 2008, a Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP) que tem como objetivo facilitar e articular as ações institucionais com a finalidade de contribuir para as melhorias necessárias nas áreas: administrativa, ensino, pesquisa e extensão.

Missão da PROAP:

Proporcionar condições eficientes para planejar e avaliar as ações da Universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, facilitando a execução e o acompanhamento das etapas dos processos, como também articulando todos os setores na busca da excelência das atividades na Universidade Federal do Tocantins.

Esta Pró-Reitoria é composta pela:

- ✓ Comissão de Avaliação e Validação (CAV): cujas competências são: validar a avaliação de desempenho docente no período de estágio

probatório, apreciar os processos de ascensão funcional por titulação, bem como avaliar o desempenho acadêmico dos docentes que requerem progressão na carreira do magistério; coordenar e validar a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos no período de Estágio Probatório;

- ✓ Comissão Própria de Avaliação (CPA): cujas competências são: implementar o processo de auto-avaliação (avaliação interna), em caráter institucional, e coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo SINAES e em consonância com as diretrizes internas, princípios e critérios definidos pela Universidade, respeitando as especificidades de suas atividades e sua missão institucional;
- ✓ Diretoria de Avaliação cujas competências são: promover a avaliação dos resultados alcançados no desempenho das atividades e serviços da Universidade. Promover a coleta e processamento de dados e informações necessárias à avaliação do desenvolvimento das atividades universitárias. Sendo composta pelas: Coordenação de Avaliação do desempenho dos servidores e Coordenação de Avaliação Institucional;
- ✓ Diretoria de Planejamento cujas competências são: propiciar condições para que todos os setores da universidade desenvolvam e programem ações sistematizadas e planejadas com o objetivo de torná-las eficazes e mais eficientes para uma melhoria de desempenho contínuo da Universidade na busca pela sua excelência. Composta pelas: Coordenação de Estatística e informação e Coordenação de Estatística e Orçamento.

6.3. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

Para a UFT, o ensino é o conjunto de atividades acadêmicas nas quais os alunos adquirem os conhecimentos, desenvolvem competências e habilidades necessárias para a sua formação intelectual e profissional. Constitui-se como prática educativa planejada sistematicamente e sintonizada com as formas contemporâneas de viver e conviver.

O ensino, juntamente com a pesquisa e a extensão, possibilita o conjunto de

aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades. Procura também, a construção contínua de novos conhecimentos voltados para a formação e o aprimoramento das atitudes necessárias ao trabalho profissional.

As atividades de extensão da UFT ocorrem sem prejuízo às atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, mas como extensão dessas funções junto à comunidade local.

Na UFT, a pesquisa está fixada no princípio de que aprender a pensar é uma atitude metodológica que se aplica a qualquer disciplina. A pesquisa busca desenvolver a capacidade de pensar criticamente, treinar o olhar e exercitar a habilidade para lidar com problemas e buscar soluções.

6.3.1. Participação dos discentes nas atividades acadêmicas

As atividades acadêmicas têm como principal objetivo o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, visando atender a uma melhor formação do aluno, a produção científica e colaborar para melhoria das atividades sócio- econômico, e científico- culturais da região e do país. Para tanto, torna-se fundamental a integração e participação efetiva dos alunos nesse processo.

Pretende-se a formação do profissional que tenha domínio sobre a prática, bem como autonomia e capacidade para construir o conhecimento. Desta crença, nasce a necessidade de se desenvolver no aluno uma postura investigativa sobre sua área de atuação.

As atividades de extensão constituem-se em momentos para interação do aluno com a realidade da sociedade, considerados os aspectos científicos.

A UFT comprometida com a permanência de seu corpo discente nos cursos de graduação cria em junho de 2008, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST, como gestora das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins, apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência, através de ações efetivas nas áreas social, cultural e desportiva.

A sua Missão se constitui em promover ações de incentivo à permanência acadêmica, por meio da participação e articulação com as demandas estudantis, viabilizando ações que possibilitem ao estudante maior integração, bem-estar e um melhor desenvolvimento acadêmico.

6.3.2 - Programas/Projetos/Atividades de Iniciação Científica

A UFT, por ser uma instituição federal de ensino, têm, no desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, um valioso instrumento pedagógico e social para a consecução de seus objetivos educacionais. O instrumento de fazer ciência, participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, tem um importante papel na formação do estudante universitário, no despertar e aprimorar de suas qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia-a-dia. Espera-se do novo profissional a capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, quando engajado no mercado de trabalho.

A investigação ajuda a formar uma mente organizada nos métodos científicos e pedagógicos, na análise crítica frente a novos desafios, na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática.

O espírito crítico-analítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa, importantes, também, no processo de formação do acadêmico por desenvolver nos alunos características desejáveis como autoconfiança, liderança e versatilidade.

Fornecer ao aluno o direito de participar em pesquisas de ponta, assim consideradas por representarem avanços significativos no conhecimento humano ou tecnologicamente melhorias importantes na qualidade de vida do cidadão, contribui para o desenvolvimento do estudante universitário de um sentimento participativo com sua comunidade.

Essas pesquisas aplicadas às Ciências Econômicas, na maioria das vezes de caráter multidisciplinar, estimulam a formação do cidadão, capacitado a trabalhar integrado a equipes, reconhecendo o papel do indivíduo e valorizando o trabalho do conjunto, aspectos estes hoje considerados fundamentais na formação de um Economista de alto nível.

Para a inclusão do corpo discente em atividades de pesquisa a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESQ criou o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que tem objetivos bem definidos:

- Aplicar o método científico como coadjuvante do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar e acompanhar o desempenho do aluno de iniciação científica até sua graduação e possível ingresso na Pós-graduação;
- Contribuir para uma melhor qualificação de alunos candidatos a programas de Pós-graduação;
- Vincular pesquisadores e professores da Pós-graduação a atividades relacionadas com a formação do graduando;
- Estimular a produtividade científica no Campus;
- Estimular o desenvolvimento do pensar criativo do aluno de graduação;
- Incentivar a formação de recursos humanos em ciência e tecnologia;
- Proporcionar, ao graduando, conhecimentos práticos e metodologias próprias de áreas do conhecimento específico, pela participação em projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores qualificados;
- Vincular pesquisadores e professores da Pós-graduação a atividades relacionadas à formação do graduando.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a PROPESQ resolveu instituir o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do PIBIC, mas que não foram contemplados com bolsa.

Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional. Cabe ressaltar que o Curso de Economia dispõe de alunos inseridos no programa de Iniciação Científica.

6.4 – EXTENSÃO

A extensão, integrada às atividades complementares do curso, além de outras vertentes, visa propiciar uma interação com a comunidade, numa relação de reciprocidade. Em sintonia com o PDI, e em sintonia com este Projeto Pedagógico, a extensão é a forma de intercâmbio da Universidade com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e buscando, pela ação integrada, conhecimentos e

experiências para subsidiar a avaliação e a qualificação do ensino e da pesquisa.

Como estímulo à participação discente em atividades de extensão, prevê-se a concessão de bolsas aos alunos que o solicitarem, comprovando a relevância do curso/ congresso/ palestra /outros na composição de sua grade curricular. Sob o enfoque da extensão, o curso de Ciências Econômicas vem desenvolvendo atividades com a meta primordial de sensibilizar os acadêmicos frente à importância de estarem engajados no desenvolvimento da sociedade, atuando em interação com o mercado.

A UFT possui na sua estrutura superior a PROEX (Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários) que tem função de aproximar a universidade da sociedade, por meio do gerenciamento de projetos desenvolvidos por professores e alunos em parceria com instituições públicas ou privadas. Os tópicos chave desta Pró-reitoria são compromisso social, Política de extensão voltada para a ação comunitária e implantação de atividades artísticas culturais e esportivas.

A extensão é uma forma de complementar, aprofundar, atualizar e difundir os conhecimentos, estabelecendo com a comunidade um processo de troca e participação, sem caráter assistencialista e/ ou sem tomar a si ações e deveres do Estado. Por ser uma via de transformação dentro da Universidade, numa nova concepção de universidade cidadã, a extensão rompe barreiras, contribuindo, assim, para a modificação do conceito de educação, passando esta a ser um processo de formação inter e transdisciplinar.

A política de extensão, como uma das atividades fundamentais da graduação, tem sua principal justificativa, no âmbito deste curso, no fato de estar ocorrendo, na cidade de Palmas (Estado do Tocantins - Região Norte), onde se observa patamares de crescimento populacional na ordem de 20% ao ano. Isso nos remete para a demanda de necessidades, com igual crescimento, e à oportunidade de vincular a Instituição e o curso às necessidades da comunidade. Com tal crescimento, é quase impossível não correlacioná-lo com o aumento dos problemas sócio-econômicos existentes.

Outro aspecto relevante está relacionado às características do corpo docente e discente que, por estarem domiciliados nele há expressivo tempo, compreendem a dinâmica das relações sociais, as necessidades da região e transformam o desejo normalmente teórico de transposição do ambiente acadêmico em oportunidade de intervenção associada ao desenvolvimento das habilidades e capacidades no perfil

profissiográfico.

O curso de Ciências Econômicas, em parceria com outras instituições, ou pela ação de professores em grupos de trabalho ou isoladamente, vem promovendo atividades de extensão (como monitoria ou ação social) cujo foco é aproximar-se da comunidade, construindo, compartilhando saberes e oportunizando experiências, visando sempre a melhoria das práticas educacionais e dos ambientes sociais em que ocorrem.

6.5 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas não obriga a execução do Estágio Supervisionado. Nesta nova reformulação do PPC é inserida o Estágio não obrigatório de acordo com a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Art.2º “ O estagio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.” O estágio é o período em que o aluno desenvolve atividades de aprendizagem técnica e profissional, em situações reais de vida e de trabalho, em empresas privadas ou instituições públicas, sob a supervisão de um responsável e a coordenação de professores do curso.

O Curso de ciências Econômicas tem procurado incentivar a participação no setor produtivo. Para isso, vem sistematicamente encaminhando os acadêmicos, via Central de Estágios da UFT. Além da participação em estágios extracurriculares em empresas como SANEATINS, RURALTINS, PREFEITURA DE PALMAS, NATURATINS, SEBRAE e SEPLAN.

As atividades do Estágio não obrigatório do curso obedecem ao estipulado na legislação em vigor sobre estágios e serão desenvolvidas exclusivamente, através de atividades práticas individuais. O relatório conclusivo referente ao estágio deverá ser entregue no final do curso (normas em anexo).

6.6 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho, individual ou em pequenos grupos, com critérios de cientificidade, nas áreas da Ciências Econômicas

e que contemplando os aspectos formais e observando os critérios técnicos exigidos, conduzirão o aluno a um aprofundamento temático-reflexivo, interpretativo e crítico, domínio de linguagem articulada e o grau de habilidades e competências adquiridas no curso. O aluno deverá elaborar individualmente uma monografia, obedecendo às normas ABNT, que será avaliada por uma banca examinadora nomeada pela coordenação do curso (normas em anexo).

6.6.1 - Participação dos alunos em Concursos de Monografias

Anualmente são escolhidas as melhores monografias para serem apresentadas no evento anual do curso que é a "Semana de Economia no Tocantins". Em relação à participação nos concursos nacionais e regionais existe muita pouca participação já que na sua maioria os alunos ao concluírem o curso, enfrentam seguidamente o mercado de trabalho.

6.7 - MONITORIA

As atividades de monitoria têm como objetivo, proporcionar a maior integração do corpo discente com as disciplinas constituintes do curso de graduação e preparar os alunos para as atividades de pesquisa acadêmica, atuando na produção de conhecimentos científicos. Compreendem o auxílio a professores nas atividades acadêmicas e a realização de pesquisas acadêmicas, que poderão ser apresentadas aos colegas da disciplina na qual exercem a monitoria. As condições gerais de contratação e remuneração obedecerão as normas da UFT.

6.8 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em consonância com os pressupostos da nova LDB, lei 9394/96 as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante (Atividades Complementares), através de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em áreas afins.

As Atividades Complementares do currículo do curso de Ciências

Econômicas devem ser desenvolvidas de forma desdobrada, abrangendo os nove semestres letivos do Curso, totalizando 300 (trezentas) horas de atividade. (ver anexo 6.6)

As ações educativas desenvolvidas no âmbito das aulas práticas, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, porém o Estágio Supervisionado Não Obrigatório poderá ser computado.

7. – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O conjunto de todas as atividades de ensino-aprendizagem do curso de Ciências Econômicas forma a estrutura curricular, que por sua vez, se compõe de disciplinas em que se constitui num passo indispensável para a integralização curricular.

Conforme o significado original da palavra disciplina - aquilo que se aprende ou se deve aprender - cada uma tem um papel insubstituível na formação acadêmica e profissional do acadêmico, ou seja, um todo orgânico.

A estrutura curricular do curso foi montada para que os conteúdos sejam transferidos seqüencialmente e gradativamente através das disciplinas e de forma inter-relacionadas. O tempo das atividades de cada disciplina é quantificado em horas-aula, a hora-aula corresponde a 50 minutos e uma disciplina corresponde a 60 horas-aula e equivale a 04 créditos semanais, com exceção da disciplina de monografia com 240 horas-aula e equivalente a 16 créditos.

O curso está estruturado em 9 (nove semestres), com duração mínima de 4,5 (quatro anos e meio) e máxima de 7 (sete) anos, com regime de matrícula semestral. É composto de disciplinas obrigatórias e optativas. O Curso propõe 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) por semestre e funciona no período matutino e noturno.

Além das atividades formais, que compõem o currículo, o curso oferece diversas oportunidades para complementação da formação acadêmica do aluno, através da participação deste em atividades de iniciação científica, monitoria e visitas técnicas, bem como no ciclo de palestras e na semana acadêmica do curso, eventos estes que se realizam anualmente.

O acadêmico também tem participação efetiva no escritório modelo através de projetos de pesquisas e atividades de extensão.

O Parecer nº 375/84 ensejou que o curso de graduação em Ciências Econômicas fosse concebido com um currículo mínimo que compreendesse as seguintes disciplinas respectivamente, de “Formação Geral” e de “Formação Profissional”, nesta última incluindo “atividade curricular” denominada “monografia”, integrante do núcleo comum profissionalizante.

I - O núcleo de conteúdos de formação geral do curso totaliza 540 horas-aula, correspondendo 9 disciplinas e 20% da carga horária mínima que compreende as seguintes disciplinas: Introdução à Economia I e II, Introdução às Ciências Sociais; Fundamentos de Matemática; Contabilidade e Análise de Balanços; Instituição de Direito; Administração e Organização; metodologia científica; Matemática financeira.

II - O núcleo de conteúdos de formação profissional, subdividida em disciplinas de formação Teórica-Quantitativa, Formação Histórica, Trabalho de Curso e Disciplinas de Escolha do curso.

O núcleo comum de formação Teórica-Quantitativa totaliza 1020 horas-aula correspondendo, 17 disciplinas e 37,8% da carga horária mínima e compreende as seguintes disciplinas: Cálculo Diferencial e Integral I e II; Estatística I e II; Contabilidade Social; Teoria Microeconômica I, II e III; Teoria Macroeconômica I, II e III; Economia Internacional; Economia do Setor Público; Economia Monetária e Desenvolvimento Sócio-Econômico; Econometria; Avaliação de Investimentos.

O núcleo de Formação Histórica: totaliza 300 horas-aula correspondendo, 5 disciplinas e 11,1% da carga horária mínima e compreende as seguintes disciplinas: História Econômica Geral; Economia Brasileira I e II; Economia Brasileira Contemporânea; Pensamento Econômico Contemporâneo.

O núcleo de Trabalho de Curso totaliza 300 horas-aula, correspondendo, 2 disciplinas e 11,1% da carga horária mínima e compreende as seguintes disciplinas: Técnica de Pesquisa em Economia e Monografia.

O núcleo de disciplinas de Escolha do Curso totaliza 360 horas-aula, correspondendo, 6 disciplinas e 13,3% da carga horária mínima e compreende as seguintes disciplinas: Economia Política I e II; Economia Regional e Urbana; Política e Planejamento Econômico; Elaboração e Análise de Projetos Econômicos; Economia da Agricultura.

O curso exige ainda, que:

O acadêmico cumpra 180 horas-aula, correspondendo 3 disciplinas e 6,7% da

carga horária mínima em disciplinas optativas dentre as seguintes linhas de pesquisa:

Linha 1 – Teoria Econômica e Métodos Quantitativos:

1. Organização Industrial
2. Economia Matemática
3. Econometria II (Séries Temporais)
4. Tópicos especiais em Métodos Quantitativos (DEA, Software, Programação Linear)
5. Tópicos especiais em Microeconomia
6. Tópicos especiais em Macroeconomia
7. Economia Internacional II
8. Mercado Financeiro de Capitais
9. Empreendedorismo
10. Economia do Setor Público II

Linha 2 – Economia Regional, Urbana e Agronegócio

1. Tópicos Especiais em Economia Regional e Urbana
2. Métodos de Análise em Economia Regional e Urbana
3. Evolução e Estrutura da Agricultura Brasileira
4. Tópicos Especiais em agronegócio
5. Economia do Meio Ambiente
6. Economia do Estado do Tocantins
7. Política Agrícola

Linha 3 – História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico

1. Tecnologia e Mercado de Trabalho
2. Economia, Tecnologia e Sociedade
3. Economia dos Transportes
4. Tópicos Especiais em Economia Brasileira
5. Energia, sociedade e meio ambiente
6. Estados e Políticas Públicas
7. Sociologia Agrícola
8. Pensamento Econômico Brasileiro

Que o aluno apresente uma Monografia (TCC), considerando para o mesmo um total de 240 horas-aula, correspondendo a 8% da carga horária mínima.

Que o discente cumpra 300 horas-aula de atividades complementares, correspondendo 10% da carga horária mínima.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

PRIMEIRO PERIODO			
	CR	CHT	Pré-Requisitos
Introdução à Economia I	4	60	
Introdução às Ciências Sociais	4	60	
Fundamentos de Matemática	4	60	
Contabilidade e Análise de Balanços	4	60	
Metodologia Científica	4	60	
Total	20	300	

SEGUNDO PERIODO			
Introdução à Economia II	4	60	Introdução à Economia I
Cálculo Diferencial e Integral I	4	60	Fundamentos de Matemática
Instituições de Direito	4	60	
História Econômica Geral	4	60	
Administração e Organização	4	60	
Total	20	300	

TERCEIRO PERIODO			
Economia Política I	4	60	Introdução à Economia I
Matemática Financeira	4	60	Fundamentos de Matemática
Cálculo Diferencial e Integral II	4	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Contabilidade Nacional	4	60	Introdução à Economia II
Teoria Microeconômica I	4	60	Introdução à Economia II
Total	20	300	

QUARTO PERIODO			
Teoria Macroeconômica I	4	60	Contabilidade Nacional
Estatística I	4	60	Fundamentos de Matemática
Economia Brasileira I	4	60	Introdução à Economia II
Economia Política II	4	60	Economia Política I
Teoria Microeconômica II	4	60	Teoria Microeconômica I
Total	20	300	

QUINTO PERIODO			
Teoria Macroeconômica II	4	60	Teoria Macroeconômica I
Economia Monetária	4	60	Teoria Macroeconômica I
Estatística II	4	60	Estatística I
Economia Brasileira II	4	60	Economia Brasileira I/Teoria Macroeconômica II
Teoria Microeconômica III	4	60	Teoria Microeconômica II
Total	20	300	

SEXTO PERIODO			
Econometria	4	60	Estatística II
Economia Brasileira Contemporânea	4	60	Economia Brasileira II

Economia Regional e Urbana	4	60	Economia Brasileira II
Teoria Macroeconômica III	4	60	Teoria Macroeconômica II
Avaliação de Investimentos	4	60	Matemática Financeira
Total	20	300	

SETIMO PERIODO			
Pensamento Econômico Contemporâneo	4	60	Teoria Macroeconômica II
Economia do Setor Público	4	60	Teoria Macroeconômica II
Política e Planejamento Econômico	4	60	Teoria Macroeconômica III
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	4	60	Estatística II/Avaliação Invest.
Optativa I	4	60	
Total	20	300	

OITAVO PERIODO			
Economia da Agricultura	4	60	Economia do Setor Público
Técnica de Pesquisa em Economia			Metodologia Científica, Estatística II, Teoria Microeconômica III, Teoria Macroeconômica III
	4	60	
Desenvolvimento Sócio-Econômico	4	60	Teoria Macroeconômica III
Economia Internacional	4	60	Teoria Macroeconômica II
Optativa II	4	60	
Total	20	300	

NONO PERIODO			
Monografia	16	240	Técnica de Pesquisa Economia
Optativa III	4	60	
Total	20	300	
Atividades Complementares		300	
TOTAL GERAL	180	3000	

TOTALIZAÇÃO GERAL DE CARGA HORÁRIA		
I - Disciplinas de Formação Geral : 9 x 60 = 540 hs = 20,0%		
II – Disciplinas de Formação Profissional:		
Teórica- Quantitativa	17 x 60 = 1020 hs	= 37,8%
Formação Histórica	5 x 60 = 300 hs	= 11,1%
Trabalho de Curso	1 x 60hs + 1x 240hs = 300 hs	= 11,1%
De Escolha do Curso	6 x 60 = 360 hs	= 13,3%
Optativas	3 x 60 = 180 hs	= 6,7%
Total 42 Disciplinas:	2700hs	100%

INTEGRALIZAÇÃO		
ATIVIDADES	CRÉDITOS	HORAS/AULA
Disciplinas Obrigatórias	152	2280
Optativas	12	180
Monografia	16	240

Atividades complementares	20	300
TOTAL GERAL	200	3.000

7.2 – DISCIPLINAS OPTATIVAS

Currículo do Curso de Ciências Econômicas		
Disciplinas optativas da grade atual		
4 créditos – 60 hora/aula		
Linhas de Pesquisa	Disciplinas	Pré-Requisitos
Linha 1 – Teoria Econômica e Métodos Quantitativos	Organização Industrial	Teoria Microeconômica I
	Economia Matemática	Calculo II
	Econometria II (séries Temporais)	Econometria I
	Tópicos especiais em Métodos quantitativos (Dea, software, P. linear)	Econometria I
	Tópicos especiais em Microeconomia	
	Tópicos especiais em Macroeconomia	
	Economia Internacional II	Economia Internacional I
	Mercado Financeiro de Capitais	Matemática Financeira
	Economia do Setor Público II	Teoria Macro II e Economia Brasileira Contemporânea
Linha 2 – Economia Regional, Urbana e Agronegócio	Tópicos Especiais em Economia Regional e Urbana	Economia Regional e Urbana
	Métodos de Análise em Economia Regional e Urbana	Economia Regional e Urbana
	Evolução e Estrutura da Agricultura Brasileira	Economia da Agricultura
	Tópicos Especiais em agronegócio	
	Economia do Meio Ambiente	Economia da Agricultura e Teoria Micro III
	Economia do Estado do Tocantins	
	Política Agrícola	Economia da Agricultura
Linha 3 – História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico	Tecnologia e Economia do Trabalho	Teoria Macro II e Micro II
	Economia, Tecnologia e Sociedade	Teoria Macro II e Micro II
	Economia do Transportes	Teoria Macro II e Micro II
	Tópicos Especiais em Economia Brasileira	Teoria Macroeconomia II
	Energia, Sociedade e Meio Ambiente	Teoria Macro II e Micro II
	Estado e Políticas Públicas	Introdução às Ciências sociais
	Sociologia da Agricultura	Introdução às Ciências sociais
	Pensamento Econômico Brasileiro	Economia Brasileira Contemporânea e Teoria Macro II

As disciplinas optativas serão ofertadas de acordo com a Linha de Pesquisa. A cada semestre será feita a análise da demanda das disciplinas a serem ofertadas no período seguinte. Esta análise será baseada na disciplina de projetos, onde o aluno escolhe o assunto que irá abordar na sua monografia. O professor que ministrar uma das optativas atualizará a ementa, conteúdo programático e o

processo de condução da disciplina, com a anuência do Colegiado do Curso.

7.3 – INTEGRALIZAÇÃO

ATIVIDADES	CRÉDITOS	HORAS/AULA
Disciplinas Obrigatórias	152	2280
Optativas	12	180
TCC	16	240
Atividades complementares	-	300
TOTAL GERAL	180	3.000

C: Créditos - CHT: Carga Horária Total

7.4 – EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

7.4.1. - Disciplinas Obrigatórias

1º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Introdução à Economia I		PRÉ-REQUISITO:
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar o objeto e método da Ciência Econômica. Estudar as principais escolas, formuladores e doutrinas do pensamento econômico a partir do surgimento da economia até o século XIX, dentro do contexto histórico. Apresentar os paradigmas da Ciência Econômica.		
Ementa: Objeto e método da Ciência Econômica. Origem da análise econômica: os Mercantilistas e os Fisiocratas. Economistas Clássicos: Smith, Ricardo, Mill. A contribuição de J.B. Say e a crítica de Malthus. Escola Histórica e os Socialistas Utópicos. O Movimento Marginalista. Os grandes paradigmas da Teoria Econômica: a crítica à Economia Clássica Burguesa de Karl Marx, a Escola Neoclássica e a Escola Keynesiana..		
Bibliografia Básica: ARAÚJO, C. R. Vieira. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. Atlas. São Paulo. 1995. FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. Atlas. São Paulo. 2001. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. Atlas. São Paulo. 1995		
Bibliografia Complementar: HUNT, E; SHERMAN, H. J. História do Pensamento Econômico. 20ª Ed. Vozes Petrópolis, 2001. MANKIW, N.Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001. MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. T. A. Queiroz, Editor São Paulo 1987. ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 19. Edição. São Paulo: Atlas, 2002. RIMA, I. H. História do Pensamento Econômico Atlas. São Paulo. 1990		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Introdução às Ciências Sociais		PRÉ-REQUISITO:
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer aos acadêmicos um quadro estrutural de conhecimentos que permita interpretar criticamente as principais dinâmicas de transformação das sociedades contemporâneas, familiarizando os com diferentes perspectivas teóricas e interpretativas, designadamente da economia, da sociologia e da psicologia social.		
Ementa: Formas de Conhecimento: De senso comum, místico, filosófico, científico. Abordagens filosóficas à ciência: nacionalismo, idealismo. Métodos Científicos: Indução, Dedução, Dialética. Questões operacionais de conhecimento científico: neutralidade axiológica; esquemas teóricos e operacionalização de variáveis; análise qualitativa e quantitativa; experimentação e formulação de teorias.		
Bibliografia Básica: CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). Introdução ao pensamento sociológico. 9ª edição, São Paulo: Moraes, 1992. LAKATOS, Maria E. Sociologia geral. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 1990. SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica a razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.		
Bibliografia Complementar: COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à sociedade. São Paulo: Moderna, 1987. DEMO, Pedro. Sociologia: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1989. FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980. IVILA NOVA, Sebastião. Introdução à sociologia. São Paulo: Atlas, 1995.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Fundamentos de Matemática		PRÉ-REQUISITO:
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: O aluno deverá ser capaz de trabalhar com diferentes ferramentas dadas pela matemática, bem como suas variações; terá também aprimorado o raciocínio lógico necessário durante o aprendizado das diferentes mecânicas e projetos do curso de graduação.		
Ementa: Números reais, polinômios. Equações do 1º grau. Equações do 2º grau. Equações de grau n. Intervalos e inequações lineares e não lineares. Sistemas de equações lineares e não lineares. Função exponencial e logaritmo. Funções trigonométricas. Geometria analítica: o ponto; a reta; a circunferência; a parábola; a hipérbole; a elipse. Matrizes e Determinantes.		
Bibliografia Básica: BIANCHINI, Edwaldo. Curso de matemática :. São Paulo: Moderna. 1993. PAIVA, Manoel. Matemática. São Paulo: Moderna. 1995.		
Bibliografia Complementar: ANTAR NETO, Aref. Matemática básica. 3. ed.. São Paulo: Atual. 1991. BEER, Ferdinand P. Mecânica vetorial para engenheiros. 5. ed.. São Paulo: Makron. 1991. LIMA, Elon Lages. A matemática do ensino médio. 4. ed.. Rio de Janeiro: SBM. 2004. BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa. Análise matemática :. Rio de Janeiro: IPEA. 1982.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Contabilidade e Análise de Balanços	PRÉ-REQUISITO:	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Dotar os alunos de Ciências Econômicas de conhecimentos básicos acerca dos procedimentos contábeis relativamente à escrituração, lançamento, normais e demais peculiaridades na contabilidade de entidades, bem como da elaboração e análise de balanços e contabilização e análise de custos e despesas.		
Ementa: Normas de Contabilidade. Estrutura das Demonstrações Contábeis. Escrituração Contábil. Plano de Contas. Relatórios Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis.		
Bibliografia Básica: IUDICIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Manual de contabilidade para não contadores. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis, 9ª ed. São Paulo: Atlas: 2001 PADOVEZE, Clóvis L. Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil. 5ªed SP Atlas, 2004.		
Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1992. BRAGA, Hugo da Rocha. Demonstrações Financeiras, Análise e Interpretação. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1998. MARION, José C. Contabilidade básica. São Paulo, 7ªed. 2003. SILVA, César Augusto Tibúrcio, TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica. São Paulo Atlas, 2ª ed. 2000. SOUZA, Acilon B. de Contabilidade de empresas comerciais SP Atlas, 2002.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Metodologia Científica	PRÉ-REQUISITO:	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno estudo de elaboração de trabalho científico e normas técnica da ABNT		
Ementa: Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas. Escolha, Seleção e Limitação do Tema. Plano de Trabalho. Pesquisa Bibliográfica. Metodologia de Anotação Documentativa. Citação e Referências bibliográficas. Aspectos Técnicos de Redação de Monografias. Estrutura do Trabalho Científico.		
Bibliografia Básica: CERVO, A e BERVIAN P. Metodologia científica. 5ªed. SP Prentice Hall 2002 GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986 SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1996		
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Maria M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1989. BARROS, Aidil L. S. ; LEHFELD, Neid A S. Fundamentos de metodologia 2ªed. Makrom Books, 2000 DEMO, Pedro Metodologia Científica em ciência sociais. SP, Atlas, 1995 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1983.		

2º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Introdução à Economia II		PRÉ-REQUISITO: Introdução a Economia I
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Abordar os principais conceitos das Ciências Econômicas, necessários à formação do aluno de economia, enfatizando conhecimentos básicos das teorias micro e macroeconômica.		
Ementa: Introdução: definição, conceitos básicos e aspectos metodológicos da ciência econômica. Noções de microeconomia: função utilidade, demanda, oferta, equilíbrio, elasticidade e estruturas de mercado. Noções de macroeconomia: os agregados macroeconômicos, os modelos macroeconômicos simplificados; noções de economia monetária.		
Bibliografia Básica: MANKIW, N.Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001. MOCHON, Francisco; TROSTER, Roberto Luis. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 1994. PINHO, D.B.; e VASCONCELLOS, M.A.S. (org.). Manual de economia. 3. Edição. São Paulo: Saraiva, 2003. ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 19. Edição. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar: SALVATORE, Dominick. Microeconomia. 2ª ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil. SILVA, Adelphino Teixeira da. Economia e mercados. 24ª ed., São Paulo: Atlas, 1996. SINGER, Paul. Aprender economia. 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez & NEVES, Silvério das. Introdução à economia. São Paulo, Editora Frase. SAMUELSON, P.A.; NORDHAUS, W.D. Economia. 16. Edição. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Cálculo Diferencial e Integral I		PRÉ-REQUISITO: Fundamentos de Matemática
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno conhecimentos suficientes para que seja capaz de assumir compromisso com rigor matemático, de comparar e analisar resultados obtidos e aplicar a teoria em exercícios práticos		
Ementa: <i>Função, limite de uma função, funções de uma variável, limites derivadas de uma função, aplicação de derivada de uma função e integrais</i>		
Bibliografia Básica: LEITHLD, L.O. Cálculo com geometria analítica. v.2. 3º ed. São Paulo, Editora Harbra, 1994 ROMANO, R. Cálculo diferencial e integral, Atlas, São Paulo, 1981 SWOKOWSKI, E.W. <i>Cálculo com geometria analítica. v.2. 2º ed. Rio de Janeiro, McGraw – Hill do Brasil, 1995.</i>		
Bibliografia Complementar: AIRES, F. Cálculo diferencial e integral Ed. McGraw Hill, São Paulo, 1981 DEMIDOVICH, B. Problemas e exercícios de análise matemática Mir, Moscou, 1977 GUIDORIZZI, H.L. Um curso de cálculo LTC Rio de Janeiro, 1985 PISKUNOV, N. Cálculo diferencial e integral Mir, Moscou 1977 SIMMONS, G.F. <i>Cálculo com geometria analítica. v.2. Rio de Janeiro, McGraw – Hill do Brasil, 1987</i>		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Instituições de Direito		PRÉ-REQUISITO:
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Provocar no acadêmico a reflexão sobre a relação entre a ciência jurídica e a ciências econômicas para que se tornem aptos a identificarem o papel do Estado na organização econômica do País. Também, proporcionar aos acadêmicos o contato com os ramos do direito que incidem direta ou indiretamente sobre os fenômenos econômicos.		
Ementa: Noções preliminares de direito. Fontes do direito. Teoria geral do estado. O Estado brasileiro. Direito Penal. Direito administrativo. Direito Civil e Empresarial. Direito tributário. Direito do trabalho. Direito Ambiental. Direito Econômico. Direito Financeiro. Ética geral.		
Bibliografia Básica: BAGNOLI, Vicente. Direito econômico. 3. ed. São Paulo:Atlas, 2008. BASTOS, Celso Ribeiro. <i>Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário</i> . São Paulo: Saraiva, 1998. GUSMÃO, Paulo Dourado de. <i>Filosofia do direito</i> . 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994. HARADA, Kiyoshi. <i>Direito Financeiro e Tributário</i> . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001. MARTINS, S. P. <i>Instituições de direito privado e público</i> . São Paulo: Atlas, 2003. Montoro, André Franco. <i>Introdução à ciência do direito</i> . São Paulo: Rt. NALINI, José Renato. <i>Ética geral e profissional</i> . 2 ed., São Paulo: RT, 1999. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. <i>Curso de Direito Financeiro</i> . S. Paulo: Revista dos Tribunais, 2006..		
Complementar: AMARO, Luciano. <i>Direito Tributário Brasileiro</i> . São Paulo: Saraiva, 1998. COELHO, Sacha Calmon Navarro. <i>Curso de Direito Tributário Brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1999 DINIZ, M. H. <i>Compêndio de introdução ao estudo do Direito</i> . São Paulo: Saraiva, 2002. GUERRA FILHO, Willis Santiago. <i>Para uma filosofia da filosofia</i> . 2 ed., Fortaleza: UFC ed., 1999. ----- <i>Teoria processual da constituição</i> . São Paulo: Celso Bastos editora, 2000 MACHADO, Hugo de Brito. <i>Curso de Direito Tributário Brasileiro</i> . São Paulo: Malheiros, 1997. NASCIMENTO, A. M. <i>Instituições de direito privado e público</i> . São Paulo: Atlas, 2000. <i>Constituição Federal Código Civil Código Penal Código Comercial Código Tributário</i>		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: História Econômica Geral		PRÉ-REQUISITO:
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar aos acadêmicos uma visão abrangente dos aspectos históricos da economia mundial.		
Ementa: Revolução Industrial e capitalismo concorrencial. Liberalismo. A divisão internacional do trabalho. Modernização e subdesenvolvimento. A era do capitalismo monopolista: expansão e crises. As experiências socialistas. A hegemonia americana e a conjuntura pós-guerra mundial.		
Bibliografia Básica: FRANCO JUNIOR, Hilário e CHACON, P.P. <i>História Econômica Geral</i> . São Paulo: Atlas, 1997. HOBBSAWN, E. <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. REZENDE FILHO, Cyro De B. <i>História econômica geral</i> 7ªed. SP Contexto 2003		
Bibliografia Complementar: FEIJÓ Ricardo. <i>História do pensamento econômico</i> . São Paulo: Atlas, 2001. GREMAULD, A P. ; SAES, F A; TONETO Junior. <i>Formação econômica do Brasil</i> . SP Atlas, 1997 HELLBRONER, R. <i>A formação da sociedade econômica</i> . São Paulo, Atlas, 1995. HUGON, P. <i>História das doutrinas econômicas</i> . 14ªed. São Paulo: Atlas, 1995. ROSEMBERG, Nathan. <i>A história da riqueza do ocidente: a transformação econômica do mundo industrial</i> .		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Administração e Organização		PRÉ-REQUISITO:
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao aluno condições satisfatórias para gerir recursos físicos, humanos e financeiros em uma empresa, para incorporar conceitos e técnicas de qualidade nos negócios e prever a evolução do mercado e otimizar o fluxo de informações de uma empresa.		
Ementa: Fundamentos da Administração. Escola clássica da Administração. Max Weber e a teoria das organizações. O modelo japonês de administração. Comportamento das Organizações. Pensamento sistêmico. Planejamento estratégico. Pensamento Sistemico. Novos Paradigmas da Administração. Administração na era Digital.		
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução geral da administração. 6 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000 MAXIMIANO, Antonio C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2005. WRIGHT Peter. Administração estratégica. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: CASAROTTO Nelson. Redes de pequenas empresas. São Paulo. Atlas, 1997. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de empresas.: uma abordagem contingencial. 3ªed. MaKron Books, 1994 De OLIVEIRA Djalma. P. R. Estratégia empresarial e vantagem competitiva. São Paulo. Atlas, 2001. DRUCKER, P.F. Introdução à administração. Ed. Pioneira, 2ª ed. 1998. JUDSON, Arnold. Mudanças organizacionais. São paulo, Atlas, 1993 KWASNICKA, Eunice L. Introdução à Administração. 5ªed. SP Atlas, 1995 MAXIMINIANO, Amaru. Introdução à administração, 5ªed. SP Atlas, 2000 MORRIS, Tom. A nova alma dos negócios. São Paulo, Atlas, 1996. MOTTA, F.C.Prestes. Teoria geral da administração. SP Pioneira 2002 SILVA, Reinaldo O de Teoria da administração SP Pioneira, 2002 PIMCHOT, G. e PINCHOT E. O poder das pessoas, rio de Janeiro, Campus, 1993. PORTER M. <i>Vantagem competitiva.</i> São Paulo. Editora Campos, 1995.		

3º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Política I		PRÉ-REQUISITO: Introdução à Economia I
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Introduzir o aluno ao Método de análise social segundo o Materialismo Histórico-Dialético; Compreender o caráter crítico da teoria econômica marxista; Compreender o caráter social da produção mercantil; Compreender o processo de produção e acumulação do capital como processos dinâmicos do Modo de Produção Capitalista.		
Ementa: A Teoria do valor-trabalho. Mercadoria, dinheiro e capital. A teoria da mais-valia e a mais-valia extraordinária como motor do progresso técnico. Formas de organização da atividade produtiva no capitalismo: da cooperação à fábrica. O capital como organizador da produção. Processo de Acumulação do capital e desemprego.		
Bibliografia Básica: GREMAUD, Amaury Patrick e et al. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2004. MOTORO FILHO, A. F. et al. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2001. NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1997.		
Complementar: BASTOS, Vânia Lomônaco. Para entender a economia Capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. COUTINHO, Maurício Chalfin. Lições de Economia Política Clássica. São Paulo: Editora Hucitec 1993. GASTÃO, Antonio Carlos. Paradigmas da Economia Política. São Paulo: USP, 1997. VASCONCELLOS, Marco Antonio S. E GARCIA, Manuel E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2004.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Matemática Financeira	PRÉ-REQUISITO: Fundamentos de Matemática	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Esta disciplina visa, primeiro, apresentar aos alunos todo um corpo de conhecimentos conhecido como matemática financeira. Estuda-se aqui os regimes de capitalização, séries de pagamentos e fluxos de caixa, juros efetivos, equivalentes, proporcionais, reais e nominais e sistemas de amortização. Logo após, trata-se de questões relativas à inflação, operações básicas em mercados de capitais e o cálculo do custo de capital.		
Ementa: Capitalização Simples e Composta. Desconto Simples e Composto. Taxas em Capitalização e Desconto. Séries de Pagamentos/Recebimentos Uniformes e Variados. Fluxo de Caixa..Sistemas de Amortização. Operações de Mercado Financeiro. Custo de Capital.		
Bibliografia Básica: FARO, Clóvis de. Matemática Financeira. 9ªed. São Paulo: ATLAS, 1993. TOSI, Armando J. Matematica financeira com utilização da HP-12C VIEIRA SOBRINHO, José D. Matemática financeira. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.		
Bibliografia Complementar: CRESPO, A. Arnot. Matemática Comercial e Financeira. 10ªed.São Paulo: Saraiva, 1995. KUHN, O. L. Matemática Financeira e Análise de Investimentos. São Paulo, Atlas,1996. LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira: usando Excel 5 e 7. São Paulo: Laponi Treinamento e Editora, 1996. FRANCISCO, Walter De. Matemática financeira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. PUCCINI, A. de L. Matemática Financeira. Rio de Janeiro, L T C, 6ª ed., 1993. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 3ª edição. São Paulo: Makron, 2002.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Cálculo Diferencial e Integral II	PRÉ-REQUISITO: Cálculo Diferencial e Integral I	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Capacitar o aluno a compreender as noções fundamentais do cálculo integral, bem como suas aplicações. Estudar aplicações do cálculo diferencial e integral em diferentes áreas da Ciência da Computação.		
Ementa: Funções de mais de uma variável, limites derivadas e integrais. Integrais definidas e suas aplicações. Técnicas de integração. Integrais impróprias. Aplicações de integrais. Funções de várias variáveis. Equações diferenciais. Séries numéricas e de potências.		
Bibliografia Básica: LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: HARBRA, 2002 GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC - 2001 SWOKOWSKI, E.W. Cálculo com geometria analítica. v.2. 2º ed . Rio de Janeiro , McGraw – Hill do Brasil, 1995.		
Complementar: LARSON, Ron; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com geometria analítica, v. 1 e 2, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. LANG, Serge . Calculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Tecnico , 1983.. STEWART, James. Cálculo, v. 1 e 2. 4 a . edição . São Paulo: Pioneira, 2001.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Contabilidade Nacional	PRÉ-REQUISITO: Introdução a Economia II	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Estudar as formas de agregação das transações econômicas e suas relações de forma a compreender o sistema econômico como um fluxo; estudar as relações entre os agregados; o registro das transações das Contas Nacionais; e fornecer subsídios para a introdução à teoria macroeconômica.		
Ementa: Análise dos agregados macroeconômicos correntes. Formação e reposição do capital nacional. Sistema de contas nacionais. As contas nacionais do Brasil. Balanço de Pagamentos e registro de transações internacionais no âmbito das Contas Nacionais. Desagregação das Contas Nacionais: transações interindustriais e matrizes de insumo-produto. Comparações inter - temporais e internacionais dos agregados da renda e do produto.		
Bibliografia FILELLINI, Alfredo. Contabilidade Social "resumo da teoria, exercícios programados". 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994. MONTORO FILHO, André Franco. Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994. ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade Social. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992.		
Bibliografia Complementar: DORNBUSCH, R. & FISCHER, S. Macroeconomia. S. Paulo: McGraw-Hill, 1991. PAULANI, L. M. & BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. S. Paulo: Saraiva, 2000. RESENDE, Fernando. Finanças públicas. S. Paulo: Atlas, 1994 ROSSETI & FIORAVANTI. Contabilidade Nacional. S. Paulo: Atlas, 1982.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Teoria Microeconômica I	PRÉ-REQUISITO: Introdução a Economia II	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao aluno a Teoria do Consumidor e a Teoria da Firma e conceitos relacionados a estas		
Ementa: Introdução a Microeconomia. Teoria do Consumidor: restrição orçamentária, preferências e escolha do consumidor e demanda. Teoria da Firma: tecnologia, custos, princípio da maximização do lucro e oferta. Excedente do Consumidor e da Firma.		
Bibliografia Básica: PINDYCK, ROBERT S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 1994. VARIAN, Hall. Microeconomia: princípios básicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p. VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. Microeconomia. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
Bibliografia Complementar: FERGUSON, C.E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. Teoria Microeconômica: uma abordagem matemática. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. SALVATORE, DOMINICK. Microeconomia. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1984.		

4º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Teoria Macroeconômica I	PRÉ-REQUISITO: Contabilidade Nacional	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Introduzir o aluno à análise macroeconômica para uma economia fechada e aberta, apresentando os modelos de determinação de renda no curto e no longo prazo. Apresentar ao aluno o instrumental que possibilite o mesmo fazer uma primeira discussão das políticas econômicas.		
Ementa: Introdução a Macroeconomia: Determinação da renda em uma economia fechada e políticas econômicas, o modelo clássico e o modelo IS-LM. Determinação da renda em uma economia aberta e políticas econômicas, o modelo clássico e o modelo IS-LM-BP;		
Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. Macroeconomia: em uma economia global. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.		
Bibliografia Complementar: ACKLEY, Gardner. Teoria macroeconômica. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989. BRANSON, William H. Macroeconomia, teoria e política. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979. HALL, Robert E.; TAYLOR, John B. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus: 1998. KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Economistas. LEITE, J. A. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1994. SHAPIRO, Edward. Análise macroeconômica. São Paulo: Atlas, 1985. SIMONSEN, Mário H. Dinâmica macroeconômica. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1983. SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 1995.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Estatística I	PRÉ-REQUISITO: Fundamentos de Matemática	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar os conceitos de Estatística necessários à descrição e interpretação de dados econômicos.		
Ementa: Medidas de tendência central, dispersão, amostragem,.		
Bibliografia Básica: FONSECA, Jairo Simon da, MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística. 6.ed. São Paulo : Atlas, 1996 HOEL, P. G. et all. Estatística Elementar. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1992. MARTINS, Gilberto de Andrade, DONAIRE, Denis. Princípios de Estatística. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 1995.		
Bibliografia Complementar: BUSSAB, W. O., MORETIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo : Atual, 1986. SILVA, E. M. et al. Estatística 1. Atlas: São Paulo, 1996 SPIEGEL, Murray R. Estatística. 3.ed. São Paulo : MakronBooks, 1994.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Brasileira I	PRÉ-REQUISITO: Introdução Economia II	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Analisar os principais movimentos norteadores da formação econômica e social do Brasil partindo dos ciclos econômicos até a crise no início dos anos 60. Período 1500 a 1964.

Ementa:

Os ciclos econômicos, a Primeira República; A revolução de 30 e o início da industrialização abordando até a crise de 1960 e o golpe de 1964. Os complexos agro-exportadores regionais; Nascimento e consolidação da indústria no Brasil; A Economia cafeeira e a política econômica na República Velha; A crise de 1929 e os mecanismos de superação implantados pela revolução de 30. As políticas econômicas e sociais implantadas entre 1930 e 1964.

Bibliografia Básica:

ABREU, M.P. (org.), "A Ordem do Progresso". Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1990
BRUM, Argemiro. O desenvolvimento econômico brasileiro. 9a ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1989.
PRADO JUNIOR Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

Bibliografia Complementar:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Ática.
LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.
MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CURSO: Ciências EconômicasDISCIPLINA: **Economia Política II**PRÉ-REQUISITO: **Economia Política I**

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Compreender a dinâmica e os graus de socialização e integralização dos processos produtivos individuais e locais no sistema econômico global; Estudar os condicionantes cíclicos da economia capitalista e a tendência à generalização da crise e das fases do ciclo.

Ementa:

O capital em movimento: ciclos, reprodução e rotação. A rotação: tempo de rotação, amortização e retorno de investimento. A reprodução simples e ampliada. Categorias da Economia Política e da teoria da empresa. Valores e custos de produção. Salário como o preço do trabalho. Lucro médio e formação de preços de produção. Capital comercial e bancário. Lucro comercial e juros. Teoria dos fatores de produção. O capital financeiro. As crises e os ciclos econômicos.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Vânia Lomônaco. Para Entender a Economia Capitalista: noções introdutórias. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
CASTRO, Nivalde J. Notas sobre a interferência do Estado na economia. Texto Didático N°3, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1980.
FILHO, André Filho... | et al. | Manual de Economia: equipe de professores da USP. 3º ed. Editora Saraiva. São Paulo, 1998.

Bibliografia Complementar:

NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo e Marx. Rio de Janeiro. Graal.
SCHWARTZ, Gilson. Decifre a Economia. São Paulo, Saraiva, 1991.
SINGER, P. Curso de Introdução a Economia Política. Ed. Forense Universitária, 6.ed. Rio de Janeiro, 1980.

CURSO: Ciências EconômicasDISCIPLINA: **Teoria Microeconômica II**PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica I**

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Analisar os principais modelos de estrutura de mercado. Estudar o mercado de fatores.

Ementa: Estrutura de Mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolista, oligopólio e Mercados de Fatores. Noções de teoria dos jogos.

Bibliografia Básica:

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 1994.
VARIAN, Hall. Microeconomia: princípios básicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p.
VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. Microeconomia. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

FERGUSON, C.E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
HENDERSON, J.M.; QUANDT, R.E. Teoria Microeconômica: uma abordagem matemática. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992.
SALVATORE, Dominick. Microeconomia. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1984.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Teoria Macroeconômica II	PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica I	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Possibilitar ao aluno fazer uma leitura aprofundada sobre o mercado de trabalho, inflação e desemprego. Apresentar o modelo de oferta agregado e o papel das expectativas, assim como dissecar as variáveis macroeconômicas básicas. (consumo, investimento e governo)		
Ementa: Modelo de oferta agregada: Mercado do trabalho e o papel das expectativas. Desemprego e inflação. O modelo de oferta e demanda agregada. Função consumo, modelo de investimentos e governo.		
Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. Macroeconomia: em uma economia global. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.		
Bibliografia Complementar: ACKLEY, Gardner. Teoria macroeconômica. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989. BRANSON, Willian H. Macroeconomia, teoria e política. 2. ed. Lisboa: Fundação 1979. HALL, Robert E.; TAYLOR, John B. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus: 1998. KALECKI, Michael. Teoria da dinâmica. São Paulo: Abril Cultural. Coleção: Os Economistas. KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Economistas. LEITE, J. A. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1994. SIMONSEN, Mário H. Dinâmica macroeconômica. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1983. SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 1995.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Monetária	PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica I	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar os principais conceitos teorias e modelos necessários ao entendimento para a análise da política monetária.		
Ementa: <i>Origem, Características e Funções da Moeda. Oferta e Demanda Monetária. Sistema Financeiro Nacional. Mecanismos de Política Monetária. Demais Interações Entre Moeda e Variáveis Macroeconômicas</i>		
Bibliografia Básica: HILLBRECHT, R. Economia monetária, 1 ed. São Paulo, Atlas, 1999. LOPES, J. do C. ROSSETI, J. P. Economia monetária 9 ed. São Paulo, Atlas, 2005 MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 3º Ed. Rio de Janeiro : LTC, 1998		
Bibliografia Complementar: ACKLEY, Gardner. Teoria Macroeconômica. 3º ed. São Paulo: Pioneira, 1989 BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro : Campus, 2001. FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. São Paulo: Qualitymark, 2005. LEITE, J.A. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1994. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Estatística II	PRÉ-REQUISITO: Estatística I	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 20

Objetivo Geral: Introduzir os conceitos de Probabilidade necessários ao entendimento e à aplicação das técnicas de Inferência Estatística. Apresentar os principais conceitos de Estimação e de Inferência Paramétrica.
Ementa: Probabilidade. Distribuição de probabilidade, inferência estatística, números índices.
Bibliografia Básica: MERRIL, Willian C.; FOX, Karl A estatística econômica. Atlas. São Paulo, 2000 HOFFMAN, Rodolfo. Estatística para economista. Livros Técnicos e científicos. Rio de Janeiro. LAPPONI, Juan C. Estatística usando Excel. Lapponi editora Ltda, São Paulo. 1995.
Complementar: BUSSAB, W. O., MORETTIN, P. A., Métodos Quantitativos: Estatística Básica, São Paulo: Atual, 1998. MORETTIN, Pedro A <i>Métodos quantitativos para economistas e administradores</i> . Atual ed. Ltda. São Paulo SPIEGEL, Murray R. Estatística. 3.ed. São Paulo : MakronBooks, 1994. STEVENSON, W. J., Estatística aplicada à administração economia, São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Brasileira II		PRÉ-REQUISITO: Economia Brasileira I, Teoria Microeconômica II
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Analisar a evolução da economia brasileira a partir de 1964 até 1990. Inclui a política econômica do período militar até o fim do modelo de substituição de importação.		
Ementa: A política econômica do período militar incluindo o milagre econômico, o II PND e a política econômica do período da redemocratização brasileira da década de oitenta até o fim do modelo de substituição de importação em 1990		
Bibliografia Básica: BRESSER-PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003 BRUM, A.J., O desenvolvimento econômico brasileiro, – Ijuí - RS: Ed. Vozes em co-edição com a Editora UNIJUÍ, 1999 GREMAUD, A. P. et alli. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2002. SANDOVAL VASCONCELLOS, M. A e outros. Economia Brasileira Contemporânea. Ed. Atlas. 1999 RANGEL, Ignácio. Obras reunidas: Ignácio Rangel (1914-1994). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume I e II		
Bibliografia Complementar: ABREU, M. P. (org.), "A Ordem do Progresso". Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1990. BAER, W. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Editora da F.G.V. – RJ BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. (org). Desenvolvimento Capitalista no Brasil, editora Brasiliense. 1982 BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. (org) Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Vol. 1. Editora Brasiliense. 1984 CARDOSO, E.A. Economia Brasileira ao Alcance de Todos. Editora Brasiliense, 1998 – 5 edição. CASTRO, A. B. & SOUZA, F.E.P. de, "A economia brasileira em marcha forçada", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Teoria Microeconômica III		PRÉ-REQUISITO: Teoria Microeconômica II
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Conhecer o modelo de equilíbrio geral e a teoria do bem estar. Introduzir noções relacionadas a externalidades e bens públicos. Analisar argumentos para justificar a intervenção do governo.
Ementa: Equilíbrio Geral. Bem-Estar. Externalidades e Bens Públicos. Informação Assimétrica. Regulação Econômica e Política Industrial.
Bibliografia Básica: PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 1994. VARIAN, Hall. Microeconomia: princípios básicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p. VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. Microeconomia. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
Bibliografia Complementar: GARÓFALO, CARVALHO. Teoria microeconômica. São Paulo: Atlas, 1985. FERGUSON, C.E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. FIANI, Ronaldo. Teoria dos Jogos: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2004. HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. Teoria Microeconômica: uma abordagem matemática. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. SALVATORE, Dominick. Microeconomia. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1984.

6º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Econometria	PRÉ-REQUISITO: Estatística II	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 45	CH PRÁTICA: 15
Objetivo	Geral: Introduzir o conceito de modelo econométrico e apresentar os modelos mais utilizados na análise empírica da Teoria Econômica.	
Ementa: Regressão simples, Regressão múltipla, Quebra de supostos, Variáveis Dummy		
Bibliografia Básica: JUDGE, G.G.; HILL, C. Econometria. São Paulo: Saraiva, 2000 SARTORIS, Alexandre. Estatística e introdução à econometria. São Paulo, Saraiva, 2003 VASCONCELOS Marco Antonio Sandoval; ALVES Denisard (Orgs) Manual de Econometria. São Paulo: Atlas, 1ª ed. 2000.		
Bibliografia Complementar: ALLARO, R. J. Introdução à econometria, Rio de Janeiro. Guanabara Dois, 1997 CORRAR, Luiz J.; Theóphilo, Carlos R. Pesquisa operacional. São Paulo, Atlas, 2004 DE MATOS Orlando Carneiro. Econometria Básica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. HOFFMANN, R; VIEIRA, S. Análise de regressão: uma introdução á econometria, São Paulo, Hucitec, 1977. JOHWSTON, J. Métodos de econometria, Espanha, Vicens-vives, 1987.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Brasileira Contemporânea	PRÉ-REQUISITO: Economia Brasileira II	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Estudar o processo da abertura econômica do Brasil, o processo de estabilidade da moeda com o Plano Real, a reestruturação do Estado, a luz das reformas ocorridas na Economia Mundial após a crise do modelo desenvolvimentista. Análise conjuntural do governo Lula.

Ementa:

Análise econômica do fim da década de oitenta e a eleição do Presidente Collor; Planos econômicos e sua implantação. Análise do contexto internacional e sua influência no contexto político e social do Brasil. Queda do Presidente Collor e a ascensão do Presidente Itamar Franco. Preparação e implantação do Plano Real e a eleição do Presidente FHC. Análise dos mandatos FHC, segundo sua política econômica. A reestruturação das empresas estatais e do Estado. Contexto internacional e sua influência nas políticas implantadas internamente. Eleição do Presidente Lula e seu governo. Análise conjuntural e prospectiva.

Bibliografia Básica:

GREMAUD, A. P. Et alli. Economia Brasileira Contemporânea. Atlas. São Paulo. 2002

LACERDA, A. C. Et alli. Economia Brasileira. Saraiva. São Paulo. 2002

BAER, W. A. Economia Brasileira Nobel. São Paulo. 1995

BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Unijui. Ijuí-RS. 1999

Bibliografia Complementar:

ABREU, M.P.(org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro. Campus. 1990

SICSÚ, João. (org.) Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com equidade social. Manole. 2005

Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços. Manole 2003.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: Economia Regional e Urbana

PRÉ-REQUISITO: Economia Brasileira II

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Estabelecer as relações entre os comportamentos dos agentes e das atividades econômicas e seus rebatimentos na organização e transformação dos territórios. ; Apresentar e discutir as teorias econômicas (teorias da localização e teorias do desenvolvimento econômico regional.) ; Apresentar experiências recentes em desenvolvimento regional para extrair lições para o Brasil.

Ementa:

O espaço na teoria econômica. A polêmica em relação ao conceito de espaço. Espaço como campo de forças, como conteúdo de um plano, o espaço na geografia física. ; Teorias clássicas da localização: Von Thunen, Weber, Christaller e Losch. Fatores aglomerativos e desaglomerativos, a organização do espaço.; Teorias do crescimento regional e urbano. Pólos de crescimento, efeitos para a frente e para trás, causação circular, teoria da base de exportação. ; O desenvolvimento regional no Brasil. Panorama histórico. Aspectos críticos, experiências, os novos desafios. ; Experiências em desenvolvimento regional na União Europeia e lições para o Brasil.

Bibliografia Básica:

CAMPOLINA DINIZ CLÉLIO E MARIO BORGESS LEMOS: Economia e território. Editora da UFMG 2005.

CAMPOLINA DINIZ CLÉLIO E MARCO CROCCO (ORGS.) Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Cedeplar e Editora UFMG, 2006.

POLÊSE M. Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas. Associação Portuguesa para o desenvolvimento regional- APDR, Coimbra 1998.

Bibliografia Complementar:

CAMPOLINA DINIZ CLÉLIO: A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. IPEA, Texto para discussão 375, junho 1995.

CLEMENTE, A., Economia regional e urbana. São Paulo : Atlas, 1994.

SIMÕES RODRIGO: Métodos de análise regional e urbana. Cedeplar, UFMG 2005. **Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Ministério da Integração Nacional (disponível no site do ministério)

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: Teoria Macroeconômica III

PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Apresentar os avanços recentes da macroeconomia, em especial a teoria dos ciclos de negócios e a teoria do crescimento econômico.

Ementa:

Teoria dos ciclos econômicos. Teorias do crescimento econômico: o modelo Harrod-Domar, o modelo de Solow, inserção do capital humano e da tecnologia na análise do crescimento, modelos de crescimento endógeno e demais avanços no estudo do crescimento econômico.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, OLIVIER. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. Macroeconomia: em uma economia global. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

Bibliografia Complementar:

ACKLEY, GARDNER. Teoria macroeconômica. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
BRANSON, WILLIAM H. Macroeconomia, teoria e política. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
HALL, ROBERTE.; TAYLOR, John B. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus: 1998.
JONES CHALES I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
LEITE, J. A. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1994.
SCHUMPETER, JOSEPH A. A teoria do desenvolvimento econômico. S. Paulo: Abril **CULTURAL, 1982.**
COLEÇÃO OS ECONOMISTAS.
SHAPIRO, EDWARD. Análise macroeconômica. São Paulo: Atlas, 1985..
SIMONSEN, MÁRIO HENRIQUE; CYSNE, RUBENS PENHA. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 1995.

CURSO: Ciências EconômicasDISCIPLINA: **Avaliação de Investimentos**PRÉ-REQUISITO: **Fundamentos de Matemática**

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Oportunizar ao aluno os conceitos sobre análise de investimentos e avaliação econômica.

Ementa:

Viabilidade de empreendimentos. Eficiência. Análise de Equilíbrio. Viabilidade Financeira de Empreendimentos. Administração Econômica de Investimentos de Risco. Desempenho x Remuneração dos Investimentos. Geração de Fundos de Caixa. Etapas para Avaliação Econômica.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2003.
CASAROTTO FILHO N. e HOPITKE B. H. Análise de investimentos. São Paulo: Atlas, 2000.
HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimento. São Paulo: Atlas, 2003.
CARVALHO, Juracy V. de. Análise econômica de investimentos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
GALESNE A; e FENSTERSEIFER J. Decisões de investimentos da empresa. São Paulo: Atlas, 1999.
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
ROSS, WESTERFIELD e JAFFE. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2002.

CURSO: Ciências Econômicas			
DISCIPLINA: Pensamento Econômico Contemporâneo		PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II	
CH TOTAL: 60		CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Dar seguimento à disciplina de Introdução à Economia I no estudo da evolução do pensamento econômico. Estudar as principais teorias econômicas do século XX, suas crises e debates teóricos entre escolas de pensamento econômico contemporâneo.			
Ementa: Teoria Neoclássica. Crítica do Sraffa à teoria Neoclássica e a contribuição de J. Robinson e Chamberlin. A controvérsia sobre a demanda efetiva: Keynes, Kalecki e Rosa Luxemburgo. A contribuição do Schumpeter. Os pós- keynesianos e a segunda síntese neoclássica. Os novos clássicos e os novos keynesianos. O pensamento Econômico da CEPAL. O neoliberalismo.			
Bibliografia Básica: ARAÚJO, C. R. V. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. Atlas. São Paulo. 1995. FEIJÓ, Ricardo. História do Pensamento Econômico. Atlas. São Paulo. 2001. MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. T. A. Queiroz, Editor São Paulo 1987. NAPOLEONI, Cláudio. O Pensamento Econômico do Século XX.Círculo do Livro. São Paulo. 1983. NEGRÃO, J. J. Para conhecer o Neoliberalismo. Publisher Brasil. São Paulo. 1998. RIMA, I. H. História do Pensamento Econômico Atlas. São Paulo. 1990			
Complementar: HUNT, E: SHERMAN,H.J. História do Pensamento Econômico. 20ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2001. HUNT, E.K. História do Pensamento Econômico. 25ª edição. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1981.			

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia do Setor Público		PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer ao aluno de Economia o conhecimento sobre a forma de atuação do setor público em economia de mercado, destacando as funções do governo, às questões de financiamento dos gastos os respectivos impactos na economia.		
Ementa: Setor público e Mercado, Funções do Governo, Teoria das Despesas Públicas, Gastos Públicos , Dívida Pública e Necessidade de Financiamento do Setor Público, Teoria da Tributação.		
Bibliografia Básica: GIACOMINI, James. Orçamento público. São Paulo, Atlas, 11ªed. 2002. RIANI, Flávio. Economia do Setor Público. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002 PEREIRA, José Matias, <i>Finanças públicas</i> 2ª ed. SP, Atlas, 2003		
Bibliografia Complementar: FILELLINI, A. Economia do Setor Público. São Paulo: Atlas, 1989. PEREIRA José Matias. Finanças Públicas. A política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 1999. LLUSSÁ, F.A.J. Credibilidade e Administração da Dívida Pública: Um Estudo Para o Brasil. Rio de Janeiro. BNDES. 1998 LOPREATO, F.L.C. “Um Novo Caminho do Federalismo no Brasil?” In: <i>Economia e Sociedade</i> . Campinas, Unicamp, IE. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997. REZENDE, Fernando, <i>Finanças públicas</i> 2ªed. SP, Atlas, 2001		

CURSO: Ciências Econômicas			
DISCIPLINA: Política e Planejamento Econômico		PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II	

CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao acadêmico uma visão sobre a teoria de Política e Planejamento Econômico ao nível nacional e inter		
Ementa: Política econômica em nível global e setorial. Planejamento no Brasil. O papel do estado na economia. Teoria do planejamento. Etapas e níveis do planejamento econômico. A experiência brasileira com política e programação econômica. A experiência internacional com política e programação econômica. A interpretação e construção de cenários macroeconômico.		
Bibliografia Básica: BROMLEY, Ray; BUSTELO, Eduardo S. Política e técnica no planejamento brasileiro. Ed. Brasiliense, 1982. KIRSCHEN, E.S. Política econômica contemporânea. São Paulo, ed. Atlas, 2000 ROSSETTI, José P. Política e programação econômica. São Paulo: Atlas, 1978.		
Bibliografia Complementar: COSTA Jorge G. Planejamento Governamental: a experiência brasileira. HILHORST, Joé G.M. Planejamento regional: enfoque sobre sistemas. Rio. Zahar ed, 1978. JONES, H. e TWISS, B.C. Previsão tecnológica para decisões de planejamento. Rio. Zahar ed.. 1978.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	PRÉ-REQUISITO: Estatística II e Avaliação de Investimentos	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 20
Objetivo Geral: Oferecer ao aluno de Economia conhecimentos teóricos e práticos no processo de elaboração, execução e controle de projetos, dentro de uma perspectiva de empresa pública e privada.		
Ementa: Planejamento e os projetos. Os aspectos mercadológicos. A localização, o processo de produção (tecnologia, tamanho etc.). Os aspectos financeiros e orçamentários. O financiamento, a execução e o controle de projetos. Análise e avaliação: métodos de decisão econômica (Valor Presente Líquido, Payback descontado, Índice de Custo e Benefícios, TIR e componente inflacionário e impostos), análise de sensibilidade e ponto de equilíbrio, incerteza e risco, custo do capital. O segundo abrange os custos e benefícios sociais, o custo social do fator trabalho, da taxa de câmbio e da taxa de desconto, as externalidades e aspectos ecológicos e ambientais.		
Bibliografia Básica: BUARQUE, CRISTOVAM. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1995. HOLANDA, NILSON. Planejamento e Projetos. Fortaleza: UFC, 1982. MATHIAS, WASHINGTON FRANCO; WOILER, Samsão. Projetos: planejamento, elaboração, análise. São Paulo: Atlas, 1996.		
Bibliografia Complementar: CASAROTTO FILHO, Nelson. Projeto de negócios: estratégia e estudos de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002. CLEMENTE, ADEMIR et al. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 1998. MELNICK, JULIO. Manual de Projetos de Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Unilivros Cultural, 1984. SAMANEZ, CARLOS PATRÍCIO. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 3ª ed. São Paulo: Pretice Hall, 2002.		

8º Período

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia da Agricultura	PRÉ-REQUISITO: Economia do Setor Público	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Desenvolver junto aos alunos mecanismos de análise e interpretação dos principais aspectos da economia agrícola no cenário brasileiro do século XX e início do século XXI.		
Ementa: Contribuição da agricultura no processo de industrialização das décadas de 30 a 60. A agricultura e os instrumentos de política econômica nas décadas de 60 e 70. A agricultura e instrumentos de política econômica nas décadas de 80 e 90.		

Bibliografia Básica:

BATALHA, M.O. Gestão Agroindustrial, vol.1. São Paulo: Atlas, 1997.

BENETTI, M.D., Sistemas de Crédito Rural e Financiamento da agricultura na década de 90. Brasília, IPEA, 1994

FAGUNDES, M.H., Políticas Agrícolas e o Comércio Mundial . Brasília: IPEA, 1994.

(estudos de política agrícola nº28)

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, A.P. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1989 (Estudos Brasileiros, vol. 24)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Reforma Agrária e Desenvolvimento sustentável. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento,2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agricultura sustentável: subsídios à elaboração de agenda 21 brasileira. Brasília, 2000.

REZENDE, G.C. Política de Preços mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. IPEA, 2000 (Texto para discussão nº 740 In. Site: www.ipea.gov.br

WANDERLEY, M.N.B. "Capital e prosperidade fundiária na agricultura brasileira" **ARAÚJO, B.J.** De Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

COUTINHO, P.C. Os impostos de política de suporte à agricultura sobre a economia brasileira proposta de qualificação. Brasília, IPEA,1994. (Relatórios e Pesquisa)

GUIMARÃES, A.P. A crise Agrária, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Técnica de Pesquisa em Economia		PRÉ-REQUISITO: Metodologia Científica; Estatística II; Teoria Microeconômica III e Teoria Macroeconômica III
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 30	CH PRÁTICA: 30
Objetivo Geral: Conhecer e analisar métodos e técnicas em pesquisa científica , de forma que o aluno possa elaborar um trabalho científico.		
Ementa: O processo de investigação científica. Definição do tema e delimitação. Planejamento de pesquisa. Coleta de informações. Uso das informações bibliográficas e estatísticas. Tratamento estatístico dos dados. Elaboração do relatório de pesquisa. Normas técnicas para elaboração de trabalho científicos (ABNT, NBR etc...)		
Bibliografia Básica: ADALBERTO, Alves Maira Neto. Técnica de pesquisa em economia. 1ª ed. Saraiva, 2002. BERNI, Duilio de Ávila.(org). Técnica de pesquisa em economia, 1ª ed. Saraiva, 2002. MARION, José C. DIAS, Reinaldo, TRALDI, Maria C. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. Atlas, 1ªed. 2002.		
Bibliografia Complementar: BASTOS, L. da R., PAIXÃO, L., FERNANDES, L. M. Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses e Dissertação: Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1999. BIANCHI, A. M. (org), Questões de Método na Ciência Econômica, São Paulo: IEP/USP,1986. LAKATOS E. M., MARCONI de A. <i>Técnicas de Pesquisa</i> , São Paulo: Atlas, 6ª ed. 2001 MARION, José C.; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria C. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo, Atlas, 1ªed. 1986. MUNHOZ, D. G. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Economia, Brasília: Ed. UNB, 1987		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA:	Desenvolvimento Sócio-Econômico	PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica III
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar informação básica sobre as teorias de desenvolvimento econômico, a controvérsia sobre desenvolvimento e as novas vertentes.		
Ementa: Conceitos básicos e medição. Panorama atual do desenvolvimento mundial. Desenvolvimento segundo os economistas clássicos: Karl Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter. Desenvolvimento segundo a corrente liberal ortodoxa. Comercio internacional e desenvolvimento. Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento sustentável, controvérsia sobre sustentabilidade.		

Bibliografia Básica:

SOUZA, Nali de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas. 4ª ed. 1999.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento ideológico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento. IPEA, Rio de Janeiro, 1985.

SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura..

Bibliografia Complementar:

BRUE, Stanley. *História do Pensamento Econômico*. 6ªed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

JONES, C.I. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. São Paulo: Editora Campus, 1999.

PELLAUD, FRANCINE. *Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável*. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências – Vol.4. Nº02 – Dez/2002. Acessado em 13 de fevereiro de 2009. http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v4_n2/4215.pdf.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: Economia Internacional

PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II

CH TOTAL: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Esse curso apresenta a teoria da economia internacional e suas aplicações para a análise e formulação da política de comércio exterior. O curso trata dos fatores determinantes do padrão de vantagem comparativa e da estrutura do comércio exterior. Além, de examinar os movimentos internacionais de fatores de produção, dando consideração especial ao investimento estrangeiro.

Ementa:

Teoria Clássica do Comércio Internacional. Teoria da vantagens absolutas e teoria vantagens comparativas. Teorias Neoclássicas do Comércio Internacional: Modelo de Heckscher-Ohlin, Teorema de Heckscher-Ohlin, Teorema da Igualização dos Preços dos Fatores, Teorema de Stolper-Samuelson, Teorema de Rybczynski, Proteção e os seus Efeitos. Balanço de Pagamentos. Políticas Macroeconômicas numa Economia Aberta: o caso das taxas de câmbio fixo e o caso das taxas de câmbio flexíveis. Mercados globalizados.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, R. Et alli. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e prática. São Paulo: Makron books, 1999.

MAIA Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar:

CYSNE, Rubens P.; SIMONSEN, Mário H. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989

KENEN, Peter B. Economia internacional, 3 ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998

SACHS, J. & LARRAIN, F. Macroeconomia São Paulo:

SALVATORE, Dominick. Economia internacional. 6ª ed. Rio De Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1998.

VASQUEZ José Lopes. Comércio Exterior brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WILLIANSO, John. A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

9º Período**CURSO: Ciências Econômicas**

DISCIPLINA: Monografia

PRÉ-REQUISITO: Técnica de Pesquisa em Economia

CHT: 240

CH TEÓRICA: 120

CH PRÁTICA: 120

Objetivo Geral:

Produzir monografia final de curso com base em projeto anteriormente elaborado, considerando as exigências teórico-metodológicas, relacionadas com as respectivas linhas de pesquisa do Curso de Ciências Econômicas, sob a supervisão de um professor Orientador e do professor Coordenador da Disciplina.

Ementa: O orientador e o Coordenador de Monografia devem acompanhar as seguintes etapas do trabalho de final de curso do aluno: (a) Desenvolvimento do Projeto de monografia, anteriormente elaborado, observando a metodologia proposta para a execução do trabalho; (b) Realização de leituras subsidiárias à necessidade metodológica específica ao tema em desenvolvimento; (c) Redação da monografia; (d) Organização metodológica da monografia de acordo com as regras científicas estabelecidas pela ABNT e regulação interna do Regimento de Monografia do Curso de Ciências Econômicas; (e) Realização das correções ortográficas e gramaticais; (f) Redação final e definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso; (g) Apresentação e defesa do trabalho final perante uma banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Matias, José Pereira. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Editora. Atlas, 2007.
2. Marconi, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: atlas, 1990
3. Demo, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.
4. Gil, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1990
5. Manual de monografia do Curso de Ciências Econômicas da UFT.
6. Regimento de Monografia do Curso de Ciências Econômicas da UFT.

Bibliografia Complementar:

1. Castro, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
2. Martins, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
3. Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1991
4. Breen, George Edward. **Faça você mesmo pesquisa de Mercado**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1991.

7.4.2 - Disciplinas Optativas

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Organização Industrial	PRÉ-REQUISITO: Teoria Microeconômica III	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar tópicos abordando temas referentes à teoria da firma, economia concorrencial e sua relação com os aspectos tecnológicos da empresa.		
Ementa: Abordagem da evolução da teoria da organização Industrial; Análise dos fundamentos do modelo de Estrutura – Conduta – Desempenho; O setor externo para uma economia hospedeira de capitais; A superação do institucionalismo na teoria da organização industrial; Implicações da globalização para a indústria brasileira		
Bibliografia Básica:		
1. Porte, Michael. Estratégia Competitiva – Técnica para a análise da indústria e da concorrência . Rio de Janeiro: Editora. Campus, 1987.		
2. Possas, Mario Luiz. Estrutura do Mercado em Oligopólio . São Paulo: Editora Hucitec, 1990.		
3. Guimarães, Eduardo Augusto. Acumulação e Crescimento da Firma – Um Estudo de Organização Industrial . Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.		
Bibliografia Complementar:		
1. Fontenelle, Ana Maria. Evolução do Pensamento da Teoria da Organização Industrial . Tese de Doutorado em Economia. USP - São Paulo, 1995.		
2. Baumann, Renato (organizador). O Brasil e a Economia Global . Rio de Janeiro: Editora Campus.		
3. Kupfer, D.; Hansenclever, L., Economia Industrial , 8ª edição, Editora Campus, 2002.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Matemática	PRÉ-REQUISITO: Cálculo II, Teoria Microeconômica I e Teoria Macroeconômica I	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar formulações mais sofisticadas de modelos econômicos a partir da utilização do instrumental matemático na análise estática de problemas econômicos, de modo a estabelecer uma conexão entre os conhecimentos de matemática pura, apreendidos nas disciplinas de Cálculo, e suas aplicações na Teoria Econômica.		
Ementa: Modelos Lineares e Álgebra Linear aplicados à Teoria Econômica. Fundamentos da análise de Equilíbrio e Estática Comparativa em Economia. Modelos de Otimização simples e condicionadas aplicados à análise do comportamento dos agentes econômicos (consumidor, firma etc.). Programação Linear aplicada a problemas econômicos. Autovalores e autovetores.		
Bibliografia Básica: CHIANG, Alpha C. Matemática para economista . São Paulo: McGraw-Hill, 1982.		

Complementar:

BRAGA, Márcio Bobik Braga; KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; ORELLANO, Verônica Inês Fernandez. **Matemática para Economistas**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa. **Análise Matemática**. Rio de Janeiro: IPEA. 1982.

CYSNE, Rubens Penha; MOREIRA, Humberto Ataíde. **Curso de Matemática para Economista**. São Paulo: Atlas, 1997.

HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. **Teoria Microeconômica: uma abordagem matemática**. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992.

SILBERBERG, Eugene; SUEN, Wing. **The Structure of Economics: A Mathematical Analysis**. 3ª ed. New York: McGraw Hill/Irwin, 2000.

SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

YAMANE, Taro. **Matemática para Economistas**. Atlas, São Paulo, 1970.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Econometria II		PRÉ-REQUISITO: Econometria I
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer ao aluno uma série de ferramentas na análise de dados econométricos de séries temporais.		
Ementa: Introdução à Regressão de Séries Temporais e Previsão; Séries de Tempo Estacionárias; Séries de Tempo Não-Estacionárias: tendências, sazonalidade e mudança estrutural; Modelos ARIMA; Sistemas de Equações e Modelos Auto-Regressivos Vetoriais; Testes de Raiz Unitária; Co-Integração e Modelos de Correção de Erro; Modelos de Previsão;		
Bibliografia Básica: BUENO, R. S. Econometria de Séries Temporais . São Paulo: Cengage Learning, 2008. GUJARATI, D. Econometria Básica . São Paulo: Makron Books. 2000. VASCONCELOS, M. A. & ALVES, D. (orgs.) Manual de Econometria : nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.		
Complementar HAMILTON, J. Time Series Analysis . Princeton, 1994. STOCK, J.H. & WATSON, M.W. Econometria . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. WOOLDRIDGE, J. Introdução à Econometria : uma abordagem moderna. São Paulo: Thomson Learning. 2006.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Métodos Quantitativos		PRÉ-REQUISITO: Cálculo II, Econometria, Teoria Microeconômica I e Teoria Macroeconômica I
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Aprofundar o conhecimento em tópicos específicos de Estatística, Econometria, Matemática e Economia Matemática, de forma a complementar o conhecimento obtido nas demais disciplinas quantitativas do curso de Ciências Econômicas. Adicionalmente, pretende-se familiarizar o aluno em relação à utilização de <i>softwares</i> estatísticos, econométricos e matemáticos.		
Ementa: Consiste na exposição e aprofundamento de um ou mais tópicos a seguir (observado os objetivos da disciplina): <u>Matemática/Economia Matemática</u> : Álgebra Linear. Tópicos Avançados em Cálculo Diferencial e Integral. Cálculo Financeiro. Tópicos em Análise Matemática. Topologia. Equações Diferenciais. Equações em Diferenças. Modelos Dinâmicos (Equações Simultâneas e Otimização Dinâmica). Pesquisa Operacional. Aplicação Econômica de Modelagem e Simulação Matemática. Uso de <i>softwares</i> matemáticos. <u>Estatística/Econometria</u> : Tópicos Avançados em Estatística Pura. Tópicos Avançados em Teoria da Probabilidade. Tópicos Avançados em Amostragem. Análise Multivariada. Método de Mínimos Quadrados Generalizados. Teste de previsão, restrição, estabilidade Modelos Econométricos Binários. Modelos Econométricos em Dados de Painel. Modelos Econométricos em Dados Limitados. Modelos Econométricos com Equações Simultâneas. Modelos Econométricos em Dois Estágios. Equações Aparentemente Não-Relacionadas (SURE). Econometria Espacial. Microeconometria. Uso de <i>softwares</i> estatísticos e econométricos.		

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Eduardo Leopoldino. **Introdução à Pesquisa Operacional**: métodos e modelos para a análise de decisões. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

AYRES JÚNIOR, Frank. **Equações Diferenciais**. São Paulo: McGraw-Hill, 1959.

CHIANG, Alpha C. **Matemática para economista**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

COSTA, José de Jesus da Serra. **Tópicos de Pesquisa Operacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

LEITHLD, L.O. **Cálculo com geometria analítica**. 3ª ed. São Paulo: Editora Harbra, 1994.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

HILL, Carter; GRIFFITHS, William; JUDGE, George. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOFFMAM, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 3ª ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Métodos Econométricos**. 4ª edição. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.

Complementar:

ANSELIN, Luc; REY, Sergio; FLORAX, Raymond J. G. M. **Advances in Spatial Econometrics**: Methodology, Tools and Applications. New York: Springer Verlag, 2006.

CASTELAR, Luiz Ivan de Melo; SOARES, Ilton Gurgel. **Econometria Aplicada com o uso do EViews**. Fortaleza: UFC/CAEN, 2003.

CHIANG, Alpha C. **Elements of Dynamic Optimization**. New York: McGraw-Hill, 1992.

CYSNE, Rubens Penha; MOREIRA, Humberto Ataíde. **Curso de Matemática para Economista**. São Paulo: Atlas, 1997.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: **Tópicos Especiais em Teoria Microeconômica** PRÉ-REQUISITO: Teoria Microeconômica II

CHT: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Preparar o aluno para cursos de Teoria Microeconômica na pós graduação *stricto sensu*, abordando tópicos em Teoria Microeconômica complementares aos já ministrados nas disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas. Serão considerados dois tipos de abordagem: (1) Nível Básico (Graduação), para os tópicos de Teoria Microeconômica não tratados em disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas, e (2) Nível Intermediário ou Avançado (Pós-Graduação), para os tópicos de Teoria Microeconômica já tratados, em nível básico, em disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas.

Ementa: Consiste na exposição e aprofundamento de um ou mais tópicos a seguir (observado os objetivos da disciplina):

Nível Básico: Escolha Intertemporal. Escolha sob Incerteza. Escolha envolvendo Risco. Leilões. Contratos e Incentivos. Microeconomia Aplicada.

Nível Intermediário ou Avançado: Teoria do Consumidor. Teoria da Firma e dos Custos. Dualidade. Mercados Competitivos. Mercados não Competitivos. Bem-Estar. Equilíbrio. Equilíbrio Geral Computável. Bens Públicos e Externalidades. Informação e Sinalização. Teoria dos Jogos Escolha Intertemporal. Escolha sob Incerteza. Escolha envolvendo Risco. Leilões. Teoria dos Jogos. Contratos e Incentivos. Microeconomia Aplicada.

Bibliografia Básica:

CHIANG, Alpha C. **Matemática para Economistas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos**: para cursos de administração e economia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. **Mathematical for Economists**. New York: W.W. Norton & Company, 1994.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. **Microeconomia**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Complementar:

CHIANG, Alpha C. **Elements of Dynamic Optimization**. New York: McGraw-Hill, 1992.

HENDERSON, James Mitchell; QUANDT, Richard E. **Teoria Microeconômica**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

KREPS, David M. **A Course in Microeconomics Theory**. Princeton: Princeton University Press, 1990. 863p.

LISBOA, Marcos de Barros; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Microeconomia e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M. D.; GREEN, J. R. **Microeconomics Theory**. New York: Oxford University Press, 1995. 981p.

SILBERBERG, Eugene; SUEN, Wing. **The Structure of Economics: A Mathematical Analysis**. 3ª ed. New York: McGraw Hill/Irwin, 2000.

VARIAN, Hal. **Microeconomic Analysis**. 3ª ed. New York: W.W. Norton and Co, 1992. 506p.

RASMUSEN, Erick. **Games and Information**. 4ª ed. San Francisco: Wiley-Blackwell, 2006.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Teoria Macroeconômica		PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
<p>Objetivo Geral: Aprofundar o Preparar o aluno para curso de Teoria Macroeconômica em pós graduação <i>stricto sensu</i>, abordando tópicos em Teoria Macroeconômica complementares aos já ministrados nas disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas. Serão considerados dois tipos de abordagem: (1) Nível Básico (Graduação), para os tópicos de Teoria Macroeconômica não tratados em disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas, e (2) Nível Intermediário ou Avançado (Pós-Graduação), para os tópicos de Teoria Macroeconômica já tratados, em nível básico, em disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas.</p>		
<p>Ementa: Consiste na exposição e aprofundamento de um ou mais tópicos a seguir (observado os objetivos da disciplina): <u>Nível Básico</u>: Keynes. Kalecki. Minsky. Schumpeter. Modelos Kaldorianos de Crescimento Econômico. Política Econômica em Perspectiva. Crescimento <i>versus</i> Desenvolvimento Econômico. Modelos de <i>Catching-up</i>. O Papel das Expectativas. Macroeconomia Aplicada.</p> <p><u>Nível Intermediário ou Avançado</u>: Modelos de Crescimento Econômico e Convergência. Modelos de Horizonte Infinito e Gerações Justapostas. Teorias dos Ciclos Econômicos. Consumo. Investimento. O Papel das Expectativas. Macroeconomia Aplicada.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>CHIANG, Alpha C. Matemática para Economistas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.</p> <p>DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.</p> <p>JONES Chales I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.</p> <p>KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.</p> <p>SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 1995.</p>		
<p>Complementar:</p> <p>BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. Economic Grow. 2ª ed. Massachusetts: The MIT Press, 1993.</p> <p>BLANCHARD, Olivier Jean; FISHER, Stanley. Lectures on Macroeconomics. Massachusetts: The MIT Press, 1989.</p> <p>CHIANG, Alpha C. Elements of Dynamic Optimization. New York: McGraw-Hill, 1992.</p> <p>HICKS, John Richard. A crise na economia keynesiana. São Paulo: Vértice, 1987.</p> <p>LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de. Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p> <p>MINSKY, Hyman. John Maynard Keynes. New York: McGraw-Hill, 2008.</p>		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia Internacional II		PRÉ-REQUISITO: Economia Internacional I
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer ao aluno uma maior compreensão sobre os movimentos internacionais de capital o sobre os sistemas monetários vigentes no mundo.		
Ementa: O funcionamento da Empresa no contexto internacional; Sistemas Monetários e financeiros internacionais e formas de atuação, nas economias subdesenvolvidas; Política brasileira de comércio internacional;Relações econômicas internacionais recentes no Brasil.		
Bibliografia Básica:		
KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. Economia Internacional : teoria e política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.		
SACHS, J. & LARRAIN, F. Macroeconomia . São Paulo: Makron books, 1998.		
WILLIAMSON, J. A Economia Aberta e a Economia Mundial : um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1989		
Complementar:		
BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia Internacional : teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		
SALVATORE. Dominick. Economia Internacional . Rio de Janeiro: LTC, 2000.		

CURSO: Ciências Econômicas			
DISCIPLINAS: Mercado Financeiro de Capitais		PRÉ-REQUISITO: Matemática Financeira	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0	

Objetivo Geral
Analisar o funcionamento da economia monetária ao nível macroeconômico com relação aos aspectos do Sistema Financeiro Nacional.
Ementa
Sistema Financeiro Nacional, Mercado monetário e financeiro, Transações interbancárias, Política monetária, Aspectos da taxa de juros, Bancos: produtos e serviços, Risco e retorno de mercado, Finanças internacionais, Mercado de capitais: estrutura do mercado de capitais, mercado primário e secundário de ações, mercado de derivativos, análise técnica de ações.
Bibliografia Básica:
ASSAF NETO, A. Mercado financeiro, São Paulo, Atlas, 9ed 2006
FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. São Paulo: Qualitymark, 2005.
PINHEIRO, Juliano Lima., Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. São Paulo, Atlas, 2007
Complementar:
ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2003
DUARTE, H. A. M. Gestão de riscos para fundos de investimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
GREMAUD, A. P. Manual de economia dos professores da USP. São Paulo, Atlas, 2006
HILLBRECHT, R. Economia monetária, 1 ed. São Paulo, Atlas, 1999.
LOPES, J. do C. ROSSETI, J. P. Economia monetária 9 ed. São Paulo, Atlas, 2005

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Empreendedorismo		PRÉ-REQUISITO: Teoria Microeconômica III
CHT: 60	CH TEÓRICA: 30	CH PRÁTICA: 30
Objetivo Geral: O curso tem como objetivo estimular o aluno a ter formação de um empreendedor dotado de visão realizadora, capacidade de identificação das oportunidades do mercado e avaliação realista das possibilidades de sucesso, das dificuldades e dos desafios que terão de enfrentar no percurso necessário para transformar um projeto empresarial em realidade.		
Ementa: O perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócios. Análise de mercado. Concepção de produtos e serviços. Análise financeira.		
Bibliografia Básica:		
KISHEL, Gregory F., Como iniciar, manter e dirigir um negócio. Rio de Janeiro: Infobook, 1994.		
PEREIRA, Heitor José. Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor. Ed. SEBRAE, 1995.		
Complementar:		
DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.		
MENDONÇA, Luís E. Carvalheira de. Como me tornei empresário: a aventura de 17 vencedores. Recife: Bagaço, 2001.		
CUNHA, Cristiano J.C. de Almeida. Iniciando o seu próprio negócio. Florianópolis: I.E.A, 1997.		
MINARELLI, José Augusto. Trabalhar por conta própria: uma opção que pode dar certo. São Paulo: Editora Gente: Edição SEBRAE, 2001.		
SANTOS, Waldinar. Base sólida para a sua empresa. Teresina: SEBRAE, 2001.		
HARRINGTON, H. James. Aperfeiçoando processos organizacionais. São Paulo: Makron Books.		
SPIRO, Herbert. Finanças para gerentes não-financeiros. São Paulo: Makron Books.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Economia do Setor Público II		PRÉ-REQUISITO: Economia do Setor Público I
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral:		
Abordar o conjunto de princípios e técnicas inerentes ao orçamento público, tributação e demais questões relativas às finanças públicas e suas aplicações na realidade brasileira.		
Ementa: Administração direta, indireta e empresas públicas. Teoria dos bens sociais. Gastos Públicos. Orçamento Público. Tributação		

Bibliografia Básica:

AVARTE, Paulo Barbosa. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsever, 2004.

SACHS, LARRAIN, Macroeconomia, SP, Makron Books Ltda.

PEREIRA, José Matias - **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil** São Paulo: Atlas, 1999.

AFFONSO, R. B & BARROS SILVA, P.L. (org). A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo, FUNDAP, 1995.

AFFONSO, R. B & BARROS SILVA, P.L. (org) **Reforma tributária e federação**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

ATALIBA, Geraldo. **Estudos e pareceres de direito tributário**. Revista dos Tribunais, 1978.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense: 1983.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução a ciências das finanças**. 10 ed. Rio de Janeiro:Forense, 1984.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. Malheiros, 1998.

FANUCCI, Fábio. **Curso de direito tributário brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Resenha Tributária: Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, 1976.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 22ª ed. Saraiva, 1995.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

Complementar:

OLIVEIRA, F. A. **A Reforma tributária de 1966 e a acumulação de capitais no Brasil** Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1991.

BORGES, José Souto Maior. **Lançamento tributário**. orense, 1981.

FILHO, SEIXAS. **Princípios fundamentais do direito administrativo tributário**. Forense, 1996.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Aspectos da questão tributária no Brasil**. São Paulo: UNAFISCO-EAESP/FGV, 1995.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

NOGUEIRA, Rui Barbosa. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2ª ed São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Rubens Gomes de. **Compêndio de legislação tributária**. Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, 1981.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Economia | **PRÉ-REQUISITO: Economia Regional e Urbana**

CH TOTAL: 60 | **CH TEÓRICA: 60** | **CH PRÁTICA: 0**

Objetivo Geral:

Discutir os principais movimentos da economia regional e urbana brasileira a partir da década de 1990.

Ementa:

A desconcentração espacial da economia brasileira pós-1985 e suas formas; desenvolvimento regional e local; Novos arranjos institucionais; padrões de concentração urbana e metropolização; planejamento urbano-regional; evolução recente das economias regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul.

Bibliografia Básica:

AFFONSO, Rui de Britto Álvares; **SILVA**, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Unesp, 1995.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2008.

DINIZ, Clélio Campolina; **LEMOS**, Mauro Borges (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DINIZ, Clélio Campolina; **CROCCO**, Marco. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos A. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. São Paulo: Unesp, 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**, Texto para discussão nº 375, Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1995.

PACHECO, Carlos Américo. **A Fragmentação da Nação**. Campinas: Editora Unicamp/IE, 1998.

SABÓIA, João. **Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa - Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente**. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 2002.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Métodos de Análise Regional e Urbana.		PRÉ-REQUISITO: Micro I e Economia Regional
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: O objetivo do curso fornecer instrumental técnico para a análise e compreensão dos fenômenos regionais e urbanos.		
Ementa: I- Introdução, escopo, variáveis, matrizes de informação e fontes de dados; II – Teorias da Localização (Weber, Von Thünen, Lösch, Cristaller); III – Métodos de Análise Regional; IV – Medidas de Localização e Especialização; V – Método de análise diferencial-estrutural (<i>shift-share</i>); VI – Análise Insumo-Produto; VII – Métodos de Regionalização.		
Bibliografia Básica: AZZONI, C. R. (org.) Onde Produzir? Aplicações da teoria da localização no Brasil. São Paulo, USP. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. ABLAS, L. <i>A teoria do lugar central</i> . São Paulo: IPE-USP, 1982. DINIZ, C. C. (Org.) ; AFONSO, M. A. C. (Org.) . Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006. v. 1. DINIZ, C. C. (Org.) ; LEMOS, M. B. (Org.) . Economia e Território. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. v. 1. LEME, Ruy. <i>A contribuição à teoria da localização industrial</i> . São Paulo: IPE-USP, 1982 HADDAD, P. R.; et al. Economia Regional: teoria e métodos de análise. Fortaleza, BNB: ETENE, 1989. RICHARDSON, W. H. Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. SCHWARTZMAN, J. (org.). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/CETREDE/MINTER, 1977.		
Bibliografia Complementar: WEBER, Alfred. Theory of the Location of Industries. Chicago: Chicago University Press, 1969. LOSCH, August. The economics of location, Yale U.P., New Haven, 1954 -----Economic Regions. In: FRIEDMANN & ALONSO <i>Regional Development and Planning: a reader</i> . Cambridge, MA: MIT Press, 1969. CHRISTALLER, Walter. Central Places in Southern Germany, New Jersey, Prentice-Hall, 1966, p.1-26. ISARD, W., et. Al. Methods of interregional and regional analysis. London: Ashgate, 1998. LEMONS, Mauricio B. <i>Espaço versus Capital: um estudo sobre a dinâmica centro-periferia</i> . Campinas: IE/Unicamp, 1988. (Tese de Doutorado)		

CURSO: Ciências Econômicas			
DISCIPLINA: Evolução e Estrutura da Agricultura Brasileira		PRÉ-REQUISITO: Micro I e Economia Agrícola	
CH TOTAL: 60		CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: O entendimento do papel do setor rural no processo de desenvolvimento econômico nacional tem a finalidade de proporcionar um melhor entendimento da situação atual do meio rural brasileiro, caracterizado pela modernização e pelo conflito. O aluno deve se familiarizar com a política pública relativa à atividade agropecuária e as restrições políticas para sua transformação; analisar o processo de agroindustrialização, de crescimento frente ao processo de globalização e integração regional; com os problemas sócio-ambientais do meio rural brasileiro incluindo o conflito agrário e a atuação dos movimentos sociais.			
Ementa: Parte I- Contrastar dois modelos de desenvolvimento, W. H. Nicholls e W. A. Lewis, que destacam as transformações institucionais requeridas no setor agrário. Análise das origens de nossa estrutura fundiária, das transformações requeridas pela organização do trabalho dos imigrantes com o início da industrialização. Rever o modelo de desenvolvimento para incluir uma fronteira fundiária em expansão acelerada. Parte II- O modelo nacional desenvolvimentista e o papel do setor agrícola, a importância do mercado doméstico de consumo, migração rural/urbana/regional, mobilização de poupança doméstica, instrumentos de política agrícola, formação de salário e preços agrícolas. Parte III- A visão de um setor agrícola moderno, tecnologia avançada (green revolution) dentro do modelo do II PND, o complexo agroindustrial, a crise da dívida externa. Parte IV- Abertura da economia, a vantagem competitiva do setor de agronegócio e sua crise de financiamento; os conflitos sociais e o processo de democratização; a resposta pela reforma agrária e política diferenciada para a agricultura familiar. Defesa do meio ambiente e tecnologia sustentável.			

Bibliografia Básica:

Dias, G. e Amaral, C. (2000). Cap 6 - Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-98, em Baumann, R. (org.) "Brasil: uma década em transição". Campus, Rio de Janeiro
 Dias, G.L.S., 2006."O Estado e o Agro em tempos de liberalização", in: Revista de Economia e Sociologia Rural, Out/Dez, 2006 (Vol.44, N.04); Brasília,SOBER.
 Gasques, J.G., Vila Verde, C.M. e Bastos, E.T. , 2006."Gasto Público em Agricultura: retrospectiva e prioridades", Brasília, MAPA.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1990.
 Navarro Z. 2002. "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro" em Estudos Avançados, vol.16, n 44, 2002. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização. –pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999.

Bibliografia Complementar:

ALVES, E. (2001) Quem Ganhou e Quem perdeu com a Modernização da Agricultura Brasileira. Rev. Ec. Soc. Rural. Vol. 39, No. 3, Jul/Set., pp. 9-39.

BALSADI, O. V. & GRAZIANO DA SILVA, J. (2001) Qualidade do Emprego no Meio Rural paulista nos anos 90. Rev. Ec. Soc. Rural Vol. 39, no. 4, out/dez. Pp. 47-68.

BELIK, W. & PAULILLO, L.F (2001) O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: Ajustamento e Seletividade. In: LEITE, S. (org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: UFRGS.

DELGADO, G. (1985) Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Ícone. 1985

KAGEYAMA, A. et alii. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos CAIs. In: Delgado, G. et alii (org.) (1990) Agricultura e políticas públicas IPEA 127.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINAS: **Tópicos especiais em Agronegócio**

PRÉ-REQUISITO: Economia da Agricultura

CHT: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos o aprofundamento em temas relacionados a competitividade e gestão do agronegócio.

Ementa: Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. Economia das organizações. Competitividade e globalização no agronegócio. Compartimentos competitivos no agronegócio (aprofundamento em temas específicos).

Bibliografia Básica:

BATALHA, Mário O (coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M NEVES, Marcos F.; Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000

Complementar:

NEVES, Marcos F.; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PORTER, M. **Competição**. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: **Economia do Meio Ambiente**

PRÉ-REQUISITO: Teoria Microeconômica I

CHT: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Fornecer ao aluno conhecimentos básicos sobre a economia do meio ambiente. Apresentar as principais vertentes da economia ambiental. Mostrar como a teoria econômica pode auxiliar no desenho de instrumentos políticos para o meio ambiente. Apresentar métodos de valoração ambiental.

Ementa: Introdução à Economia do Meio Ambiente; Economia Ambiental Neoclássica; Economia da sobrevivência e a problemática da sustentabilidade; Políticas Ambientais.

Bibliografia Básica: MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UNB/FINATEC, 2007.

MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (orgs.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SEROA DA MOTTA, R. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

Complementar: HANLEY, N.; SHOGREN, J.; WHITE, B. **Environmental economics: in theory and practice**. New York: Oxford Press University, 1997.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINA: **ECONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS**

PRÉ-REQUISITO: **ECONOMIA REGIONAL E URBANA**

CHT: 60	CH TEÓRICA: 44	CH PRÁTICA: 16 (Seminários)
Objetivo Geral: Construir um panorama da evolução histórica da economia do Tocantins desde o Século XVIII até o período atual e os rebatimentos na distribuição espacial das atividades econômicas, enfatizando a caracterização dessa economia a partir da implantação do Estado em 1989		
Ementa: O ciclo da mineração: auge e declínio; O ciclo da borracha da mangabeira; O ciclo dos garimpos de cristal de rocha; Décadas de 1960 e 1970: políticas federais de interiorização do povoamento; rodovia transbrasiliana e seus impactos na estruturação do espaço regional; Panorama da estrutura econômica do norte de Goiás quando da implantação do Estado; O diagnóstico para o crescimento econômico do Estado; Evolução da estrutura demográfica do estado. (1980- 2007); O papel do setor público estadual e federal na estruturação econômica do estado. (1989 até hoje); Magnitude e impacto das transferências constitucionais na economia do Estado e dos municípios; Evolução da composição por setor de atividade da população economicamente ativa; Evolução da composição das despesas do governo do estado; Problemas estruturais da economia tocantinense.; Caracterização da estrutura produtiva do setor primário a partir da análise dos censos agropecuários de 1996 e 2007; Evolução da economia formal e informal à luz das PNADS; Composição e evolução do PIB estadual; Evolução e composição da balança de comércio exterior ; Evolução da distribuição da renda a partir de dados de corte transversal 1980, 1991, 2000 e 2007; Caracterização de estrutura econômica atual e perspectivas; Problemas estruturais da economia tocantinense.		
Bibliografia Básica: Rosa Cavalcante, Maria do Espírito. O movimento separatista do norte de Goiás. Dissertação de Mesrado. UFGO. 1990 IPEA. Radar Social 2005 Cifuentes, Joaquín Eduardo, Fernandes Magalhães, Duval. População e mudanças sociais no Estado do Tocantins.Revista de Estudos Sociais, Fundação Joaquín Nabuco, 1996 Indicadores Sociais do Estado do Tocantins. Seplan 2007 Informativo sobre o Estado do Tocantins e seu potencial econômico. Seplan 1989 Santos Rozanira. Distribuição domiciliar da renda no Plano Real. Monografia curso de Economia UFT 2008 França Carlla. Estudo do comportamento do déficit público no Estado do Tocantins. Monografia Economia UFT 2004		
Complementar: Ministério do Interior. Tocantins: Perfil Econômico social. Brasília 1989 IPEA. Economia e finanças públicas do Estado do Tocantins. 1999		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Política Agrícola		PRÉ-REQUISITO: Economia da Agricultura
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral:Apresentar ao aluno uma visão sobre as Políticas Agrícolas e suas repercussões na economia.		
Ementa: Fundamentos teóricos para a formulação das políticas agrícolas e a atuação dos grupos de interesses. Principais instrumentos de política agrícola: política de crédito rural; política de preços mínimos; política de gastos e tributação na agropecuária; política de pesquisa agropecuária; política de extensão rural; política de seguro rural e agrícola; políticas comerciais afetando a agropecuária; políticas de uso de recursos naturais e seus impactos na agropecuária. Modernização da agropecuária: medidas de modernização; efeitos das políticas econômicas na modernização da agropecuária.		
Bibliografia Básica: BACHA , C.J.C. A eficácia da política de reserva legal no Brasil. Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, novembro de 2005– obrigatória 1. GASQUES , J.G. & CONCEIÇÃO . Financiamento da Agricultura – experiências e propostas In GASQUES , J.G.; CONCEIÇÃO , J.C.P.R. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2001, p. 95-155 (obrigatória 2). GASQUES , J.G.; BASTOS , E.T. Gastos Públicos em Agricultura e Organização Agrária – Observações sobre as informações de 2006”. Brasília, fevereiro de 2007, mimeo (obrigatória 3).		

Complementar:

ABREU, M.P.; LOYO, E.H.M.M. Globalização e regionalização: tendências da economia mundial e seu impacto sobre os interesses agrícolas brasileiros. IPEA, Estudos de Política Agrícola, n. 3, dezembro de 1993, p.7-20

ACCARINI, J.H. Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro. 1ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987, 277 P.

ARAUJO, P.F.C.. O Crédito Rural e sua Distribuição no Brasil. Revista de Estudos Econômicos 13(2):232-348, 1983

ARAÚJO, P.F.C.; SCHUH, G.E. Desenvolvimento econômico e agricultura. In Barros et al Fundamentos de Economia Agrícola. FEALQ, Piracicaba, julho de 1988, p. 227 a 277

BACHA, C.J.C. Alguns aspectos dos modelos de análise dos impactos de mudança tecnológica no comportamento do setor agrícola In Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 30, n. 1, p. 41-62, jan./mar de 1992

BACHA, C.J.C.; ROCHA, M.T. O comportamento da agropecuária brasileira no período de 1987 a 1996. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 36, n. 1, p. 35 a 59, jan./mar. 1998. 2) ;

HOMEM DE MELO, F. Abertura ao Comércio Exterior e Estabilidade de Preços Agrícolas. Revista Brasileira de Economia 35(2):189-205, 1981

KRISHNA, R., Política de Preços Agrícolas e Desenvolvimento Econômico. In: ARAUJO, P.F.C. e SCHUH, G.E. Desenvolvimento da Agricultura. Livro 3, Pioneira, pp. 35-76, 1977.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Tecnologia e Mercado de Trabalho	PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconomia II	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Procurar estimular a reflexão sobre os efeitos da tecnologia dentro do mercado de trabalho. Os tipos de tecnologia que concentram ou poupam a mão-de-obra. A revolução tecnológica e a atuação dos sindicatos.		
Ementa: Difusão Mundial do padrão de industrialização. O Modelo Fordista e o Toyotista. Mudança tecnológica e o emprego. A revolução tecnológica e o papel dos sindicatos. Migrações internas e mercado de trabalho urbano no processo de industrialização brasileiro		
Bibliografia Básica: RIFKIN, Jeremy. Fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da Força Global de Trabalho. Makron Books, 1996. ALBAN, Marcus. Crescimento sem emprego: O desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvado: Casa de Qualidade. 1999. PASTONE, José. A Agonia do emprego. São Paulo: LTR, 1997. PASTONE, José. A Questão da informalidade. Revista Findes, Abril de 2000. PASTONE, José. Como reduzir a informalidade. Brasília: IPEA, 2000. SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico (TDE). São Paulo: Abril Cultural. 1982		
Complementar: BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaujat. Crise e trabalho no Brasil. 1ª ed. Página Aberta. CHATTAD, José Paulo Zeetano. Manual de economia. Diva Benevides Pinho e Marco Sandoval de Vasconcelos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998. CANUTO, O. Brasil e Coréia do Sul: os (dez) caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994. EATWELL, J. Desempenho em escola mundial. Economia e sociedade. (6), jun/1996. HATTNER, H. Impactos sociais da automação: o caso do Japão. São Paulo: Nobel, 1988.		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Economia dos Transportes		PRÉ-REQUISITO: MACRO II E MICRO II
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Desenvolver a capacidade de análise da Política Nacional e Regional de Transporte, bem como inter-relacionar o desenvolvimento nacional e regional com a atuação da logística, como consequência dos investimentos no Setor de Transporte.		
Ementa: Sistemas de transportes: Evolução, aspectos ambientais, tecnológicos e sociológicos dos transportes. Tarifas e Custos de Transporte: medidas e métodos de estimativas de custos. Oferta e demanda em transportes: Tipos de mercado, curvas de oferta e de demanda. Avaliação de Investimentos em Transportes. Planejamento de Transportes: previsões de demanda de viagens e de tráfego. Órgãos de regulamentação dos transportes. Planejamento: levantamento de dados, projetos alternativos, escolha das modalidades adequadas. Problemas de substituição versus melhoria.. Antitruste e Regulação; Economia; Gestão de Transportes e Organização Industrial.		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALDER, H. A . Avaliação econômica dos projetos de transportes. Rio de Janeiro, 1992.</p> <p>BRUTON, M. J. Introdução de planejamento dos transportes. Rio de Janeiro: InterCiências, 1993</p> <p>DIAS, M.A. P. (2001). Transportes e Distribuição Física. Brasília: Ministério dos Transportes</p> <p>FROMM, G. (2001). Transporte e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: VIP</p> <p>MELLO, J. C. Planejamento dos Transportes. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.</p> <p>RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à Logística. Rio de Janeiro: Aduaneiras Ltda, 2000.</p> <p>TOYOSHIMA Silvia, FERREIRA Marcos José. Encadeamentos do setor de transportes na economia brasileira, planejamento e políticas públicas, n. 25, jun./dez. 2002.</p> <p>http://www.ipea.gov.br/pub/rv/ppp25/parte5.pdf</p>		
<p>Complementar:</p> <p>DARBERT, J. R. M. (2003). Economia e Técnica dos Transportes. Juiz de Fora: Ed. da UFJF</p> <p>FILHO, José Vicente Caixeta. GAMEIRO, Augusto Hauber. Sistemas de Gerenciamento de Transportes: Modelagem Matemática. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>HUTCHINSON, B. C. Princípios de Planejamento do sistema de transporte urbano. Guanabara dois, 1994.</p> <p>PAGE, J. P. Transporte e Turismo. Porto Alegre: Bookman, 1999.</p> <p>Silvia Toyoshima, Marcos José Ferreira, ENCADEAMENTOS DO SETOR DE TRANSPORTES NA ECONOMIA BRASILEIRA, planejamento e políticas públicas ppp n. 25 jun./dez. 2002</p> <p>http://www.ipea.gov.br/pub/rv/ppp25/parte5.pdf</p>		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINAS: Economia, Tecnologia e Sociedade		PRÉ-REQUISITO: Teoria Macro II e Micro II
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: A disciplina destina-se a favorecer uma reflexão sistemática sobre a relação entre economia, tecnologia e sociedade. Para cumprir este objetivo, sugere-se percorrer as diferentes abordagens da evolução da tecnologia, sua influências nas diversas fases da evolução da sociedade. Relacionar economia e desenvolvimento tecnológico e social dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, pretende-se que os alunos tenham uma visão mais aprofundada dos nexos entre tecnologia e sociedade e dos efeitos da tecnologia sobre a economia, a representação de tempo, espaço e as relações sociais.		

Ementa:

Racionalização, ciência e tecnologia na sociedade moderna. Inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. A tecnologia e as teorias econômicas do desenvolvimento endógeno e exógeno. Os nexos entre tecnologia, trabalho e organização produtiva. Tecnologia. Compressão do tempo e do espaço. Os efeitos da tecnologia sobre a sociabilidade, as condições de trabalho e os arranjos institucionais. Tecnologia, individualização e competência. Mundialização e tecnologia. Exame dos principais problemas abordados por essas diversas contribuições que concernem à transferência internacional de tecnologia, destacando o papel das empresas multinacionais e dos condicionantes legais. A questão das opções tecnológicas e das tecnologias apropriadas no contexto do debate em torno do desenvolvimento. Análise das políticas industriais e tecnológicas e das implicações da internacionalização da produção para a capacitação tecnológica dos países em desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

LABINI, S. Oligopólio e progresso técnico. São Paulo: Abril, 1984 (coleção Os Economistas)
 SHUMPETER. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960
 BRESSER PEREIRA, L.C. O modelo Harrod-Domar e a substitutibilidade de fatores, *Revista Estudos Econômicos, FIEP*, 5(3), julho 1975: 7-36
 CARVALHO, Horácio Martins de. Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica. Londrina, Fundação Instituto Agrônomo do Paraná. 1982.
 DAGNINO, Renato Peixoto. Tecnologia apropriada – uma alternativa? Brasília (Dissertação de Mestrado, UNB. Depto de Economia). 1977.
 GAMA, Ruy. História da técnica e da tecnologia. São Paulo: EDUSP. 1985
 LIMA, L. Teoria da cultura de massa. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
 CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
 CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
 GIDDENS, A. As consequências da modernidade. SP: Unesp, 1994.
 HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. LOPARIE, Z. e FIORI, O. (orgs.)
 HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2005.
 MARX, K. O capital. vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
 MEZA, Maria Lucia. Trabalho qualificado e competência: um estudo de caso da indústria automotiva paranaense. Tese de doutorado: UFPR, 2003.
 POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001, cap.1 e 4.
 WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. SP: Pioneira, 1990.

Complementar:

AZNAR, Tróbalhar menos para todos trabalharem. São Paulo: Scritta, 1995.
 BERMAN, Marshall. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia de Letras, 1992.
 BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
 CIPOLLA, Francisco Paulo. Economia política do Taylorismo, Fordismo e Temwork. Curitiba: no prelo, 2001.
 ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
 GORZ, A. Crítica da divisão do trabalho. SP: Martins Fontes, 2001.

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Tópicos em Economia Brasileira		PRÉ-REQUISITO: MACRO II, MICRO II e Economia Brasileira Contemporânea
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Desenvolver discussões teóricas ou históricas ou de modelos de desenvolvimento sobre a Economia Brasileira que não tenha sido abordado nas disciplinas obrigatórias de economia brasileira I, II e contemporânea.		

Ementa: A ementa será apresentada dentro do objetivo proposto para esta disciplina e deverá ser aprovada em reunião de congregação e depois será cadastrada no sistema para ser ministrada no período seguinte.

Bibliografia Básica: Será apresentada ao colegiado dentro da ementa da disciplina proposta. Porém abaixo listo livros pertinente ao assunto que são clássicos.

FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1989.

ABREU, M.P. (org.), "A Ordem do Progresso". Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1990

BRUM, Argemiro. O desenvolvimento econômico brasileiro. 9a ed. Petrópolis: Vozes, 1990

GREMAUD, A. P. et alli. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003

RANGEL, Ignácio. Obras reunidas: Ignácio Rangel (1914-1994). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume I e II

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SICSÚ, João. (org.) Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com equidade social. Manole. 2005

Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços. Manole 2003.

Complementar:

Será apresentada ao colegiado dentro da ementa da disciplina apresentada

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINAS: **Energia, sociedade e meio ambiente** | PRÉ-REQUISITO: Teoria Macroeconômica II

CHT: 60

CH TEÓRICA: 60

CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:

Analisar a questão energética, quanto a sua importância social e seus custos ambientais a partir das fontes renováveis e renováveis escolhidas; analisar a energia segundo o seu planejamento, tecnologia e estágio atual de desenvolvimento da sociedade.

Ementa :

Energia e sociedade. Aspectos conceituais da teoria econômica. Elementos da teoria macroeconômica aplicados a sistemas energéticos. Planejamento e sistemas energéticos. Energia e crescimento econômico. Alocação de recursos e opções tecnológicas. Energia, produto e formação de capital. As relações internacionais no domínio da energia. Financiamento de sistemas energéticos, transações correntes e endividamento. Energia e modelos de desenvolvimento. Políticas energéticas. Aspectos ambientais e sociais relacionados à mesma.

Bibliografia Básica:

BRANCO, Samuel Murgel. Energia e meio ambiente. São Paulo: Moderna, 1996.

CALABRI, Andreia Sandro et al. A energia e a economia brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. São Paulo: FINEP: Pioneira, 1983.

CARVALHO, Joaquim de. Economia e política da energia. Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da UERJ, 1980.

GOLDEMBERG, Jose. Energia para o desenvolvimento. São Paulo: T. A Queiroz.

MAY, P. Economia ecológica: aplicações no Brasil. Rio de Janeiro. Campus, 1995.

Reis, lineu Belico dos; Silveira, Semida. Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Edusp.

ROMEIRO, A. R., REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (Orgs.). Economia do meio ambiente: teoria, políticas e gestão de espaços regionais. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

ROSA, Luiz Pinguelli; LA ROVERE, E. Lebre (orgs). Economia e tecnologia da energia. Rio de Janeiro: Marco Zero: FINEP, 1985.

SCARLATO, Francisco Capuano. Energia para o século XXI. São Paulo: Ática.

Complementar:

BERMANN, Célio. Energia no Brasil: Para que? Para quem? São Paulo: USP, 2002.

HADDAD, Jamil, AGUIAR, Sérgio C., (org). Eficiência energética integrando usos e reduzindo desperdícios. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica- ANAEE; Agência Nacional do Petróleo- ANP, 1999. (livro publicado pela ANEEL)

JANUZZI, Gilberto de Martino. Planejamento integrado de recursos energéticos: meio Ambiente, conservação de energia e fontes renováveis. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA DE ENERGIA. Seminário sobre economia de Energia. São Paulo: Inst. Roberto Simonsen, 1979.

CURSO: Ciências Econômicas

DISCIPLINAS: **Estado e Políticas Públicas**

PRÉ-REQUISITO: Introdução às Ciências Sociais

CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Compreender o alcance e os limites da intervenção do Estado na implantação de políticas públicas, sobretudo na economia brasileira.		
Ementa: Teorias do Estado. Impacto das transformações capitalistas recentes sobre as teorias convencionais de Estado. A crise do Estado. Análise fiscal e financeira do Estado. Déficit público. Estrutura e perfil da dívida pública. Administração da dívida pública e a capacidade de financiamento de políticas públicas no Brasil.		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</p> <p>BRESSER PEREIRA, L. C. et al. Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural. São Paulo, Editora Paz e Terra/Graal, 1987.</p> <p>CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1994.</p> <p>CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.</p> <p>DINIZ, Eli.; AZEVEDO, Sérgio de Reforma do estado e democracia no Brasil. Brasília: UNB/ENAP, 1997.</p> <p>FIORI, J. L. (org). Estados e moedas: no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>FIORI, J.L. Moedeiros Falsos. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>HIRST, P & THOMPSON, G. Globalização em questão: economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1996.</p> <p>IANNI, Octavio Estado e capitalismo Ed. Brasiliense: São Paulo, 1988.</p> <p>LONGO, Carlos Alberto. Estado brasileiro: diagnóstico e alternativas. São Paulo, editora Atlas, 1990.</p> <p>OHMAE, K. O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.</p> <p>TAVARES, Maria da Conceição.; FIORI, José Luis (orgs) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.</p>		
<p>Complementar:</p> <p>CARVALHO, M. A. Sousa de. Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil. Rio de Janeiro:IPEA, nov 2001. (Texto de discussão nº847)</p> <p>FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Paz e Terra, 1999.</p> <p>PACHECO, C. A. A fragmentação da nação. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.</p> <p>SOLA, Lourdes. Estado, regime fiscal e ordem monetária: Qual Estado? Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº 27, ano 10, 1995.</p>		

CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA: Sociologia da Agricultura		PRÉ-REQUISITO: Introdução às Ciências Sociais
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Conhecer a realidade do mundo rural e sua importância na promoção do desenvolvimento.		
Ementa: A agricultura familiar: conceitos, significados e importância; As visões do desenvolvimento rural no Brasil; A modernização da agricultura brasileira: A difusão internacional do modelo euro-americano de desenvolvimento; O papel da agricultura no desenvolvimento: o caso da multifuncionalidade; A pesquisa agropecuária no Brasil; As metodologias dos serviços de extensão rural e seus impactos na agricultura familiar; As visões do desenvolvimento rural; As perspectivas do desenvolvimento sustentável: A construção social de uma nova/outra agricultura; A agroecologia e o modelo da agricultura familiar; Perspectivas de produção de energia na agricultura familiar; O Ensino de Ciências Agrárias no Brasil e o seu impacto na agricultura familiar; A crise ambiental provocada do modelo da revolução verde; O programa brasileiro de Reforma Agrária; Os movimentos sociais no campo; A agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento.		
Bibliografia Básica: ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: Texto para Discussão , nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999, 47 p. CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: Cam-panhola, C. e Graziano da Silva, J. (Eds) O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas , Jaguariúna: EMBRAPA, v. 4, 2000, p. 117-149, 176 DEL GROSSI, M. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura , outubro, nº 11, Rio de Janeiro: UFRJ/ICH/CPDA, 1998, p.26-52. 210 p. DESER, Boletim do Deser, Novembro, nº 127. Curitiba: DESER, 2002. GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.; Di SABATTO, A.; BITTENCOURT, G. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI , Rio de Janeiro: Garamond, 2001.		
Complementar: KAGEYAMA, A e Hoffmann, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. <i>Economia</i> v.1, n.2, 2000, p.147-183. PERACI, A. Pobreza rural, microfinanciamento e construção de cidadania, in: Contexto Rural: Ano 2, nº 03, abril, Curitiba: DESER, 2003. SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil, Pelotas: EGUPEL, 2003, 374 p.		
CURSO: Ciências Econômicas		
DISCIPLINA Pensamento Econômico Brasileiro		PRÉ-REQUISITO: Economia Brasileira Contemporânea e Teoria Macro II
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral:		
Estudar as principais filiações teóricas do pensamento econômico brasileiro. Delinear um quadro da controvérsia teórica que se encontra por trás do debate brasileiro sobre o desenvolvimento econômico e observar os argumentos empregados na teoria do subdesenvolvimento contra as teorias e políticas liberais, dando ênfase especial aos textos de Prebisch e da Cepal.		
Ementa: Características do quadro analítico ao debate desenvolvimentista brasileiro, as correntes do pensamento econômico no Brasil: o pensamento neoliberal, o pensamento desenvolvimentista, o pensamento socialista e o pensamento independente de Ignácio Rangel. A evolução do pensamento econômico: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo -1930-64 – o ciclo ideológico e as origens do desenvolvimentismo; o pensamento econômico e o amadurecimento do desenvolvimentismo; características gerais do pensamento econômico nas fases de auge e crise do desenvolvimento		
Bibliografia Básica: BIELSCHOWSKY, Ricardo. <i>Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. DANTAS, José A. Mourão (org.) <i>Gudin – Bulhões – Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro</i> . Maringá: Eduem, 1999.		
Bibliografia Complementar: BRESSER-PEREIRA, L.C. <i>Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula</i> . São Paulo: Editora 34, 2003 RANGEL, Ignácio. <i>Obras reunidas: Ignácio Rangel (1914-1994)</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume I e II LESSA, Carlos. <i>Quinze anos de política econômica</i> . São Paulo: Brasiliense, 1982. MELLO, João Manuel. <i>O capitalismo tardio</i> . São Paulo: Brasiliense, 1982. TAVARES, Maria da Conceição. <i>Da substituição de importações ao capitalismo financeiro</i> . 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.		

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (c.h. 60h)

Ementa: Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc.; Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc.; Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; Aspectos sociolingüísticos: variação em Libras.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: SEESP/MEC, 1997.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

Bibliografia complementar:

FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília: Editora MEC/SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**: Porto Alegre, Artmed: 2004

SACKS, Oliver W Obra: **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

SKLIAR, Carlos Obra: **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**: Porto Alegre, Mediação: 1998

_____. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos**. V. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

8 – FORMAÇÃO ACADÊMICA E ADEQUAÇÃO DOS PROFESSORES AO CURSO

Os profissionais do Quadro de Carreira Docente têm diploma de Curso Superior reconhecido e se distribuem nas seguintes categorias conforme requisitos a seguir indicados: -Professor Adjunto - os possuidores de grau de Doutor ou título equivalente e, como tal, reconhecido, nos termos da legislação vigente. -Professor Assistente - os possuidores de grau de Mestre ou título equivalente reconhecido conforme legislação em vigor. -Professor Auxiliar - os possuidores de certificado de especialista ou de curso de pós-graduação *lato sensu*, devidamente reconhecido conforme legislação em vigor.

-Professor Substituto - os possuidores de qualquer grau (Doutor, Mestre, Especialista ou Graduado), não concursados, com a finalidade de exercer as atividades docentes por um período máximo de 2(dois) anos. -Professor Colaborador ou Voluntário - os docentes de notáveis experiências profissionais e acadêmicas, que têm o interesse de contribuir com a instituição.

8.1 - Titulação

O curso de Ciências Econômicas é composto, atualmente, por 22 professores com a seguinte titulação: 12 Doutores: (10 com doutorado na área / 02 outras áreas) e 10 Mestres, com mestrado na área conforme quadro demonstrativo abaixo.

Tempo (anos) de exercício profissional no magistério e fora do magistério

	COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS			
	NOME	Titulação	Tempo de Magistério	Tempo exercido fora do magistério
01	Adriano Firmino Valdevino Araujo	Doutor	06	0
02	Adriano Nascimento Da Paixão	Doutor	06	0
03	Aline De Oliveira Silva	Mestre	08	0
04	Alivínio Almeida	Doutor	13	18
05	Ana Lúcia De Medeiros	Mestre	09	05
06	Andrés Lázaro Barraza De La Cruz	Doutor	16	0
07	Bernado Campolina (EM PROCESSO TRANSFERÊNCIA)	Doutor	01	07
08	Claudio Miro Moura Gomes André	Doutor	10	0
09	Cid Olival Feitosa	Mestre	06	06
10	Élvio Quirino Pereira	Doutor	15	02
11	Érica de M. Silva (EM PROCESSO TRANSFERÊNCIA)	Doutora	09	05
12	Fernando Jorge Fonseca Neves	Mestre	07	0
13	Francisco Patrício Esteves	Mestre	07	0
14	Frederico P. M.Ferreira (Afastado)	Doutor	15	10
15	Higino Julia Piti	Mestre	06	17
16	Jean Dos Santos Nascimento	Mestre	08	0
17	Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes	Mestre	24	20

8.1.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE):

1. Adriano Firmino Valdevino de Araújo
2. Aline de Oliveira Silva
3. Ana Lúcia de Medeiros
4. Fernando Jorge Fonseca Neves
5. Francisco Patrício Esteves
6. Nilton Marques de Oliveira
7. Marcos Antonio Dozza
8. Yolanda Vieira de Abreu

8.2. Adequação da formação

Os professores que formam o corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UFT apresentam qualificação acadêmica compatível com a formação necessária para ministrar aula no curso.

Docente com formação adequada às disciplinas que ministram

Os profissionais que formam o corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UFT apresentam em sua totalidade formação adequada às disciplinas que ministram.

Docentes com formação/ capacitação/ experiência pedagógica

Os docentes do quadro do curso de Ciências Econômicas -UFT apresentam um percentual de 100% com formação/ capacitação/ experiência pedagógica para o desenvolvimento pleno de suas atividades.

9 – ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

9.1 – Coordenação - Atuação do Coordenador

O Curso de Ciências Econômicas da UFT está sendo coordenado pela Professora Dr^a Yolanda Vieira de Abreu. Sua atuação baseia-se no Regimento Geral da UFT e no Regimento do Curso (anexo). Tem feito suas atividades com êxito, contribuindo para a qualificação do ensino, realizando eventos acadêmicos a cada semestre, intercâmbios internacionais com universidades européias, trazendo palestrante de alto nível intelectual.

O Curso é a unidade básica da UFT, para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão e de apoio técnico-administrativo, sendo integrado pelos professores e alunos das disciplinas que o constituem e pelo pessoal não-docente nele lotado. Cada curso constitui uma unidade acadêmica administrativa.

9.2 - Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES

O Coordenador de Curso reporta-se ao Diretor de Campus e à Pró-reitoria de Graduação nos assuntos relativos à implementação do projeto Pedagógico do Curso e sua interação com o projeto institucional-pedagógico da UFT, bem como ao Colegiado de Curso, a quem cabe supervisionar as atividades acadêmicas e o cumprimento dos indicadores e padrões de qualidade e a integração das atividades em âmbito local. Reporta-se ao Diretor de Campus para os assuntos de ordem

administrativa, política e institucional.

9.3 - Participação do Coordenador e dos docentes em Colegiado de curso ou equivalente

O Coordenador do Curso participa do Colegiado do curso como presidente. O Coordenador participa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), por força da função, com direito a voto. No Conselho Diretor de Campus, os Coordenadores participam com um representante eleito pelos seus pares, com direito a voto. Também faz parte da Câmara de Pós-Graduação, como representante selecionado.

9.4 - Apoio didático-pedagógico aos docentes

Para orientar o trabalho pedagógico, a Pró-reitoria de Graduação dá suporte por meio da Direção de Graduação para acompanhar e propor soluções estratégicas para a consecução dos objetivos de ensino-aprendizagem.

São objetivos da Direção de Graduação assessorar os docentes nos assuntos pedagógicos, pertinentes aos cursos de graduação; universalizar as diretrizes dos Conselhos em todos os segmentos da UFT; orientar pedagogicamente todos os cursos de graduação; propor, organizar e ministrar cursos de graduação; propor, organizar e ministrar cursos de aperfeiçoamento, qualificação e atualização docente.

Os Docentes do Curso de Ciências Econômicas dispõem de um Escritório Modelo para a pesquisa e orientação de trabalhos de conclusão de curso, no Escritório Modelo há 03 computadores funcionando e ligado a internet; além disso o Campus conta com um Laboratório de Informática exclusivo para os docentes, composto de 10 (dez) microcomputadores atuais, com acesso à Internet.

9.5 – Plano da Carreira Docente

A UFT como uma IES federal o seu o plano de carreira da Instituição é o mesmo das demais Universidades Federais do País. O Estatuto Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins estabelece em seu Capítulo I, Seção do Corpo Docente, Art. 56 que:

O Regimento Geral da Universidade consignará, entre outras, as seguintes normas pertinentes à valorização docente:

- I - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- II - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- III - condições adequadas de trabalho.

Para tanto, a UFT concede aos professores que estão cursando mestrado ou doutorado, a redução da carga horária docente assim como o sistema de bolsas auxílio. Além disso, o CONSEPE aprovou normas relativas ao disciplinamento e alteração de regime de trabalho assim como para transferências entre Campus, com o intuito de oferecer condições mais adequadas para o desenvolvimento do trabalho pelo docente.

A qualificação do corpo docente do Curso de Ciências Econômicas está pautado no PQD (Programa de Qualificação Docente) e no mini-Planfor, ambos aprovado pelo CONSEPE.

9.6 - Critério de admissão e de Progressão na carreira

O Capítulo I do Estatuto da UFT, em seu art. 55 estabelece que os cargos e funções de magistério do quadro permanente ativo da Universidade serão os disciplinados no respectivo plano de carreira estabelecido pela legislação vigente. Os professores da Fundação Universidade Federal do Tocantins são regidos pelas leis do sistema federal para admissão e progressão na carreira.

9.7 - Sistema permanente de Avaliação dos docentes

Sendo uma Instituição com, praticamente, dois anos de existência os seus docentes estão em estágio probatório. A Administração Superior nomeou uma comissão de avaliadores que após dezoito meses da posse dos primeiros professores realizou a primeira avaliação do estágio probatório. Até o presente momento os professores do curso de Ciências Econômicas estão sendo aprovados. Outro tipo de avaliação estabelecida pelo Colegiado é avaliação docente pelo corpo

docente.

9.8 - Estímulos profissionais

A política da UFT quanto a estímulo e incentivos profissionais está amplamente descrita nos itens seguintes:

- Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural;
- Apoio à Participação em eventos;
- Incentivo à formação e atualização pedagógica dos docentes.

A UFT apóia financeiramente o desenvolvimento de algumas atividades de produção científica, técnica, pedagógica e cultural de seus professores.

A UFT especifica em seu orçamento uma rubrica por Campus para participação de docentes em congressos, seminários, workshops, palestras, cursos e demais eventos relacionados com capacitação docente. O critério de aprovação de tais participações é definido por normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ).

9.9 - Incentivo a formação/ atualização pedagógica dos docentes

A Pró-Reitoria de Graduação, através da Coordenação de Programas Especiais da Fundação Universidade Federal do Tocantins tem promovido encontros, seminários, debates abordando temas diretamente implicados no fazer pedagógico e de gestão dos cursos de graduação.

9.10 - Dedicção ao curso

O professor participa efetivamente da Coordenação do Curso, colaborando na apreciação dos processos dos alunos, na elaboração de regulamentos e projetos, atua diretamente no desenvolvimento e atualização do curso.

9.11 - Relação disciplinas/ docente

Os professores têm por Lei a obrigação de exercerem no mínimo 08(oito)

horas semanais em sala de aula. No entanto, devido algumas condições peculiares alguns docentes assumiram, de forma espontânea, até 16(dezesseis) horas semanais em sala de aula. Salienta-se, portanto, que os mesmos, possuem formação necessária e suficiente para ministrarem as disciplinas assumidas. Os professores são responsáveis pela elaboração dos planos de ensino de suas disciplinas, sendo posteriormente discutidos no colegiado no início de cada semestre.

9.12 - Atuação e Desempenho Acadêmico profissional

Estas atividades docentes serão exercidas de maneira integrada, caracterizando-se sempre como uma atividade pedagógica, em que a transmissão de informações e suas explicações críticas estão aliadas à busca da descoberta e à aplicação prática.

9.13 - Atividades relacionadas com o ensino de graduação

As atividades de orientação didática de alunos, individualmente ou em pequenos grupos, bem como orientação de bolsistas de iniciação científica, de monitoria e de atividades de extensão, são programadas e acompanhadas pelos docentes do Curso e os alunos participantes são selecionados por critérios específicos.

9.14 - Atuação nas atividades acadêmicas

A Instituição possui um quadro de docentes que se caracteriza pela capacidade de trabalhar junto ao aluno e construir uma imagem positiva de si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de competências, para o domínio do conhecimento científico-cultural e de saber usar este conhecimento. Capaz de saber escutar, compreender e orientar os alunos nas dificuldades; que atue sem discriminações preconceito e pautar suas relações como os alunos na justiça, sem abdicar jamais de seu papel de orientador do processo ensino-aprendizagem.

O docente no início de cada período apresenta seu(s) plano(s) de ensino(s), no(s) qual (is), de forma clara, torna explícito todo seu procedimento de conduta a ser abordado no decorrer do período. Atua de maneira ética no processo ensino-aprendizagem.

PARTE IV – INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

1. - INSTALAÇÕES

1. - GERAIS

O Campus de Palmas é constituído de 07 (sete) blocos de salas de aulas e administração mais a Estação Experimental, ocupando uma área total de aproximadamente 600.000 m². Com um total de 36.463 m² de área construída e está localizado na Avenida N 15. ALCNO 14 s/n, Município de Palmas no estado do Tocantins.

Os espaços físicos utilizados no Campus de Palmas estão distribuídos em 10 (dez) blocos e a Estação Experimental.

Os Blocos A, B, C são blocos exclusivos para salas de aulas teóricas. Cada bloco desses possui área construída de aproximadamente 1.655m².

Nos Blocos I, II e III existem salas de aulas teóricas e práticas, assim como os laboratórios de todos os cursos existentes no Campus de Palmas da UFT. Esses blocos são edificações de 02 (dois) pavimentos com área construída de aproximadamente 2.517m² cada bloco.

O Bloco IV é a administração superior da UFT (Reitoria) e sua edificação apresenta uma área construída de aproximadamente 2.817m².

A Estação Experimental é o local onde se desenvolvem pesquisas que necessitem de maior área (experimentos de campo). A estação possui uma área construída de aproximadamente 1270m².

A instalação do curso de Ciências Econômicas compreende parte das salas de aula do Bloco A e B, durante o período diurno e noturno. A Coordenação do curso de Ciências Econômicas localiza-se no Bloco II.

O campus tem um Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte – CUIICA, que é um espaço cultural, sem fins lucrativos. O objetivo principal do CUIICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oferecer espetáculos de teatro, dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

No Campus de Palmas existem lanchonetes e áreas específicas para aulas

de campo de todos os cursos da Universidade lotados em Palmas.

1.2 – ADMINISTRATIVAS

As salas administrativas dispõem-se organizadas de forma a oferecer boas condições de trabalho ao corpo técnico que desenvolve atividades de direção, secretaria das coordenações, secretarias acadêmicas, jurídicas, de comunicação, informática e Reitoria.

A distribuição das salas obedece a uma estrutura que oferece o entrosamento entre as diversas funções bem como bom atendimento ao público.

Bloco II

INSTALAÇÕES	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Direção do Campus e Assessoria	42	8:00 - 22:00
Administração do Campus	42	8:00 - 18:00
Coordenações de Curso	16	8:00 - 18:00
Secretaria Acadêmica	21	8:00 - 18:00
Almoxarifado de Produtos Químicos	15	8:00 - 18:00
Sala de Apoio ao Docente	42	8:00-22:40
Sala de Reuniões	21	8:00-22:40

Bloco IV

INSTALAÇÕES	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Gabinete do Reitor	75	8:00 - 18:00
Secretaria da Reitoria	25	8:00 - 18:00
Vice-Reitoria	42	8:00 - 18:00
PROGRAD	63	8:00 - 18:00
PROPEAQ	83	8:00 - 18:00
PROAD	63	8:00 - 18:00
PROAP	83	8:00 - 18:00
PROEST	63	8:00 - 18:00
PROEX	63	8:00 - 18:00
Diretoria de Informática	63	8:00 - 18:00
Diretoria de Assuntos Internacionais	21	8:00 - 18:00
Recursos Humanos	42	8:00 - 18:00
Departamento de Transportes	21	8:00 - 18:00
SEMEC	21	8:00 - 18:00
FAPTO	21	8:00 - 18:00
Pós-graduação	21	8:00 - 18:00

1.2.1 - Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Ciências Econômicas compartilha uma área de 60 m2 com a Coordenação do Curso de Administração e uma sala para a secretária de atendimento. O Coordenador do curso ocupa uma sala individual de onde desenvolve as atividades de planejamento do curso e atendimento individual ao aluno. O espaço possui boa iluminação e ventilação natural, climatizado por meio de

ar condicionado.

1.2.2 - Docentes

A UFT destina para os professores salas individuais e coletivas. As salas individuais são destinadas a professores com dedicação exclusiva que coordenam laboratórios para atividades didático-pedagógicas práticas e pesquisas. Estas salas estão listadas e descritas em conjunto com os laboratórios aos quais estão ligadas. As salas coletivas destinam-se a reuniões e programação de atividades, pesquisas, montagem de aulas. Compõem-se de laboratório de informática, sala de reuniões e Sala de Apoio Docente.

Ainda, no Bloco II se encontram a sala de Apoio ao Docente com de área, dispondo de mesa para reuniões e atendimento aos alunos, recursos de informática (10 computadores e 01 impressora), sendo esta reservada para o planejamento de aulas.

1.2.3 - Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

Os serviços de limpeza, higienização e conservação são realizados por funcionários de todas as dependências do Campus de Palmas. É mantida uma equipe de funcionários para reparos e manutenção externa e jardinagem.

Os serviços de limpeza e conservação são prestados das 7h às 22h de segunda a sexta-feira e no sábado das 7h às 14h.

1.3 - SALAS DE AULA

A UFT, no Campus de Palmas, dispõe de 72 salas de aula de variados tamanhos para atender os diversos perfis de disciplinas do curso. Permitindo atividades didático-pedagógicas além da programação de aulas referenciadas no calendário acadêmico. Acomoda-se uma média superior a de um aluno por metro quadrado, o que se pode considerar uma média com excelente padrão de conforto e circulação. Os elementos construtivos oferecem excelente conforto térmico e acústico, com a possibilidade de utilizar-se de iluminação e ventilação de forma reversível entre a natural e a artificial, uma vez que a maioria possui janelas bem dimensionadas e em alguns aparelhos de ar condicionados ou ventiladores.

O Curso de Ciências Econômicas utiliza o Bloco A e B para as suas aulas teóricas e encontra-se um auditório, cada Bloco, com capacidade para 100 pessoas, com 02 (dois) aparelhos de ar condicionado e instalações para uso de

recursos audiovisuais.

Bloco A

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	66	60	8:00 - 22:00
Sala 2	66	60	8:00 - 22:00
Sala 3	42	40	8:00 - 22:00
Sala 4	42	40	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00
Sala 6	42	40	8:00 - 22:00
Sala 7	42	40	8:00 - 22:00
Sala 8	42	40	8:00 - 22:00

Bloco B

SALA DE AULAS	ÁREA (M2)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	66	60	8:00 - 22:00
Sala 2	66	60	8:00 - 22:00
Sala 3	66	60	8:00 - 22:00
Sala 4	66	60	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00
Sala 6	42	40	8:00 - 22:00
Sala 7	42	40	8:00 - 22:00
Sala 8	42	40	8:00 - 22:00
Sala 9	42	40	8:00 - 22:00
Sala 10	42	40	8:00 - 22:00
Sala 11	42	40	8:00 - 22:00
Sala 12	42	40	8:00 - 22:00
Sala 12	42	40	8:00 - 22:00
Sala 13	42	40	8:00 - 22:00

Bloco C

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	66	60	8:00 - 22:00
Sala 2	66	60	8:00 - 22:00
Sala 3	66	60	8:00 - 22:00
Sala 4	66	60	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00
Sala 6	42	40	8:00 - 22:00
Sala 7	42	40	8:00 - 22:00

Bloco E

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	42	40	8:00 - 22:00
Sala 2	42	40	8:00 - 22:00
Sala 3	42	40	8:00 - 22:00
Sala 4	42	40	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00

Bloco F

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	42	40	8:00 - 22:00
Sala 2	42	40	8:00 - 22:00
Sala 3	42	40	8:00 - 22:00
Sala 4	42	40	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00

Bloco G

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 1	42	40	8:00 - 22:00
Sala 2	42	40	8:00 - 22:00
Sala 3	42	40	8:00 - 22:00
Sala 4	42	40	8:00 - 22:00
Sala 5	42	40	8:00 - 22:00

Bloco I

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 5	159	40	8:00 - 22:00
Sala 6	91	30	8:00 - 22:00
Sala 8	60	20	8:00 - 22:00
Sala 24	91	30	8:00 - 22:00
Sala 30	153	40	8:00 - 22:00

Bloco III




SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala 8	47	40	8:00 - 22:00
Sala 28	47	40	8:00 - 22:00
Sala 29	47	40	8:00 - 22:00
Sala 30	69	60	8:00 - 22:00
Sala 31	69	60	8:00 - 22:00
Sala 34	69	60	8:00 - 22:00
Sala 35	69	60	8:00 - 22:00
Sala 36	47	40	8:00 - 22:00
Sala 37	69	50	8:00 - 22:00
Sala 38	69	50	8:00 - 22:00

1.4 – SALAS PARA EVENTOS**1.4.1 - Auditórios**

O Campus de Palmas dispõe de 03 auditórios de 107 m², capacidade para 100 pessoas, localizados nos Blocos A, B e C e mais 2 auditórios com 126 m², capacidade para 110 pessoas localizados nos Blocos III e IV para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, artísticas e culturais.

1.4.2 - Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte - CUICA.

É um espaço cultural, sem fins lucrativos, com auditório para teatro, dança, cinema e espetáculos musicais. As atividades desenvolvidas em suas instalações serão de cunho cultural e dividem-se nos seguintes espaços:

-  Auditório, com capacidade para 500 pessoas;
-  Cinema e teatro, também para 500 pessoas;
-  Espaço Pedro Tierra para artes visuais – com exposições permanentes e temporárias.

O objetivo principal do CUICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oferecer espetáculos de teatro, dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

1.5 - CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES

As edificações foram construídas para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção.

- Entradas principais com rampas;
- A maioria das dependências de uso geral está posta no andar térreo (biblioteca, laboratórios, auditórios, protocolo, tesouraria e secretaria acadêmica);
- Os sanitários, tanto masculino, como feminino, são adequados para cadeirantes e portadores de necessidades especiais
- Todas as salas de aula são no andar térreo;
- São reservadas vagas especiais no estacionamento;

1.6 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Em todos os pavimentos dos prédios encontram-se banheiros masculinos e femininos, instalados estrategicamente em locais de forma a possibilitar o acesso dos alunos, funcionários e professores.

Todos os banheiros possuem sanitários, bancadas com pias, espelhos, porta

papel toalha, saboneteira, porta papel higiênico e mictórios nos masculinos. Há excelentes condições de higienização devido ao revestimento, com iluminação e ventilação natural.

2 - BIBLIOTECA

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma biblioteca no Campus Universitário de Palmas que atende aos 11 cursos de graduação oferecidos, ao corpo de funcionários técnicos administrativos e a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suporte para pesquisas.

A biblioteca como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

Foi iniciado em 2006, o processo de informatização/modernização das bibliotecas da UFT com a inserção do acervo em uma base de dados (SIE/Biblioteca); esse procedimento ocorreu em todas as bibliotecas da UFT, incluindo a biblioteca do Campus de Palmas, objetivando a criação do SIB/UFT (Sistema de Bibliotecas da UFT).

Foram adquiridos e instalados na biblioteca do Campus de Palmas, os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca, leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além disso, encontra-se em andamento a construção de um novo prédio para a biblioteca e a aquisição de mobiliário (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.),

Seguindo a política de modernização nas bibliotecas, freqüentemente executa-se a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para completar e complementar a bibliografia básica de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação.

2.1 - ESPAÇO FÍSICO

Área de 550,20m² - 1º pavimento 398,20m² - 2º pavimento: 152m²

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente e controlada por funcionários que verificam a entrada e saída de usuários.

A biblioteca da UFT/CUP está dividida em dois pavimentos:

1º pavimento: acervo geral, expositor de novas aquisições (livros e periódicos), jornais para consulta local, sala de estudo com 08 mesas e 32 cadeiras, 03 computadores para pesquisa e localização do acervo, sala de coordenação, sala de aquisição de materiais, sala de processamento técnico.

Na coordenação estão concentradas as informações e trabalhos técnicos desenvolvidos pelo bibliotecário, assistido por auxiliares.

Na entrada da biblioteca temos um guarda-volumes (com uma funcionária da empresa de vigilância “Jorima”, responsável pela guarda dos pertences dos usuários),

Bolsistas, executam um trabalho de auxílio à pesquisa e acesso ao acervo bibliográfico.

Os empréstimos, devoluções e reservas dos livros são realizados por funcionários (técnicos administrativos e bolsistas) no balcão de atendimento.

Os livros do acervo geral estão organizados em ordem de classificação por áreas do conhecimento nas estantes.

- **2º pavimento:** sala de leitura coletiva com 20 mesas e 80 cadeiras, sala de estudo com cabines para estudos individuais,

Sala com materiais especiais (fitas de vídeo-VHS e armário com CDs-Rom).

Estantes com monografias, dissertações e teses.

Seção de periódicos com aproximadamente 610 títulos de periódicos permitindo consulta aos mesmos somente no local.

A Biblioteca do Campus de Palmas dispõe atualmente, nos vários setores, os equipamentos abaixo discriminados:

- Acervo Geral: 97 estantes com 12 prateleiras cada;
- Sala de Leitura: (Térreo) 08 mesas com 4 cadeiras cada;
- Sala de estudo individual (2º piso): 12 cabines;

- Sala de leitura (2º piso): 20 mesas com 4 cadeiras cada, 10 cabines;
- Setor de processamento técnico do acervo: 05 computadores, 01 impressora;
- Recepção e atendimento ao usuário: 03 computadores;
- Consulta ao acervo: 03 computadores;
- Coordenação: 01 computador.

Instalações Para Estudos Individuais

A sala de estudos individuais está localizada no 2º pavimento da biblioteca, dispõe de 12 cabines individuais para estudo, em ambiente totalmente climatizado.

Instalações Para Estudos em Grupos

As salas de estudo em grupo, localizadas no 1º e 2º pavimento da biblioteca, possuem juntas 28 mesas com 4 cadeiras cada, com capacidade para 112 usuários sentados.

2.2 - Acervo bibliográfico

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionado às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do Campus de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, periódicos, CD-ROM e vídeos) existentes na biblioteca, estão cadastrados (no SIE/biblioteca ou em livros de tombo), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

a) Livros

A política de aquisição e expansão do acervo da biblioteca da UFT prioriza a compra das bibliografias básicas que constam nas ementas de todas as disciplinas, ou seja, no programa de cada disciplina. Portanto, o acervo está de acordo com os programas das disciplinas e atende as propostas pedagógicas dos cursos, além de ter a proporção, para os livros básicos de 1 exemplar para cada 10 alunos do curso.

A biblioteca possui atualmente em seu acervo um total de 13.404 títulos e 45.180 exemplares.

b) Periódicos

A seção de periódicos dispõe atualmente de 1.124 (hum mil, cento e vinte e quatro) periódicos nacionais e 174 (cento e setenta e quatro) internacionais. Além disso os alunos professores e técnicos administrativos, tem acesso livre ao portal de periódicos da CAPES em computadores localizados dentro da instituição.

c) Jornais e Revistas

A biblioteca da UFT mantém assinaturas de jornais que complementam a formação acadêmica à medida que são veículos de divulgação do panorama atual, o que auxiliam na contextualização das questões relacionadas com os conteúdos abordados em sala.

- Jornais - assinaturas de 02 jornais: 01 local e 01 do sudeste do país.

d) Acesso ao Acervo

Consulta: a pesquisa do acervo bibliográfico é realizada em 03 terminais de computadores, localizados na entrada da biblioteca.

Empréstimo: é realizado diretamente nos balcões de atendimento. Cada aluno pode emprestar três livros por sete dias, renováveis por mais sete dias em caso de não existência de reservas. Os professores podem emprestar até cinco livros pelo prazo de quinze dias.

Reserva: O usuário pode fazer reservas somente de materiais que podem ser emprestados. O material fica à espera do usuário pelo prazo de um dia.

Renovação: Todo material pode ser renovado, pelo mesmo tempo de empréstimo, desde que não esteja reservado e que não constem pendências no nome do usuário em quaisquer bibliotecas da UFT.

e) Política de Atualização e Expansão do Acervo

A política da atualização do acervo de livros e periódicos acontece conforme listagem emitida pelos professores e coordenadores de curso, semestralmente e encaminhadas à coordenação do sistema de bibliotecas da UFT.

2.3 - Infra-estrutura

a) Informatização

A informatização da Biblioteca da UFT iniciou em 2006, com a implantação de software de banco de dados

b) Base de Dados



A UFT disponibiliza várias bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, com acesso em qualquer computador da instituição.

2.4 - Administração e Serviços

a) Corpo Técnico

A biblioteca do Campus de Palmas conta com o seguinte quadro de funcionários:

1 Bibliotecário

horário das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h

Auxiliares administrativos e bolsistas:

Manhã:

01 auxiliares administrativos no horário das 8:00h às 14:00h

02 bolsista das 8:00h às 12:00h

01 bolsista das 9:00h às 13:00h

Tarde:

02 auxiliares administrativos no horário das 12:00h às 18:00h

01 bolsista das 14:00h às 18:00

Noite:

03 auxiliares administrativos no horário das 16h30 às 22h30

02 bolsistas das 18:00h às 22:00h

Total: 06 auxiliares de biblioteca - 06 bolsistas

No Processamento técnico : 04 auxiliares administrativos - 05 bolsistas

b) Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca tem como política interna prestar serviços de orientação na normalização dos trabalhos técnicos científicos, segundo recomendações da ABNT. Também auxilia na catalogação do material e treina o usuário quanto à pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, sua recuperação e serviços oferecidos, inclusive com visitas programadas.

c) Atendimento ao Público

De Segunda à Sexta-feira: 08h - 22h.

Sábados: 08h - 12h.

3. - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

3.1 – Informática

O objetivo dos laboratórios de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados, Linguagem de Programação. Todos os laboratórios possuem infra-estrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na INTERNET (www, FTP, Telnet, E-Mail,), possibilitando a pesquisa através da INTERNET e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica.

3.2 - Espaço Físico

O Campus de Palmas dispõe de 05 Laboratórios de Informática para os discentes, contando com 189 computadores, assim distribuídos:

- 9. LABIN 1: formado por 40 máquinas;
- 10. LABIN 2: formado por 40 máquinas;
- 11. LABIN 3: formado por 35 máquinas;
- 12. LABIN 4: formado por 34 máquinas;
- 13. LABIN 5: formado por 40 máquinas;

4. – SERVIÇOS

4.1 - Informática

No Bloco II, encontra-se a sala de professores com 42m² de área, dispondo de 10 computadores em rede, com uma impressora. Esses equipamentos estão disponíveis em todos os horários e turnos aos professores para atividades de planejamento, elaboração das aulas e atividades complementares de informática enquanto permanecem na Instituição para atividades de orientação, pesquisa e tutoria aos alunos.

Ainda existem computadores em todos os Laboratórios do Curso de Engenharia de Alimentos vinculados ao curso e há disponibilidade das máquinas localizadas nos Laboratórios de Informática conforme agendamento para o desenvolvimento de atividades didáticas e extra classe.

4.2 – Audiovisual e Multimídia

É meta do Campus de Palmas manter uma relação de aproximadamente um equipamento de multimeios, dos mais utilizados, para cada 5 professores. Atualmente existe um data show e notebook para cada coordenação de curso. Assim, o percentual adotado é equivalente ao crescimento do corpo docente em cada ano. Televisores, videocassetes, DVD e retro-projetores são os equipamentos mais utilizados. Os projetores multimídia estão disponíveis para agendamento de uso nos três auditórios e na sala de reuniões. Desta forma, dispõe-se dos seguintes equipamentos:

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisores	08
Videocassete	01
Retro projetor	19
Telas de Projeção	08
Projetor multimídia (data show) + CPU	20
Projetor de slides	01
DVD	02
Mesas de Som	02
Amplificadores	02
Caixas de Som	02
Microfone	02

4.3.1 – Rede de Comunicação Científica

Atualmente o Campus de Palmas da Fundação Universidade Federal do

Tocantins conta com aproximadamente 300 computadores e todas as máquinas estão ligadas em rede e têm acesso à Internet. O cabeamento estruturado do campus foi concluído nos Blocos I, II, III e IV e conta com aproximadamente 2000 pontos lógicos de acesso à rede de computadores e telefonia. Serviços on-line são disponíveis para impressão de documentos, comunicação de serviços à coordenação de informática, cadastramento e matrícula de alunos. A UFT mantém ainda um provedor que disponibiliza gratuitamente contas de e-mail, pesquisa e homepages aos funcionários, professores e alunos, incluindo o acesso ao Portal de Periódicos da **CAPES**. Outro meio de comunicação *inter campi* é o sistema de teleconferência, instalado na Reitoria e nas diretorias de cada Campus, que viabiliza reuniões virtuais entre os *campi*.

O serviço de Patrimônio e Obras são os órgãos responsáveis em prover a UFT do material que lhe for necessário para uso ou consumo e, também, responsável pela guarda e limpeza e conservação de seu patrimônio físico.

5. - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – COFECON. Relatório de Gestão, 2008. Brasília-DF, 2009. Acessado em 20 março de 2009 . www.cofecon.org.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Relatório Avaliação Institucional Interna da UFT- Ciclo 2007 a 2008. Comissão Própria de Avaliação – CPA. Palmas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Planejamento estratégico (2006-2010) – por uma universidade consolidada, democrática, inserida na Amazônia (segunda impressão). Palmas, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Plano de Desenvolvimento Institucional (2007-2010). Palmas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Projeto Pedagógico Institucional (2007-2010). Palmas, 2007.

6. - ANEXOS

6.1 – REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
6.2 – NORMAS REGULAMENTADORES DO TCC
6.3 – REGIMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
6.4 - CURRICULUM VITAE DO CORPO DOCENTE
6.5 -NORMAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
6.6 - QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS DAS DISCIPLINAS
6.7 – MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO TCC DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**Palmas - TO
Fevereiro 2009**

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 1º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas foi criado a partir do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins e constitui órgão máximo consultivo, normativo e deliberativo destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com o que estabelece a Seção I do Regimento Geral da UFT.

TÍTULO I

Da Composição do Colegiado

Art. 2º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é composto por todo o corpo docente e representantes do corpo discente legalmente constituídos, conforme os artigos 54 e 57 do Estatuto da UFT.

§ 1º - O corpo discente será representado por 1/5 (um quinto) do número de docentes do colegiado.

§ 2º - Os representantes discentes devem ser escolhidos através dos seus representantes legais (Centro Acadêmico) e seus nomes encaminhados por escrito para o Coordenador do Curso, inclusive seus suplentes. Somente terão direito a voto os discentes legalmente constituídos.

§ 3º - Os docentes de vínculo temporário (substituto, visitante e voluntário) não terão direito a voto no Colegiado, embora possam participar de todas as atividades com direito a voz.

§ 4º - Poderão ainda participar da reunião, com direito a voz, pessoas convidadas que possam colaborar para o desenvolvimento de atividades respectivas a algum assunto em pauta, de interesse do colegiado.

Art. 3º - A presidência do Colegiado do Curso será assumida pelo Coordenador do Curso, que será auxiliado pelo Secretário do Curso.

TÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 4º - Compete ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III – fiscalizar e zelar pela otimização do desempenho das atividades de ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado, através da formulação de indicadores, levantamento de diagnósticos, e proposição de objetivos e ações de melhoria;

IV - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

V - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

VI - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

VII - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação;

VIII – avaliar periodicamente as atividades político-pedagógicas do curso;

IX – atender às demandas discentes, conforme Regimento Geral da UFT;

X – homologar projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes e discentes do curso;

XI – homologar bancas e resultado de seleção para professor substituto.

Art. 5º - Compete aos Membros do Colegiado do Curso:

I - analisar e relatar, nos prazos estabelecidos na sessão, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente;

II - desempenhar outras funções e atribuições que lhes forem delegadas pelo presidente;

III - votar as matérias pertinentes à distribuição de atividades e cargos do curso;

IV - referendar as decisões de membros do colegiado e da presidência, quando utilizado o recurso *ad referendum*.

Art. 6º - Compete ao Coordenador do Curso e Presidente do Colegiado:

I - presidir os trabalhos das reuniões do Colegiado do curso e delegar funções aos demais membros do colegiado;

II – advertir o orador que, sob qualquer pretexto, vier a proferir palavras ou promover atos incompatíveis com o respeito às pessoas, autoridades e instituições, cassando-lhe a palavra em caso de persistência;

III - representar os interesses do Curso de Ciências Econômicas junto a órgãos superiores;

IV - propor ao *Campus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Campus*;

V - apresentar, quando solicitado, o planejamento e atividades de ensino desenvolvidas no curso às instâncias superiores da Universidade;

VI - representar contra medidas ou determinações que interfiram em objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado;

VII - designar comissões para processo seletivo simplificado de professor substituto;

VIII - participar como membro de uma das comissões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Graduação, Pós-graduação, Extensão ou Planejamento);

IX - coordenar a elaboração de propostas da estrutura organizacional do curso, previstas dentro das condições estruturais da UFT;

X - promover, ao início de cada semestre letivo, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;

XI - elaborar relatórios referentes ao desempenho e às necessidades do curso, no início de cada semestre letivo;

XII - incentivar os docentes para participar de programas de aperfeiçoamento, congressos, seminários, de acordo com as normas vigentes;

XIII - exercer o poder disciplinar que lhe foi conferido pelo Regimento Geral e por outros Regimentos Institucionais;

XIV - apresentar sugestão à diretoria da unidade para elaboração do orçamento;

XV - desempenhar outras funções de articulação com a direção do Campus visando o melhor funcionamento do curso.

§ 1º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro designado com antecedência pelo mesmo.

§ 2º - No caso de ausência do Presidente e seu Substituto, a presidência será assumida pelo membro de maior tempo de admissão na UFT.

Art. 7º - Compete ao Secretário do Curso:

I – coordenar os serviços de secretaria;

II – instruir processos;

III – auxiliar o Presidente durante as reuniões de Colegiado, prestar esclarecimentos que forem solicitados durante as discussões;

IV – fazer os registros e dirigir as atas das reuniões;

V – auxiliar na guarda e organização do livro de atas, processos e demais documentos do Colegiado;

VI – encaminhar copia das deliberações e demais atos do Colegiado para publicação no Boletim informativo do Curso;

VII – transmitir aos membros do Colegiado, as circulares de convocação e outros avisos pertinentes;

VIII – adotar as demais providências necessárias ao funcionamento do órgão colegiado.

TÍTULO III

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º - O Colegiado reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou ainda pelas Pró-Reitorias.

Art. 9º - Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença da metade mais um de seus membros em primeira chamada. A segunda chamada ocorrerá após meia hora do horário marcado para o início da reunião com qualquer *quorum*.

Parágrafo único: o presidente do colegiado poderá suspender a deliberação caso seja avaliado que o assunto tema de deliberação não possa ser homologado com menos da metade dos membros do Colegiado.

Art. 10º - O membro que faltar a três reuniões consecutivas sem justificativa por motivos que não seja de saúde ou de interesse do curso ou da Universidade estará com suas demandas próprias suspensas pelo mesmo número de ausência.

Parágrafo único: As presenças, ausências e justificativas serão comprovadas mediante assinatura individual em livro próprio, e mencionadas na ata da respectiva reunião.

Art. 11º - As reuniões ordinárias serão convocadas por escrito pelo presidente, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, afixada em locais visíveis nas dependências do Campus e enviada por meio de endereço eletrônico.

Parágrafo único: Em caso de convocação de reunião extraordinária, esta deverá ser feita com antecedência mínima de 24 horas, por endereço eletrônico e telefone, devendo os membros comunicar o recebimento da convocação ao secretário do curso ou diretamente ao presidente.

Art. 12º - As reuniões compreenderão o seguinte roteiro:

I - abertura da sessão, com a apresentação dos pontos de pauta;

II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III – abertura de um período de expediente para comunicações e registro de fatos ou

comentários sobre assuntos de natureza geral, que não deverá ultrapassar 10 (dez) minutos;

IV - ordem do dia para discussão e votação das proposições ou pareceres constantes na pauta;

V - encerramento da sessão.

§ 1º - A reunião não deverá exceder 3 (três) horas de duração.

§ 2º - Por solicitação de membros presentes e mediante aprovação do plenário, o presidente poderá inverter ou acrescentar pontos de pauta antes da leitura da ata da reunião anterior.

§ 3º - Na hora do expediente, não será permitido aos membros do Colegiado o uso da palavra por mais de 5 (cinco) minutos, nem mais de uma vez sobre o mesmo assunto, salvo direito de réplica ou solicitação de esclarecimentos.

Art. 13º - As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, que também decidirão pelo tipo de votação entre simbólica, nominal ou secreta.

Art. 14º - As decisões do Colegiado serão oficializadas pelo seu Presidente sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie. As deliberações, quando couber, serão comunicadas à instância superior, que dará continuidade aos trâmites necessários, inclusive fazendo retornar ao Colegiado para complementações, revisão ou explicações, cabendo a este a aceitação ou não do pedido, observando as normatizações gerais da UFT e outras ações específicas dos órgãos superiores da Universidade.

TÍTULO IV

Seção I

Do perfil do Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Art. 15º - O Coordenador do Curso deverá possuir graduação no Curso de Ciências Econômicas.

Art. 16º - Poderá se candidatar à Coordenação do Curso professor efetivo da UFT, com suas funções acadêmicas regulares.

Seção II

Da eleição para coordenador do curso

Art. 17º - O coordenador do curso será eleito pelo corpo docente, discentes e técnico-administrativos por meio de eleições diretas, conforme diretrizes gerais da UFT.

Art. 18º - Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos obedecendo ao que rege o estatuto da UFT.

Art. 19º - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito aquele que já tiver exercido cargo administrativo junto à instituição. Persistindo o empate, prevalecerá o que for mais antigo no exercício do magistério na Universidade.

Art. 20º - O Coordenador do Curso será eleito por um prazo de 2 (dois) anos a contar da sua nomeação, permitida a recondução por mais um mandato.

Art. 21º - O Colegiado do Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes;

Parágrafo único: caso o coordenador esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo na UFT deverá pedir afastamento do cargo até a conclusão do processo.

Art. 22º - Em caso de vacância do cargo de coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFT o Colegiado fará eleição interna para escolha de um novo coordenador interino para concluir o mandato.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 23º - Os casos não previstos neste regimento deverão seguir normatização superior ou ser resolvidos pelo colegiado quando pertinente.

Art. 24º - O presente regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelos Órgãos Colegiados Superiores.

Palmas, Fevereiro de 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**NORMAS REGULAMENTADORAS DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA
DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UFT**

**PALMAS-TO
FEVEREIRO DE 2009**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente norma tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, indispensável para a obtenção do grau.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC consiste em uma pesquisa individual, sob a forma de Monografia, em qualquer área da linha de pesquisa, especificada no Projeto Pedagógico do Curso

Art 3º O TCC tem por finalidade propiciar aos alunos dos cursos de graduação a oportunidade de demonstrar o grau de conhecimento adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a pesquisa bibliográfica especializada e o aprimoramento da sua área específica.

§ 1º Na nova reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) o aluno só poderá cursar a disciplina de Técnica de Pesquisa faltando apenas 480 (quatrocentos e oitenta créditos) para concluir o curso, incluindo aqui a disciplina de Técnica. Em relação à disciplina de Monografia (TCC) o aluno poderá cursá-la, juntamente com 03 (três) disciplinas, no máximo.

Art. 4º A Coordenação de Monografia do curso de Ciências Econômicas da UFT, prestará atendimento aos orientandos e orientadores durante o período de elaboração e apresentação dos trabalhos.

CAPÍTULO II

1. ATRIBUIÇÕES

Art. 5 *Compete à Coordenação da monografia:*

- I** – Convocar, quando necessário, reuniões com os professores orientadores para o cumprimento desta Norma;
- II** – Elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de frequência de encontro com os alunos e de avaliação das atividades de Monografia;
- III** – Manter arquivo atualizado com o controle dos Projetos monográficos em desenvolvimento;
- IV** – Manter atualizadas as Atas de defesa de Monografia;
- V** – Providenciar o encaminhamento à Biblioteca das cópias das Monografias aprovadas em CD-ROM; deixando uma cópia na Coordenação do curso.

CAPÍTULO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 6º O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor, escolhido pelo aluno e aprovado pela Coordenação do Curso.

Art. 7º O convite deve ser formalizado pelos alunos à Coordenação de Curso, levando-se em consideração os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para a entrega do projeto de TCC.

§ 1º A aceitação do convite dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Compromisso assinado pelo aluno e respectivo orientador junto à Coordenação do Curso.

§ 2º Poderá o aluno contar com a colaboração de um profissional não pertencente ao quadro de professores do Curso de Ciências Econômicas, para atuar como co-orientador, desde que obtenha aprovação do seu orientador.

Art. 8º Cada professor orientará no mínimo 03 (três) alunos por semestre.

Art. 9º São atribuições dos professores orientadores:

- a) Ajudar e orientar o aluno no desenvolvimento de suas atividades;
- b) Fixar cronogramas de atividades dos seus orientandos;
- c) Aprovar o Pré-projeto de Monografia;
- d) Entregar, mensalmente, à Coordenação do curso, as fichas de frequência e avaliação, devidamente preenchidas e assinadas;
- e) Avaliar os relatórios parciais entregues pelos orientandos ao término de cada etapa, atribuindo-lhes notas;
- f) Participar das defesas de Monografia da qual é orientador;
- g) Assinar, junto com os demais membros das Bancas Examinadoras, as fichas de avaliação do TCC e as Atas Finais das Sessões de Defesa;
- h) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras.

CAPÍTULO IV

DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 10 São deveres dos alunos:

I – Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e pelo professor orientador;

II – Manter contato, no mínimo quinzenalmente, com o professor orientador para

discussão e aprimoramento de sua pesquisa;

III – Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso.

IV – Entregar o Pré-projeto de monografia assinado pelo professor orientador, com cópia em CD-ROM.

V – Entregar ao professor orientador, ao término da 1ª etapa do TCC, Relatório Parcial sobre as atividades desenvolvidas no período.

VI – Entregar à Coordenação do Curso, 02 (duas) cópias de seu TCC em CD-ROM. Caso o aluno não entregue as devidas cópias no prazo estipulado pela Coordenação será reprovado.

CAPÍTULO V

DO PRÉ-PROJETO

Art. 11 A estrutura do Pré-projeto deverá seguir os critérios técnicos estabelecidos pelas Normas da ABNT (NBR 6023; NBR 10520e NBR 14724)

Art. 12 O Pré-projeto de Monografia (disciplina de Técnica de Pesquisa) deverá ser elaborado com 480 crédito faltando para terminar curso, incluso a disciplina de técnica de pesquisa.

§ 1º Cabe ao Orientador, juntamente com o Professor de Técnica de Pesquisa a aprovação dos pré-projetos apresentados pelos alunos.

§ 2º O Pré-projeto (disciplina de Técnica de Pesquisa) não-aprovado deverá ser devolvido ao aluno, para que possa ser reformulado e apresentado novamente ao professor da disciplina e ao orientador para uma segunda avaliação.

Art. 13 Para aprovação do Pré-projeto de Monografia, deverá ser considerada a existência ou não de Monografia apresentada e defendida em projeto idêntico;

Art. 14 Após a aprovação do pré-projeto, a mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I – Prazo não superior a quinze dias, contados da data da entrega do Pré-projeto;

II – Aprovação do professor orientador;

III – Concordância expressa do professor orientador em continuar com a orientação, ou de seu substituto;

IV – Aprovação do Professor de Técnica de Pesquisa.

CAPÍTULO VI

DA MONOGRAFIA

Art. 15 Deverá ser elaborada, considerando:

I – os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT;

II – o conteúdo e orientação direta do tema com a área específica;

III – inserção nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas oferecidas na estrutura curricular do curso.

Art. 16 O TCC deve ser apresentado de acordo com o Manual para elaboração do trabalho de conclusão de Curso do Curso de Ciências Econômicas da UFT.

Art. 17 O TCC deve ter no mínimo 30 (trinta) páginas e no máximo 80 (oitenta) páginas.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 18 A Monografia deverá ser encaminhada, pelo aluno, em 03 (três) vias, à Coordenação do Curso, de acordo com o cronograma elaborado pela Coordenação, para ser remetida aos membros que compõem a Banca.

§ 1º A Coordenação do Curso deverá elaborar calendário semestral, fixando prazos para entrega das monografias, designação das Bancas e realização das defesas, de acordo com o calendário acadêmico.

§ 2º Em caso de atraso na entrega da Monografia, deverá ser observada a relevância do motivo apresentado, o que deverá ser avaliado pela Coordenação do Curso.

§ 3º A defesa da Monografia dar-se-á perante Banca Examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside e por outros dois membros designados pela Coordenação, ou pela escolha do orientado, além de um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares, em caso de impedimento, com exceção do professor orientador.

§ 4º Os professores titulares que por motivo de força maior não puderem se fazer presentes no dia da defesa de monografia, deverão apresentar justificativa, com antecedência mínima de 48 horas.

§ 5º Poderá, também, participar da Banca Examinadora o Co-orientador (se houver), de acordo com a conveniência a ser examinada pelos membros da Banca.

Art. 19 A Banca Examinadora somente poderá executar seus trabalhos com a presença dos três membros indicados.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento na execução dos trabalhos, deverá ser marcada nova data para a defesa da Monografia.

Art. 20 Todos os professores colaboradores do Curso poderão ser convocados para participar das Bancas Examinadoras, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 21 Após a data limite para a entrega das cópias das monografias, o Coordenador do Curso divulgará a composição das Bancas Examinadoras, os horários e as salas destinadas à Defesa.

Art. 22 Os membros das Bancas Examinadoras terão o prazo de 12 (doze) dias, a contar da data do recebimento, para procederem à leitura das monografias.

Parágrafo Único – Não será permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias, antes de sua defesa.

Art. 23 As sessões de defesa da Monografia são públicas.

Art. 24 Na defesa, o aluno tem, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 30 (trinta), para apresentar seu trabalho e cada componente da Banca, até 10 (dez) minutos para fazer seus questionamentos, dispondo, ainda, o discente de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 25 A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais, por examinador, baseada no quadro de critérios de avaliação da Defesa de Monografia.

§ 1º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

§ 2º Para aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco), na média aritmética das notas individuais, atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

Art. 26 A Banca Examinadora poderá reunir-se antes da sessão de Defesa pública e, se aprovado por maioria, devolver a monografia para reformulações.

Parágrafo Único – Sugerida a reformulação, a defesa ficará adiada.

Art. 27 A avaliação final, assinada por todos os Membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em atas.

Art. 28 O aluno que não entregar a Monografia, ou que não se apresentar para sua defesa oral estará automaticamente reprovado.

Art. 29 Não cabe revisão na nota final atribuída à Monografia.

Parágrafo Único – Em caso de reprovação, fica a critério do aluno continuar com o mesmo tema ou com o mesmo professor orientador, no próximo semestre letivo.

Art. 30 Ao aluno, cuja monografia não tenha sido aprovada, só será permitida nova defesa no semestre subsequente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Esta Norma Regulamentadora entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso de Ciências Econômicas da UFT, revogando-se as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS

**REGIMENTO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Palmas – TO
Abril de 2009**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS

REGIMENTO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Palmas – TO
Abril de 2009

REGIMENTO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 1º - O estágio supervisionado do Curso de Economia, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, o estágio é considerado uma disciplina de 120 horas/aula onde o aluno elabora uma Monografia que é submetida a uma banca avaliadora, analisada conforme regimento próprio.

§ 1º Algumas empresas requisitam nossos acadêmicos para fazerem estágio, sejam elas públicas ou privadas, as quais ficam a critério dos próprios estudantes aceitarem ou não. Para tal deve existir um convênio entre a empresa proponente e a UFT, onde o curso não tem ingerência direta.

§ 2º Diante do exposto, o aluno que se propõe a estagiar está habilitado a desenvolver as seguintes atividades:

§ 3º **1º ao 3º período:** Atendimento telefônico e ao público. Arquivamento de documentos. Acompanhamento e elaboração de planilhas e relatórios. Importante no estágio nesse período: Conhecer a dinâmica de uma organização/instituição.

§ 4º **3º ao 5º período:** Atendimento telefônico e ao público. Acompanhamento e elaboração de planilhas e relatórios. Acompanhamento das rotinas burocráticas. Atendimento ao público. Cálculos de juros, inflação e de créditos. Fluxograma de informações, pessoas e departamentos. Conhecer a dinâmica do departamento comercial. Importante no estágio nesse período: Conhecer a dinâmica de uma organização/instituição

§ 5º **5º ao 7º período:** Atendimento telefônico e ao público. Acompanhamento e elaboração de planilhas e relatórios. Acompanhamento das rotinas burocráticas. Atendimento ao público. Cálculos de juros, inflação e de créditos. Fluxograma de informações, pessoas e departamentos. Conhecer a dinâmica do departamento comercial. Elaboração e tratamento de dados estatísticos e financeiros. Análise de crédito. Elaboração e análise de projetos. Análise de contexto sócio-econômico. Importante no estágio nesse período: Conhecer a dinâmica de uma organização/instituição

§ 6º **7º ao 9º período:** Elaboração e tratamento de dados estatísticos e financeiros. Análise de crédito. Elaboração e análise de projetos. Organização da produção. Gerenciamento de dados. Marketing. Análise de contexto sócio-econômico e político. Análise Financeira. Gerenciamento de bens e matérias. Análise de Mercado.

Parágrafo Único- O presente Regimento encontra-se em conformidade com a Lei N.º 11.788, de 5 de Setembro de 2008, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre Estágios de estudantes.

TÍTULO I

Da Definição, Disposições Iniciais e Finalidades

Art. 2º - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular do Curso.

§ 1º - O Estágio faz parte das atividades opcionais e extracurriculares do curso, e tem por finalidade integrar o itinerário formativo do educando e contribuir para acrescer à carga horária regular e obrigatória.

§ 2º - O Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Busca complementar a formação do estudante, dotando-o do instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional; aperfeiçoando a sua formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho; e estabelecendo um canal retro-alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvido pela Instituição e pela Comunidade.

Art. 3º - O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – estar matriculado e freqüentando o Curso, devidamente atestado pela instituição;

II – haver celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º - O Estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor Supervisor de Estágios do Curso e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do art. 4º deste Regimento e por menção de aprovação final.

§ 2º - O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

TÍTULO II

Da Coordenação do Curso

Art. 4º - A Coordenação do Curso de Economia indicará, a cada ano, um professor do Curso para assumir a função de Supervisor de Estágios, com 4 (quatro) horas semanais de dedicação, que deverá representar o Curso no cumprimento de suas obrigações em relação aos Estágios de seus educandos, conforme os incisos abaixo:

I - estabelecer contactos, convênios e parcerias junto à comunidade no sentido de viabilizar os Estágios;

II – Divulgar a todo o corpo discente enquadrada no art. 6º deste Regimento, sobre ofertas de Estágios e proceder ao processo de seleção, cujos critérios e procedimentos deverão ser criados em documento próprio;

III – celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do Estágio à proposta pedagógica do Curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

IV – exigir do educando a apresentação semestral do relatório das atividades, elaborado conforme diretrizes do Art. 9º deste Regimento;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, orientando o estagiário quando se fizer necessário, e preservando seus interesses junto à parte concedente;

VI – elaborar normas complementares de instrumentos de avaliação dos estágios e dos estagiários a partir do Art. 15º, para constar em relatórios semestrais, realizados pelo Supervisor de Estágio, entregues à Coordenação do Curso;

VII – comunicar à parte cedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações acadêmicas.

§ 1º - O Plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do art. 3º deste Regimento, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

§ 2º - O Supervisor de Estágios deverá avaliar os relatórios semestrais e finais dos estagiários, devolvendo-os à Coordenação do Curso em até 15 (quinze) dias após os respectivos recebimentos.

TÍTULO II

Da Parte Concedente

Art. 5º - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, do Estado, ou dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observados as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estagiário na execução das atividades de Estágio;

IV – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

V – enviar à Coordenação de Estágios do Curso, com periodicidade 6 (seis) meses, relatórios de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

TÍTULO III

Do Estagiário

Art. 6º - Estão aptos a exercer as atividades de Estágio os estudantes do Curso que estejam devidamente matriculados no período da concessão do Estágio.

Art. 7º - A jornada de atividade em Estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo constar do termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares, e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 8º - A duração do Estágio, na mesma parte concedente, não poderá

exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 9º - Durante a vigência do estágio, o aluno estagiário deverá apresentar relatórios semestrais à Supervisão de Estágios do Curso. Devem constar dos relatórios os seguintes itens:

I – apresentação, contextualizando o tipo de estágio, o ramo de atividade, os objetivos econômico-sociais ou culturais do estágio, e as funções específicas, previstas para o estagiário;

II – apreciação das atividades desenvolvidas durante o mês, buscando identificar elementos de motivação e aprendizado, usando como critérios: o ambiente de trabalho, a relação com os outros funcionários, a relação com o supervisor da parte concedente, os desafios concretos que aparecem nas tarefas diárias, a forma como tem enfrentado esses desafios;

III – identificação das dificuldades, especificando sua natureza (motivação; relacionamento dentro da entidade concedente; capacidade de realização das tarefas) e a forma como tem buscado superá-las;

IV – especificar como os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso têm contribuído para a realização das atividades de Estágio;

IV – bibliografia, no caso da realização de pesquisas para superar eventuais dificuldades durante as atividades de Estágio.

Art. 10º - O estagiário deverá entregar os relatórios bimestrais e o relatório final do período de vigência do Estágio, à Supervisão de Estágios que encaminhará uma cópia à Secretaria Acadêmica, contendo não só o relato da experiência durante a atividade, mas, também, uma pesquisa para analisar, no âmbito da finalidade econômico-social ou cultural da entidade concedente, como a literatura sugere a melhor forma de gestão das atividades no seu conjunto; e fazer uma avaliação pessoal da atividade específica desempenhada pelo estagiário em função da finalidade geral da entidade. O relatório deve conter:

I – Introdução (colocação e delimitação do problema, objetivos, relevância e definição de conceitos);

II - Metodologia;

III - Revisão da literatura;

IV – Desenvolvimento do corpo técnico do trabalho;

V – Conclusões;

VI – Sugestões e recomendações;

VII - Referência bibliográfica;

Art. 11º - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte.

§ 1º - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º - Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 12º - É assegurado ao estagiário, sempre que tenha duração igual ou superior a 1 (hum) ano de Estágio no mesmo concedente, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º - O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estagiário ter duração inferior a 1 (hum) ano de atividades junto ao mesmo concedente.

Art. 13º - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do Estágio.

TÍTULO III

Do Termo de Compromisso

Art. 14º - O Termo de Compromisso é concretizado através da aceitação das condições do Estágio especificadas por este Regimento, pela Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Presidência da República, e pelo Projeto de Estágio, conforme o parágrafo primeiro do Art. 3º deste Regimento, mediante os vistos do representante legal da UFT/Campus (Diretor do Campus), do representante legal da

parte concessionária, e do aluno estagiário.

§ 1º - Os Projetos de Estágio são elaborados pelos alunos, individualmente ou em duplas, orientados pelo Coordenador de Estágios, podendo ser ajustados pelo supervisor da parte concedente.

§ 2º - O Projeto de Estágio deve ser apresentado em 3 (três) vias, com a seguinte destinação: 1ª Via - à Coordenação do Curso para aprovação e homologação pelo Coordenador de Estágios, ficando arquivada em pasta individual; 2ª Via - à Entidade Concessionária; e 3ª Via - ao Estagiário.

TÍTULO IV

Da Avaliação de Estágio e da Concessão de Créditos Extracurriculares

Art. 15º – A avaliação das atividades de Estágio serão de responsabilidade do Coordenador de Estágios, realizada a cada semestre, com base nas avaliações dos relatórios mensais, conforme consta do parágrafo segundo do Art. 4.º, com base no disposto no Art. 9º, bem como pela avaliação do trabalho de conclusão de estágio, conforme o Art. 10º deste Regimento.

§ 1º - A avaliação de estágios será realizada mediante a atribuição de conceitos, que variam de “A” – Bom Desempenho; “B” – Desempenho Satisfatório; e “C” – Desempenho Insatisfatório.

§ 2º - A atribuição dos créditos extracurriculares previstos pelo Estágio dependerá da avaliação obtida pelo estagiário. Na obtenção do conceito “A”, o estagiário terá conquistado 100% (cem por cento) dos créditos; na obtenção de “B”, terá 80% (oitenta por cento), e no caso de “C”, 30% (trinta por cento).

TÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 16º - A manutenção de estagiários em desconformidade com a Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre Estágios de estudantes, caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do Estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 17º - O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário, pelos

representantes legais da parte concedente e pela instituição de ensino, e é vedada a atuação de quaisquer agentes de intermediação de estágio que, eventualmente, tenham participação no contacto entre o Estagiário ou a instituição de ensino e a parte concedente do Estágio.

Art. 18º - Fica a Central de Estágio da UFT responsável de encaminhar, orientar, acompanhar o processo dos alunos que farão o estágio não-obrigatório.

CURRICULUM VITAE DO CORPO DOCENTE

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Adriano Firmino Valdevino de Araújo	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Adriano Nascimento da Paixão	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas (UFPB)	4 - Doutorado: Economia (PIMES/UFPE)
2 - Especialização: NA	5 - Pós-Doutorado: NA
Formação Acadêmica	
3 - Mestrado: Economia (PIMES/UFPE)	4 - Doutorado:
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação	
(Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado:	
1 - Introdução à Economia I	Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação
2 - Teoria Macroeconômica III	(Disciplinas Ministradas – 2008/02)
3 - Estatística (Nivelamento)	
4 - Economia Avançada	
Introdução à Economia II	
3 - Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
4 - Grupos de Estudos em Economia Aplicada (líder)	Métodos Quantitativos em Economia
5 -	Teoria Econômica
3 -	Valoração Econômica
4 -	Economia do Crime
5 - Participação em Grupo de Pesquisa	Teoria dos Jogos
1 - Grupos de Estudos em Economia Aplicada (líder)	Linha de Pesquisa
2 -	Econometria e Métodos Quantitativos
Atividades de Extensão	
(Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
3 -	Teoria Econômica
1 - Coordenador Geral do Programa Conexões de Saberes	Economia do Meio Ambiente
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (2000), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Atualmente é professor adjunto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, Curso de Ciências Econômicas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia dos Recursos Naturais, em especial métodos de valoração econômica, Métodos Quantitativos e Economia do Crime.	
Atividades de Extensão	
(Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 - Coordenador do Programa "Conexões dos Saberes" na fase inicial de sua implantação da UFPA	
2 -	
3 -	
4 -	
5 - Participação em Eventos	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (2000), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2002) e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2008). Tem 4 artigos publicados em revistas nacionais, 3 capítulos de livros e 10 artigos apresentados em congressos. Atualmente é professor da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Economia, com	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Aline de Oliveira Silva	
Titulação: Mestre em Ciências Econômicas	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas (UFPB, 1996)	4 - Doutorado: Cursando do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia dos IEE-IE-POLI-FEA / USP (2008)
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado: Ciências Econômicas (UFPB, 1999)	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Liberada para qualificação, nível doutorado, em 15 de abril de 2008.	
2 –	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável: Educação, Comunicação e Economia.	Desenvolvimento Sócio-Econômico
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 – Vice Presidente do Conselho Editorial da Editora da UFT (2006- 04/2008)	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Possui graduação (1996) e mestrado (1999) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente está fazendo o doutorado (2008) do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia dos IEE-IE-	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Alivinio Almeida	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Engenharia Agrônoma	4 - Doutorado: Economia Aplicada
3 - Mestrado: Economia Aplicada	5 - Pós-Doutorado:-
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia Agrícola	
2 – Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupo de Estudos em Economia Aplicada	Elaboração de Projetos Econômicos
2 - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional Sustentável	Agronegócio
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor na Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, entre 1996 e 2003	
Professor Adjunto na Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, a partir de maio de 2003.	
Principais Trabalhos Publicados	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Ana Lúcia de Medeiros	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado:
2 - Especialização:-	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Economia do Trabalho	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia do Setor Público	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
	Desenvolvimento Econômico
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professora do Curso de Economia na Fundação Francisco Mascarenhas – Patos/PB no período 2000 a 2002. Disciplinas ministradas: Introdução a Economia, Macroeconomia.	
Professora Substituta da UFPB, disciplinas ministradas: Economia monetária, Fundamentos de economia e Economia Política.	
Professora da UNITINS de agosto de 2002 a maio de 2003. Disciplinas ministradas: Economia do Setor Público, Economia Industrial. Mercado Financeiro de Capitais	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Andrés Lázaro Barraza De La Cruz	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: 40 h.
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Matemática Pura	4 - Doutorado: Matemática - Equações Diferenciais Parciais
2 - Especialização:-	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Matemática	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 –Matemática Aplicada à Economia	
2 –Cálculo Diferencial e Integral - I	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 - Matemática	perimetria computadorizada, computação gráfica, otimização e transmissão de dados
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
3 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor assistente nas disciplinas de cálculo I – equações diferenciais IBGE-Rio de Janeiro 1991.	
Professor assistente nas disciplinas de Cálculo Diferencial – equações diferenciais Universidade Federal do Espírito Santo 1992	
Professor adjunto nas disciplinas de Cálculo I Cálculo II, modelagem matemática em Sistemas Ambientais na Universidade estadual do Tocantins Palmas- 1993-1995	
Professor Titular nas disciplinas de Cálculo I Cálculo II, modelagem matemática em Sistemas Ambientais na Universidade estadual do Tocantins Palmas- 1995-2003	
Professor adjunto nas disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral-I, Cálculo Diferencial e Integral-II, Matemática	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Bernardo Palhares Campolina Diniz	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado: Geografia Humana
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado:	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação	
(Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Estatística – Ciências Contábeis	
2 – Economia e Mercados Globalizados – Ciências Contábeis	
3 – Economia Regional e Urbana – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Núcleo de Desenvolvimento Regional Sustentável	Desenvolvimento e Economia Regional
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão	
(Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 – Procad com o CEDEPLAR/UFMG – Início – março de 2009	
2 – Dinâmica sócio-econômica do Cerrado Brasileiro – CNPq – desde de janeiro/2008 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
- Professor da Universidade Federal do Tocantins – desde de abril de 2008	
- Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da LIET – entre julho de 2008 e janeiro de 2009	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Cid Olival Feitosa	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado: Desenvolvimento Econômico – Área Concentração: Economia Regional e Urbana (Em andamento)
2 - Especialização: Desenvolvimento Econômico Local	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Desenvolvimento Econômico – Área Concentração: Economia Regional e Urbana	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia Regional e Urbana	
2 – Contabilidade Social	
3 – Macroeconomia II	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Pesquisa individual decorrente da elaboração de tese de doutorado sobre o processo de desconcentração produtiva no Brasil e os impactos sobre a região Nordeste	Desenvolvimento Econômico e Economia Regional e Urbana
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Doutorando em Desenvolvimento Econômico, com área de concentração em Economia Regional e Urbana, na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a partir de 2007.	
Mestrado no período de 2004 a 2007, em Desenvolvimento Econômico, com área de concentração em Economia Regional e Urbana, na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.	
Professor Assistente na Universidade Federal do Tocantins – UFT, a partir de agosto de 2008, professor das disciplinas Economia Regional e Urbana, Contabilidade Social e Macroeconomia II..	
Professor na Faculdade Comunitária de Campinas – FAC – Anhanguera Educacional S. A., no período de 2006 a 2008, ministrando disciplinas de Desenvolvimento Econômico e Organismos Internacionais, Economia Brasileira e Economia.	
Atividade de docência parcial sob supervisão em Programa de Estágio de Estudantes de Pós-Graduação (PED), ministrando a disciplina de Introdução à Economia, nos períodos de março a julho de 2006, 2007 e 2008.	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: 40 horas
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Estatística	4 - Doutorado:
2 - Especialização: Economia Regional e Urbana	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Economia	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 - Política e Planejamento Econômico	
2 - Desenvolvimento Sócio-Econômico	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 - Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento regional; subsídio a políticas públicas; avaliação políticas públicas
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
3 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Claudomiro Moura Gomes Andre	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: DE h.
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Engenharia Agrônômica	4 - Doutorado: Genética e Melhoramento
2 - Especialização:-	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Genética e Melhoramento	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Estatística Econômica	
2 - Econometria	
3 - Estatística	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 - Agroenergia	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
3 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor assistente na Unitins de 1999-2003 ministrando as disciplinas relacionadas na área de Cálculo e Estatística	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Elvio Quirino Pereira	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Engenheiro Agrônomo	4 - Doutorado: Sociologia
2 - Especialização: Gestão da Educação	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado: Sociologia	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Sociologia – 1º período de economia	
2 – Agroenergia II – Mestrado em Agroenergia	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 Agronegócio e Desenvolvimento Territorial na Amazônia Legal	-Agronegócio e Sustentabilidade na Amazônia Legal
2 -Núcleo em Interunidades em Energia, Meio Ambiente e Economia	- Estudo de viabilidade econômica e social de projetos
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 – Agricultores Experimentadores: um estudo de caso da região central do Estado do Tocantins	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Fernando Jorge Fonseca Neves	
Titulação: Mestre em Ciências Econômicas (Economia do Trabalho)	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação:	4 - Doutorado:
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado: X	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Teoria Microeconômica I	
2 – Teoria Macroeconômica I	
3 – Economia do Trabalho	
4 –	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupos de Estudos em Economia Aplicada (Membro)	Economia Regional, Urbana e Agronegócios
2 -	História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 – Participação na Organização da Semana Acadêmica de Economia (Evento Anual);	
2 – Participação como Palestrante no Ciclo de Debates da UFT	
3 -	
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (2000), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Foi professor da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) entre 2002 e 2003. É professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) desde 2003. Tem 3 artigos apresentados e publicados.	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Francisco Patrício Esteves	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado:
2 - Mestrado em Economia – Economia de Empresa	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Doutorando em História Social	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – história do Pensamento Econômico I	
2 – História do Pensamento Econômico II	
3 –	
4 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupo de Estudos Sócio-econômico e Sociolinguístico das Comunidades Quilombolas do Tocantins	História Econômica Desenvolvimento Econômico
2 -	
3 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 – Presidência da Comissão Especial para Promoção de Igualdade Racial na UFT	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor na Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS - 2002 -2003. ministrando disciplinas de História do Pensamento Econômico I e II; Economia Brasileira Contemporânea e Economia Internaonal.	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Higino Julia Piti	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: 40 horas
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado:
2 - Especialização	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Economia Rural	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Micro economia I	
2 – Micro economia II	
3 – Micro economia III	
4 – Economia Monetária	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupo de Estudos em Economia Aplicada	Desenvolvimento Econômico
2 -	
3 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Mestrado no período de 1983 a 1985, em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará - UFC.	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Jean dos Santos Nascimento	
Titulação: Doutorando em Ciências (Economia Aplicada)	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação:	4 - Doutorado:
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado:	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia do Setor Público	
2 – Teoria Macroeconômica	
3 – Matemática Financeira	
4 – Estatística	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupos de Estudos em Economia Aplicada (Membro)	Econometria e Métodos Quantitativos
2 -	Teoria Econômica
3 -	Economia do Meio Ambiente
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 –	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (previsão para 2010 ou 2011). Tem 5 artigos apresentados e publicados em congresso científico e revistas nacionais.	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Kátia Maia Flores	
Titulação: Doutorado	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Biblioteconomia	4 - Doutorado: História
2 - Especialização: Div. Científica e Tecnológica	5 - Pós-Doutorado:
3 - Mestrado: História	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – História Econômica Geral	
2 – Formação Econômica do Brasil	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 -	Sociedade e suas questões econômicas sociais e ambientais.
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Desenvolvo o seguinte projeto de pesquisa:	
1- Populações tradicionais do Tocantins: história ambiental e convivência sustentável com o cerrado. O presente projeto de pesquisa busca compreender, através da história ambiental, o processo de ocupação da região do Tocantins por diferentes grupos humanos que criaram estratégias próprias de reprodução social características dos ambientes naturais ocupados.. <i>Situação:</i> Em andamento <i>Alunos envolvidos:</i> Graduação (1) / Especialização (1) <i>Financiador(es):</i> Instituto Natureza do Tocantins – Cooperação O projeto já tem como resultado a produção de dois artigos apresentados em Evento Nacional e Internacional.	
2- Rio Tocantins: história ambiental, desenvolvimento e conservação. <i>Descrição:</i> O presente estudo, continuidade da tese de doutoramento, busca compreender, historicamente, o uso social do rio Tocantins, a partir dos estudos e projetos elaborados para incorporação econômica da região; os Grandes Projetos Econômicos do Tocantins em curso e as relações das populações ribeirinhas com tais projetos	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Marcos Antonio Dozza	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: 40 horas
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado:
2 - Especialização:- Administração e Contabilidade Gerencial, custos e controladoria	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Administração	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – História do pensamentos Econômico II	
2 – Contabilidade de Custos	
3 – Matemática Financeira	
4 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupo de Estudos em Economia Aplicada	Desenvolvimento Econômico
2 -	
3 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Nilton Marques de Oliveira	
Titulação: Mestre	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado:
2 - Especialização:- Administração Rural e Gerenciamento Contábil	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Economia Aplicada	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia Brasileira II	
2 – História do Pensamento Econômico II	
3 – Economia Política	
4 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Grupo de Estudos em Economia Aplicada	Desenvolvimento Econômico
2 -	
3 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Professor na Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum – MT (FUMESUNM) no período de 1996 a 2000, ministrando disciplinas de Estatística, Economia e Contabilidade.	
Mestrado no período de 2001 a 2003, em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa –UFV.	
Professor assistente na Faculdade Jesus Maria José – FAJESU e Faculdade Cenecista de Brasília – FACEB, no período de 2003 a 2008, ministrando disciplina de Estatística, Macroeconomia e Finanças .	
Professor Assistente na Universidade Federal do Tocantins – UFT, a partir de maio de 2008, professor das disciplinas de Economia Brasileira II, História do Pensamento II e Economia Política.	
Participação em Eventos	
1.- XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.XLIII Congresso da SOBER: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. 2005. (Participações em eventos/Congresso). Universidade de Fortaleza (UNIFOR) Julho de 2005, Fortaleza -CE	
2. - 1º Encontro Internacional - Associação Keynesiana Brasileira. 2008. (Participações em eventos/Encontro).	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Frederico Poley Martins Ferreira	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação:	4 - Doutorado:
2 - Especialização:	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado:	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação	
(Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 –Política e Planejamento Econômico	
2 –Desenvolvimento Sócio-Econômico	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 - Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento regional; subsídio a políticas públicas; avaliação políticas públicas
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão	
(Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
3 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	

CURRICULUM VITAE (simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Waldecy Rodrigues	
Titulação: Pós-Doutor	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Economia	4 - Doutorado: Ciências Sociais
2 - Especialização: Economia Agrícola	5 - Pós-Doutorado: Ciências Sociais Aplicadas
3 - Mestrado: Economia	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 - Economia do Meio Ambiente	
2 – Técnicas de Pesquisa em Economia	
3 -	
4 -	
5 -	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Desenvolvimento Regional	Economia do Meio Ambiente
2 -	Economia Regional e Urbana
3 -	
4 -	
5 -	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 -	
2 -	
3 -	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	

CURRICULUM VITAE	
(simplificado últimos 3 anos)	
Nome: Yolanda Vieira de Abreu	
Titulação: Doutor	Regime de Trabalho: DE
Formação Acadêmica	
1 - Graduação: Ciências Econômicas	4 - Doutorado: Planejamento de Sistemas Energéticos
2 - Especialização:-	5 - Pós-Doutorado:-
3 - Mestrado: Interunidades em Energia	
Atividades de Ensino/Graduação e Pós-Graduação (Disciplinas Ministradas – 2008/02)	
1 – Economia Brasileira I	
2 – Economia Mundial	
3 –Monografias I e II	
4 –Logística e Planejamento em Agroenergia	
Participação em Grupo de Pesquisa	Linha de Pesquisa
1 – Núcleo em interunidades em desenvolvimento economico, social e energético.	
Atividades de Extensão (Projetos Desenvolvidos na Extensão – últimos 3 anos)	
1 –Ciclos Brasil em Perspectivas	
2 - Semana da Economia	
Experiência na Educação Superior (descrever sua trajetória, sumária)	
Universidade Federal do Tocantins , desde 2003. Ministrando Economia Brasileira, Economia da Energia, Formação Econômica do Brasil,Economia Mundial e Planejamento e Logística em Agroenergia. Aulas ministrada na graduação e na pós-graduação, orientação de monografia e de dissertação de mestrado.	
Participação em Eventos e outras atividades nos últimos 3 anos	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Mobilidade de Professores Brasileiros para a Unviersidad Autonoma de Madri. Bolsa Fundación Carolina. Espanha de 05 de dezembro de 2008 a 05 de Fevereiro de 2009. 2) 5o Congresso Internacional Virtual. "Desarrollo Local en un Mundo Global " apresentação do artigo "DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE" de 4 a 22 de dezembro 2008. 3) Semana de Economia. "Inserção e Perspectivas no Brasil em um Mundo Globalizado". 2008. (Participações em eventos/Seminário). Universidade Federal do Tocantis – UFT, Palmas –TO, Setembro de 2008. 4) ABREU, Yolanda Vieira de ; Elton Bispo Rodrigues ; GUERRA, Sinclair Mallet Guy . A Study on the Social Economic Results of the Rural Electrification. In: A Study on the Social Economic Results of the Rural Electrification, 2008, Glasgow. World Renewable Energy Congress X and Exhibition. Brighton - UK, 2008 5) 3. 6to Seminario Taller Sobre Política Energética Para el Desarrollo Sustentable y el Uso del Modelo Leap. 2007. Instituto de Economía Energética de Fundación Bariloche, IDEE/FB, Argentina. 6) ABREU, Yolanda Vieira de ; Valdes Serra, Juan ; GUERRA, Sinclair Mallet Guy . The importance of the energy balance and framework, as an instrument for building sustainable public policies in Brazil. In: Energy for development. In: http://www.energyanddevelopment-2007.net/pages/news.php, 2007, Beja, Alentejo, Portugal. Energy for development, 2007, Beja/PT. Anais do evento. Editora do evento : Anais do evento. Beja/PT, 2007. v. 1. p. 66-79 7) BURANI, Geraldo Francisco ; KAMIMURA, Arlindo ; HECH, Helvio ; ABREU, Yolanda Vieira de ; OUTROS . Balanço Energético do Estado do Tocantins (em andamento). 2007 8) Participação Temático edital MCT/CNPq/CT juntamente com os seguintes professores: Beatriz Vahan Kilikian ; Elba P.S. Bon ; Flavio A.O.Camargo ; Jose Ferreira Irmão ; Silvia Azucena Nebra de Pérez ; Simoni Margareti Plentz Meneghetti ; Wilma de Araujo Gonzalez ; ABREU, Yolanda Vieira de ; Marcos Guimarães de Andrade Landell . Comitê Temático edital MCT/CNPq/CT- Agronegócio/CT-Biotecnologia Nr. 39/2007. 2007. 	

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NORMAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PALMAS-TO, FEVEREIRO DE 2009

6.6 - NORMAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Esta norma estabelece as linhas gerais para as atividades de Atividades complementares, objetivando homogeneidade no que se refere a avaliação dos trabalhos realizados e resguardados.

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares do curso de Ciências Econômicas da UFT compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau e terão carga horária global definida no Projeto Político Pedagógico afeto ao curso, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

- Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.
- As atividades complementares do curso de Ciências Econômicas são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:
 1. Atividades de Ensino;
 2. Atividades de Pesquisa;
 3. Atividades de Extensão.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- **As Atividades de Ensino compreendem:**

1. Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e não aproveitada relacionada a alguma disciplina da grade curricular do aluno
2. Atividades de monitoria;
3. Organizar e ministrar mini-cursos;
4. Participação como participante inscrito ou colaborador em minicursos;
5. Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

• **As Atividades de Extensão compreendem:**

1. Autoria e execução de projetos;
2. Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);
3. Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.);
4. Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);
5. Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.);
6. Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas redondas, etc.);
7. Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.);
8. Participação em oficinas;
9. Visitas técnicas;
10. Estágios extracurriculares;
11. Representação discente em órgãos colegiados;
12. Representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs).
13. Participação em Redes de Mobilizadores Sociais ou ONGs registradas oficialmente segundo a legislação brasileira e com a apresentação de projeto ou cronograma de atividades aprovadas pelo coordenador das atividades complementares

• **As Atividades de Pesquisa compreendem:**

1. Livro Publicado;
2. Capítulo de Livro;
3. Projetos de Iniciação Científica;
4. Projetos de Pesquisa Institucionais;
5. Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
6. Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
7. Artigo completo publicado em anais como autor;
8. Artigo completo publicado em anais como autor;
9. Resumo em anais;
10. Participação em grupos institucional trabalhos e estudos.

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até:

- No final do primeiro semestre ou do segundo semestre.
- O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado até 30 de na primeira quinzena do mês de agosto, relativa ao primeiro semestre; e até dia 30 do mês de março, relativa ao segundo semestre.
- No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.
- O pedido de registro das atividades complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para Parecer da Coordenação do Curso e do Coordenador das atividades complementares.
- Os documentos originais deverão permanecer em poder do interessado e o processo deve ser iniciado com copia e o Coordenador irá chamar o interessado para mostrar o documento original para que seja computado.

- O aluno que discordar da quantificação atribuída à atividade complementar, poderá, no prazo de 30 dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.
- Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso e ao Comitê Diretor do Campus como última instância.
- Somente terão validade para cômputo como atividades complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período no curso graduação.
- Todas as atividades complementares executadas devem ser comprovadas através de documento impresso, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.
- A participação em atividades complementares, onde não houver o fornecimento de certificados de participação, deve ser comprovada através da assinatura do responsável pela atividade no formulário de Relatório de Atividade Complementar, disponível na Coordenação do Curso.

A carga horária total de Atividades Complementares equivale a um total de pontos, definidos pelo Projeto Político Pedagógico do curso, a serem completados durante o período que o aluno tiver para completar seu curso pela legislação e normativas da UFT.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- Compete à Congregação Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir as suas lacunas que venham surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

QUADRO GERAL DE EQUIVALÊNCIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: PCC 2009/PCC 2001

1. PRIMEIRO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Introdução à Economia I	História do Pensamento Econômico I
Introdução às Ciências Sociais	Sociologia
Fundamentos de Matemática	Cálculo Diferencial e Integral I
Contabilidade e Análise de Balanços	Análise de Balanço e Contabilidade Geral
Metodologia Científica	Metodologia Científica

2. SEGUNDO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Introdução à Economia II	Introdução à Economia I e Introdução à Economia II
Cálculo Diferencial e Integral I	Cálculo Diferencial e Integral I
Instituições de Direito	Instituições de Direito
História Econômica Geral	História Econômica Geral
Administração e Organização	Sem equivalência

3. TERCEIRO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Economia Política I	Economia Política
Matemática Financeira	Matemática Financeira
Cálculo Diferencial e Integral II	Cálculo Diferencial e Integral II
Contabilidade Nacional	Contabilidade Social
Teoria Microeconômica I	Teoria Microeconômica I

4. QUARTO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Teoria Macroeconômica I	Teoria Macroeconômica I
Estatística I	Estatística
Economia Brasileira I	Formação Economia do Brasil
Economia Política II	Sem equivalência
Teoria Microeconômica II	Teoria Microeconômica II

5. QUINTO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Teoria Macroeconômica II	Teoria Macroeconômica II
Economia Monetária	Economia Monetária
Estatística II	Estatística Econômica
Economia Brasileira II	Economia Brasileira I
Teoria Microeconômica III	Teoria Microeconômica III*

*Ver item 10.

6. SEXTO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Econometria	Econometria
Economia Brasileira Contemporânea	Economia Brasileira II
Economia Regional e Urbana	Economia Regional e Urbana
Teoria Macroeconômica III	Teoria Macroeconômica III
Avaliação de Investimentos	Sem equivalência

7. SÉTIMO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Pensamento Econômico Contemporâneo	História do Pensamento Econômico II
Economia do Setor Público	Economia do Setor Público
Política e Planejamento Econômico	Política e Planejamento Econômico
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	Elaboração e Análise de Projetos

8. OITAVO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Economia da Agricultura	Economia Agrícola
Técnica de Pesquisa em Economia	Técnica de Pesquisa em Economia

Desenvolvimento Sócio-Econômico	Desenvolvimento Sócio-Econômico
Economia Internacional	Economia Internacional

9. NONO PERÍODO - EQUIVALÊNCIAS

Grade Atual – PCC 2009	Grade Antiga – PCC 2001
Monografia	Monografia I e Monografia II

10. DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBTIDAS NA GRADE CURRICULAR ANTIGA – PCC 2001

GRADE NOVA	GRADE ANTIGA
Atividades Complementares	Leitura e Prática Textual
Tópicos Especiais ou Atividades Complementares	Filosofia
Economia Matemática (optativa)	Matemática Aplicada à Economia
Tópicos Especiais ou Atividades Complementares	Contabilidade dos Custos
Economia do Meio Ambiente (optativa)	Economia do Meio Ambiente
Teoria Microeconômica III ou Economia Industrial (optativa)	Teoria Microeconômica III
Optativa ou Atividades Complementares	Optativas

OBS: O aproveitamento de Atividades Complementares seguirá os critérios estabelecidos em regimento próprio.

Comentários:

O Conteúdo programático da nova disciplina de Introdução à Economia I se assemelha a o conteúdo programática da disciplina de HPE I da grade velha.

Em relação à equivalência de Fundamentos de Matemática, tenho dúvidas, pois Cálculo Diferencial e Integral I da grade antiga serve para duas disciplinas (totalizando 120 horas) e ela só possui 90 horas.

SEGUNDO PERÍODO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES
Cálculo Diferencial e Integral I	4	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Administração e Organização	4	60	Sem Equivalência

Comentários:

Em relação à Cálculo Diferencial e Integral, mantenho o comentário anterior.

Acho que a disciplina Administração e Organização fica sem equivalente. Quem optar pela grade nova terá que fazê-la.

TERCEIRO PERÍODO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES
Matemática Financeira	4	60	Matemática Financeira

Comentários:

A Disciplina Matemática Financeira possui 60 horas e serve de equivalência para duas disciplinas, totalizando 120 horas.

QUARTO PERÍODO	DISCIPLINAS EQUIVALENTES
-----------------------	---------------------------------

Sem Comentários.

QUINTO PERÍODO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES
Teoria Microeconômica III	4	60	Sem Equivalência

Comentários:

O conteúdo programático da Disciplina Teoria Economia III da grade antiga refere-se à Economia Industrial. Ou seja, quem fez Teoria Microeconômica III aproveita como Economia Industrial (optativa), tendo que fazer Teoria Microeconômica III na grade nova.

SEXTO PERÍODO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES
Avaliação de Investimentos	4	60	Sem Equivalência

Comentários:

A Disciplina Matemática Financeira possui 60 horas e serve de equivalência para duas disciplinas, totalizando 120 horas.

SÉTIMO PERÍODO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES
Pensamento Econômico Contemporâneo	4	60	HPE II

Comentários:

Como HPE I já serve de equivalência para a disciplina Introdução à Economia I, a disciplina HPE II pode servir de equivalência para Pensamento Econômico Contemporâneo

OITAVO PERÍODO	DISCIPLINAS EQUIVALENTES
-----------------------	---------------------------------

Sem Comentários.

NONO PERÍODO	DISCIPLINAS EQUIVALENTES
---------------------	---------------------------------

Sem Comentários.

CARGA COMPLEMENTAR ADQUIRIDA NA GRADE ANTIGA

GRADE NOVA	GRADE ANTIGA
Tópicos (???)	Leitura e Prática Textual
Tópicos (???)	Filosofia
Tópicos (???)	Contabilidade Geral
Economia Matemática (optativa)	Matemática Aplicada à Economia

Tópicos (???)	Contabilidade dos Custos
Economia do Meio Ambiente (optativa)	Economia do Meio Ambiente
Economia Industrial (optativa)	Teoria Microeconômica III

COMENTÁRIOS GERAIS

Considero alguns problemas em relação à equivalência:

1. Fundamentos de Matemática Básica.

Poderíamos adotar o seguinte critério:

GRADE NOVA	GRADE ANTIGA
Fundamentos de Matemática Básica	Cálculo Diferencial e Integral I
Cálculo Diferencial e Integral I	
Cálculo Diferencial e Integral II	
	Cálculo Diferencial e Integral II

OBS: o aproveitamento é feito no pacote.

2. Elaboração e Análise de Projetos

GRADE NOVA	GRADE ANTIGA
Análise de Investimento	Elaboração e Análise de Projetos
OU	
Elaboração e Análise de Projetos	

OBS: o aluno utilizará Elaboração e Análise de Projetos para aproveitar **ou** Análise de Investimento **ou** Elaboração e Análise de Projetos, devendo cursar a disciplina não aproveitada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PALMAS-TO,
FEVEREIRO DE 2009**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Profª Drª Yolanda Vieira de Abreu

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Elaboração:

Profº DSc Adriano Paixão

Profº MSc. Fernando Jorge Fonseca Neves

Profº MSc. Nilton Marques de Oliveira

Profº MSc. Marcos Antonio Dozza

Profª Drª Yolanda Vieira de Abreu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Palmas

Universidade Federal do Tocantins – Curso de Ciências Econômicas.

Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas. / Elaboração de Profº DSc Adriano Paixão, Profº MSc. Fernando Jorge Fonseca Neves, Profº MSc. Nilton Marques de Oliveira, Profº MSc. Marcos Antonio Dozza, Profª Drª - Yolanda Vieira de Abreu. Palmas, 2009.

50p.: il.

1. Trabalho de Conclusão de Curso - Manual. I. Paixão, Adriano. II. Neves, Fernando Jorge Fonseca. III. Oliveira, Nilton Marques de. IV. Dozza, Marcos Antonio. V. Abreu, Yolanda Vieira de. VI. Título.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de capa	08
Figura 2 – Modelo de folha de rosto	09
Figura 3 – Modelo de ficha catalográfica	10
Figura 4 – Modelo de errata	11
Figura 5 – Modelo de folha de aprovação	12
Figura 6 – Modelo de dedicatória	13
Figura 7 – Modelo de agradecimento	14
Figura 8 – Modelo de epígrafe	15
Figura 9 – Modelo de resumo	16
Figura 10 – Modelo de <i>abstract</i>	17
Figura 11 – Modelo de lista de ilustrações	18
Figura 12 – Modelo de lista de quadros	19
Figura 13 – Modelo de lista de figuras	19
Figura 14 – Modelo de lista de tabelas	20
Figura 15 – Modelo de lista de siglas	21
Figura 16 – Modelo de lista de símbolos	22
Figura 17 – Modelo de sumário (revisão de literatura)	23
Figura 18 – Modelo de sumário (estudo experimental e/ou de campo)	24

Figura 19 – Modelo de folha de introdução	25
Figura 20 – Modelo de lista de referência quando adotado o sistema numérico com nota de rodapé ou sistema autor-data	27
Figura 21 – Modelo de glossário	28
Figura 22 – Modelo de folha de abertura de apêndice	29
Figura 23 – Modelo de apêndices	29
Figura 24 – Modelo de folha de abertura de anexos	30
Figura 25 – Modelo de anexos	30
Figura 26 – Modelo de índice.....	31
Figura 27 – Apresentação gráfica do texto	34

1.2.1. A UFT no Contexto Regional e Local 11

3. FERFIS PRETENDIDOS. 44

Ementa: 88

4. – SERVIÇOS 125

4.3.1– Rede de Comunicação Científica 126

5. - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 127

6. - ANEXOS 128

CAPÍTULO I 137

CAPÍTULO II 138

1. ATRIBUIÇÕES 138

Art. 5 Compete à Coordenação da monografia: 138

CAPÍTULO VII 141

DA BANCA EXAMINADORA 141

LISTA DE FIGURAS 188

1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 197

1.1 Elementos Pré-textuais 199

1.1.1 Capa 199

Obs: Utilizar a letra Times New Roman ou Arial, fonte 14. 200

Figura 1 – Modelo de capa 201

ou 201

1.1.2 Folha de rosto 202

Figura 2 – Modelo de folha de rosto 202

Figura 3 – Modelo de ficha catalográfica 203

1.1.3 Errata 204

204

Figura 4 – Modelo de errata 204

1.1.4 Folha de aprovação 205

Figura 5 – Modelo de folha de aprovação 205

1.1.5 Dedicatória 206

Figura 6 – Modelo de dedicatória 206

1.1.6 Agradecimentos 207

Figura 7 – Modelo de agradecimento 207

1.1.7 Epígrafe 208

Figura 8 – Modelo de epígrafe 208

1.1.8 Resumo em língua vernácula 209

Figura 9 – Modelo de resumo em língua vernácula 209

1.1.9 Resumo em língua estrangeira 210

1.1.10 Lista de Ilustrações 211

Figura 11 – Modelo de lista de ilustrações 211

Figura 12 – Modelo de lista de quadros 212

Figura 13 – Modelo de lista de figuras 212

1.1.11 Lista de tabelas 213

Figura 14 – Modelo de lista de tabelas 214

1.1.12 Lista de abreviaturas e siglas 215

Figura 15 – Modelo de lista de siglas 215

1.1.13 Lista de Símbolos 216

Figura 16 – Modelo de lista de símbolos 216

1.1.14 Sumário 217

1.2.1	Introdução	218
1.2.2	Corpo ou Desenvolvimento	221
1.2.3	Considerações finais	222
1.3	Elementos Pós-textuais	222
1.3.1	Referências	223
1.3.3	Apêndice	224
1.3.4	Anexos	225
1.3.5	Índice	226
1.4	Regras de apresentação gráfica	227

Figura 20 - Modelo de lista de referência, quando adotado o sistema numérico sem nota de rodapé. 223

2.1.1	REFERÊNCIAS	230
-------	-------------	-----

A descrição das referências deve seguir as regras estabelecidas pela NBR 6023 de agosto de 2002 da ABNT. 230

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002c, p. 2), referência é definida como um “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”. 230 as referências poderão ser localizadas no rodapé, em listas de referência ou antecedendo o resumo, resenha e resenhas; 231

todos os elementos da referência deverão ser retirados do próprio documento; os dados obtidos de outras fontes devem ser identificados entre colchetes; 231

2.1	Elementos da referência	231
2.1.1	Autoria	231

MARTINS SOBRINHO, Fabio et al. Os jogos na educação infantil. Campinas: Papirus, 2003. 232

b) Indicação de responsabilidade (organizador, coordenador, compilador) 232

PAZ, Ronilson José da (Org.). Perspectivas do ensino de pós-graduação no Brasil. João Pessoa: Ed. UFPB, 1998. 232

c) Autor entidade 232

FACULDADE ATENAS MARANHENSE. Guia de estudante. São Luís, 2003.
232

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:
informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
232

232

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. 25. ed. São Paulo: Saraiva,
1999. 232

A PESQUISA científica. São Paulo: Acadêmico, 1999. 232

2.1.2 Título e subtítulo (se houver) 233

O título e subtítulo devem ser apresentados da mesma forma em que
figuram no documento. Se for muito extenso, poderá ser abreviado,
usando-se reticências, sem comprometer o seu sentido. 233

Exemplo: 233

VIEIRA, Cássio Leite. Pequeno manual de divulgação científica: dicas para
cientistas... Rio de Janeiro: IAPERJ, 1999. 233

233

2.1.3 Edição 233

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 11. ed.
rev. atual. e amp. 233

233

2.1.4 Local 233

O local ou cidade deverá ser transcrito tal como figura no documento. Em
caso de homônimos de cidades, colocar o nome do estado. Proceder da
mesma forma para a capital do país. 234

Exemplo: 234

Quando o documento apresentar mais de um local, deve figurar o primeiro
ou aquele de maior destaque. 234

Caso o nome do local não apareça no documento, mas há condições de
identificá-lo, deverá ser apresentado entre colchetes. 234

Na impossibilidade de identificação do local, pode-se utilizar a expressão
sine loco, de forma abreviada e entre colchetes [S.l.]. 234

2.1.5 Editora 234

Quando houver duas editoras, indicam-se ambas e seus locais correspondentes. No caso de três editoras, deve-se colocar a primeira ou a de maior destaque. 235

Caso não seja possível identificá-la no documento, colocar a expressão sine nomine [s.n.]. 235

No caso de ser a mesma instituição responsável pela autoria, não há necessidade de mencioná-la. 235

Quando local e editora não forem identificados, no documento, deve-se utilizar as expressões [S.l.: s.n.]. 235

2.1.6 Ano de publicação 236

O ano de publicação deve ser indicado em algarismos arábicos. 236

Caso não seja possível identificá-lo, no documento, colocar data aproximada: 236

[1988 ou 1989] um ano ou outro 236

[2002?] data provável 236

[2001] data certa, não indicada na fonte 236

[197-] década certa 236

[197-?] década provável 236

2.1.7 Descrição física 236

2.1.8 Série 237

A indicação da série e coleção é identificada pelo título, seguido da sua numeração como figura no documento. 237

2.1.9 Notas 237

2.2 MODELOS DE REFERÊNCIA 238

2.2.1 Monografia no todo (livros, manuais, dissertações, teses) 238

PERRENOUD, Philippe et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 238

238

2.2.2 Parte de Monografia (capítulos de livros, volumes) 239

LOPES, Antônia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica

de educação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 41-52. 239

DESVIAT, M. A nova cronicidade e os programas alternativos. In: _____.A reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. cap. 4, p. 34-37. 239

2.2.3 Fascículo de periódico 239

2.2.4 Artigo científico 239

MARQUES, Benjamim Campolina. Legislação e movimentos pendulares ambientais. Revista Mineira de Engenharia, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 8-11, out. 1989. 240

HITOMI, Alberto Haruyoshi. As formas sociais de consciência: o pensamento de Antônio Gramsci. Transinformação, v. 8, n.1, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.puc.camp.br/~biblio/hitomi81.html>>. Acesso em: 3 jun. 2002. 240

2.2.5 Eventos científicos (congressos, simpósios) 240

SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 2., 2001, Salvador. Anais...Salvador: UMA, 2001. 253p. 241

Trabalhos apresentados 241

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. Contabilidade Ambiental: Custos ambientais: uma visão de sistema de informações. In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 2., 2001, Salvador. Anais... Salvador: UMA, 2001. p. 21-32. 241

SANTOS, Rita Cristina de Souza et al. Uma experiência didático-pedagógica na licenciatura em psicologia. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA, 2., 1999, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: <http://ufba.br/~conpsi/conpsi1999/paineis_tema3.html>. Acesso em: 2 set. 2002. 241

2.2.6 Matéria de jornal 241

BEZERRA, Cássio. Assalto em dose dupla. O Imparcial, São Luis, 9 jul. 2002. Polícia, p. 1. 242

DOAÇÃO de órgãos é debatida em seminário. Folha do Maranhão, São Luis, 24 set. 2002. Cidade, p. 2. 242

CARNEIRO, Sônia. PMDB de SC troca Serra por Lula. JB On line, Rio de

janeiro, 23 set. 2002. Eleições 2002. Disponível em:
<<http://jbonline.terra.com.br/jb/paper/brasil/2002/09/22/jorbra20020922001.html>>. Acesso em: 23 set. 2002 242

2.2.7 Documentos jurídicos 242

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 242

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex-Coletânea de Legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento. 242

2.3 Apresentação gráfica 243

3 CITAÇÃO 244

3.1 Forma de apresentação 245

3.2 Sistema de chamada 247

3.3 Notas de rodapé 249

3.3.2 Notas explicativas 250

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

A elaboração da Monografia no curso de Ciências Econômicas da UFT é parte indispensável na obtenção da colação de grau e constitui-se em uma etapa das mais importantes na vida profissional e acadêmico do futuro economista, posto que estimula a pesquisa, a atualização de conhecimentos e é uma oportunidade singular entre a teoria e a prática.

Desse modo, o TCC consiste em um processo planejado, que deverá atender aos preceitos das metodologias da pesquisa e das metodologias de elaboração do trabalho científico e regulamento instituído pela Coordenação do Curso.

Nessa perspectiva, pretende-se, através deste Manual, apresentar, aos alunos de graduação e pós-graduação (especialização) do curso de Ciências Econômicas da UFT, orientações básicas que norteiam a elaboração do TCC e a sua normalização. Para tanto, tomamos como base as regras pontuadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com ênfase naquelas concernentes a Trabalhos Acadêmicos (NBR 14724/2002); Elaboração de Referências (NBR 6023/2003) e a que trata da Apresentação de Citação de Documentos (NBR 10520/2002).

A necessidade de padronizar os trabalhos dos alunos do curso de Ciências Econômicas nos leva a adotar as normas regidas pela Organização Internacional de Documentação (ISO), representada no Brasil pela ABNT, o que qualifica o trabalho e o torna compreendido por uma linguagem de padrão reconhecido mundialmente.

Na nova reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) o aluno só poderá cursar a disciplina de Técnica de Pesquisa faltando apenas 480 (quatrocentos e oitenta créditos) para concluir o curso, incluindo aqui a disciplina de Técnica. Em relação à disciplina de Monografia (TCC) o aluno poderá cursá-la, juntamente com 03 (três) disciplinas, no máximo.

Esperamos que este manual seja utilizado no decorrer de todo o seu curso de graduação e pós-graduação e contribua para torná-lo um profissional crítico e investigador.

Profª Drª Yolanda Vieira de Abreu

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é definido como um “[...] documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser, obrigatoriamente, emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002b, p. 3).

A Coordenação de Curso de Ciências Econômica da UFT optou pela monografia que é definida por Marcone e Lakatos (1996, p. 205) como:

[...] um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece à rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto, não só em profundidade, mas em todos os ângulos e aspectos [...]

Como todo trabalho científico, a monografia também tem a sua estrutura definida pela NBR 14724/2002 que aponta como elementos necessários ao trabalho acadêmico os elementos: pré-textuais; textuais e pós-textuais (Quadro 1).

Vale ressaltar que alguns destes elementos são obrigatórios e outros são opcionais, conforme indicados posteriormente.

ESTRUTURA DO TRABALHO ACADÊMICO

Pré-textuais	<p>Capa</p> <p>Folha de rosto</p> <p>Errata</p> <p>Folha de Aprovação</p> <p>Dedicatória</p> <p>Agradecimento</p> <p>Epígrafe</p> <p>Resumo em língua vernácula</p> <p>Resumo em língua estrangeira</p> <p>Lista de ilustrações</p> <p>Lista de tabelas</p> <p>Lista de abreviaturas e siglas</p> <p>Lista de símbolos</p> <p>Sumário</p>
Textuais	<p>Introdução</p> <p>Desenvolvimento</p> <p>Considerações Finais</p>
Pós-textuais	<p>Referências</p> <p>Glossário</p> <p>Apêndice</p> <p>Anexo</p> <p>Índice</p>

Quadro 1 – Estrutura do trabalho acadêmico

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002b, p. 3).

1.1 Elementos Pré-textuais

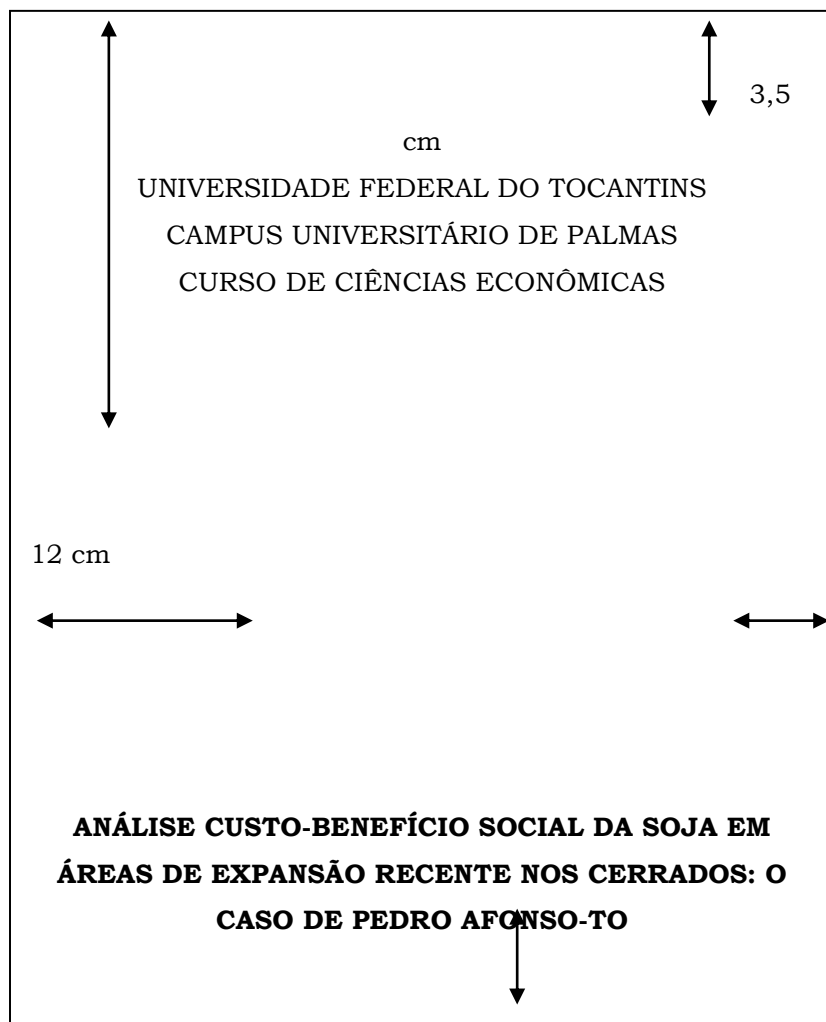
Os elementos pré-textuais são todos aqueles que antecedem o texto. Constituem-se de: capa, folha de rosto, errata, folha de aprovação, dedicatória, agradecimento, epígrafe, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas e sumário.

1.1.1 Capa

A capa é um elemento obrigatório que serve para proteger, externamente, o trabalho. Contém os elementos indispensáveis para a sua identificação tais como: instituição em que o trabalho é apresentado; autoria do trabalho; título e subtítulo (se houver), local onde o trabalho será

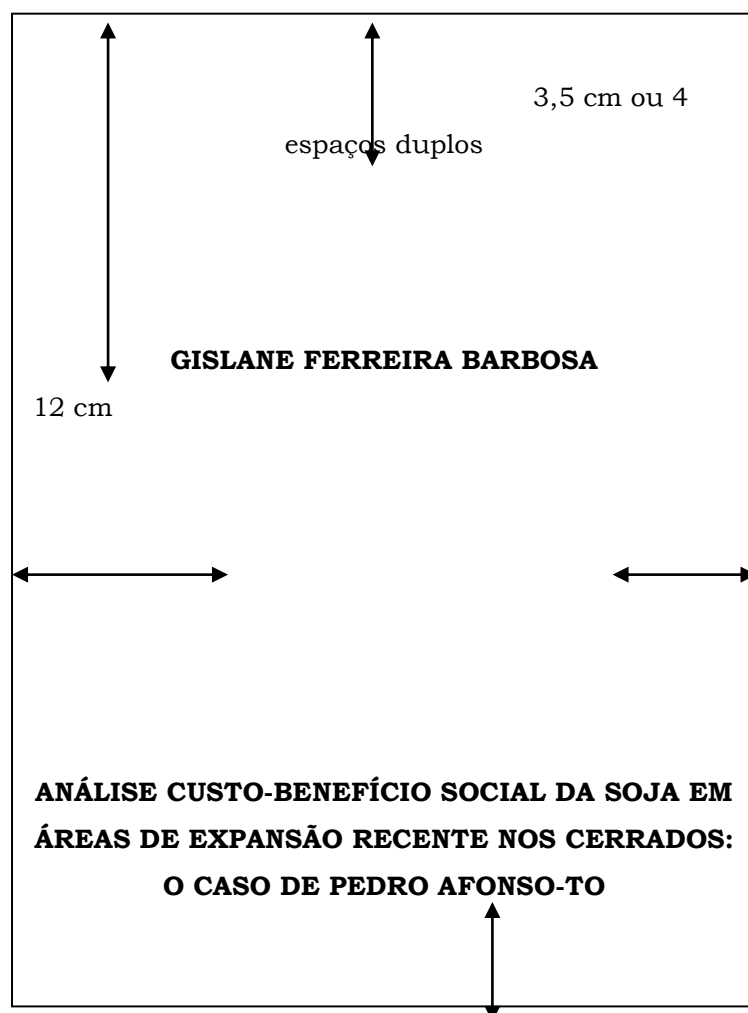
apresentado e ano de entrega do mesmo na Coordenação do Curso para a defesa (Figura 1).

Obs: Utilizar a letra Times New Roman ou Arial, fonte 14.

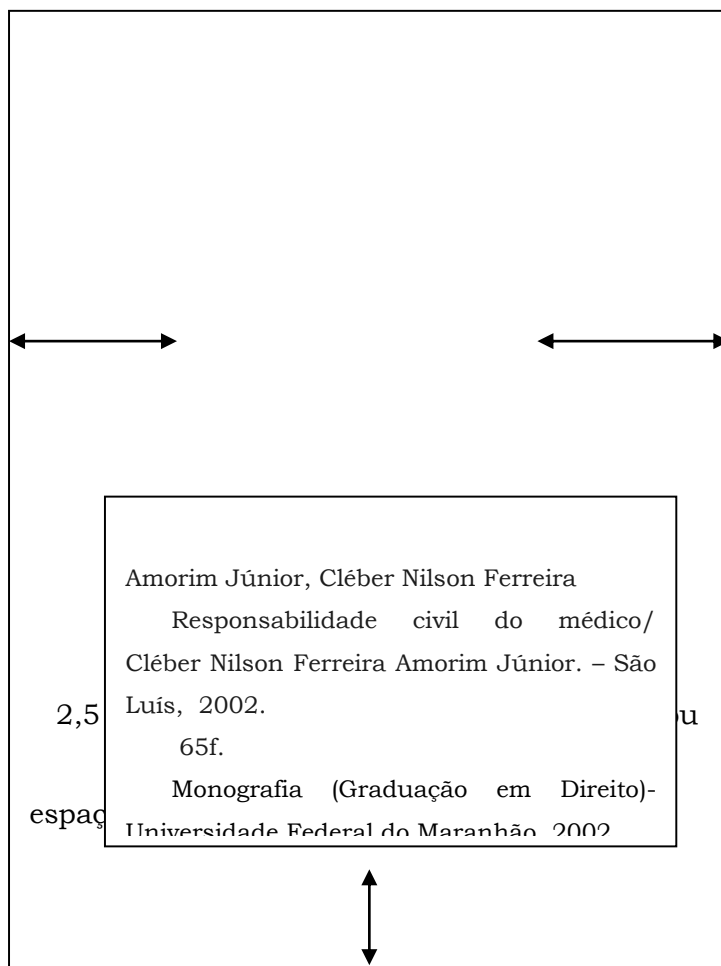


1.1.2 Folha de rosto

Elemento obrigatório que contém, no seu anverso, os mesmos elementos de identificação apresentados na capa, acrescentando-se o objetivo do trabalho e nome do orientador, logo após o título (Figura 2).



No verso da folha de rosto, deve constar a ficha catalográfica (7,5 cm por 12,5 cm) elaborada pela Biblioteca da UFT (Figura 3).



1.1.3 Errata

Elemento opcional, que consiste em uma lista de folhas e linhas, nas quais se apresentam os erros de digitação, gramaticais, de dados, dentre outros, seguidos das devidas correções. É apresentada em folha avulsa (Figura 4).

ERRATA			
Folh	Linha	Onde se lê	Leia-se
a			
20	7	informaçao	informação
34	20	conteudistas	conteudist
			a
51	11	globalhizaçã	globalizaçã
		o	o
66	15	eletrônic	eletrônico

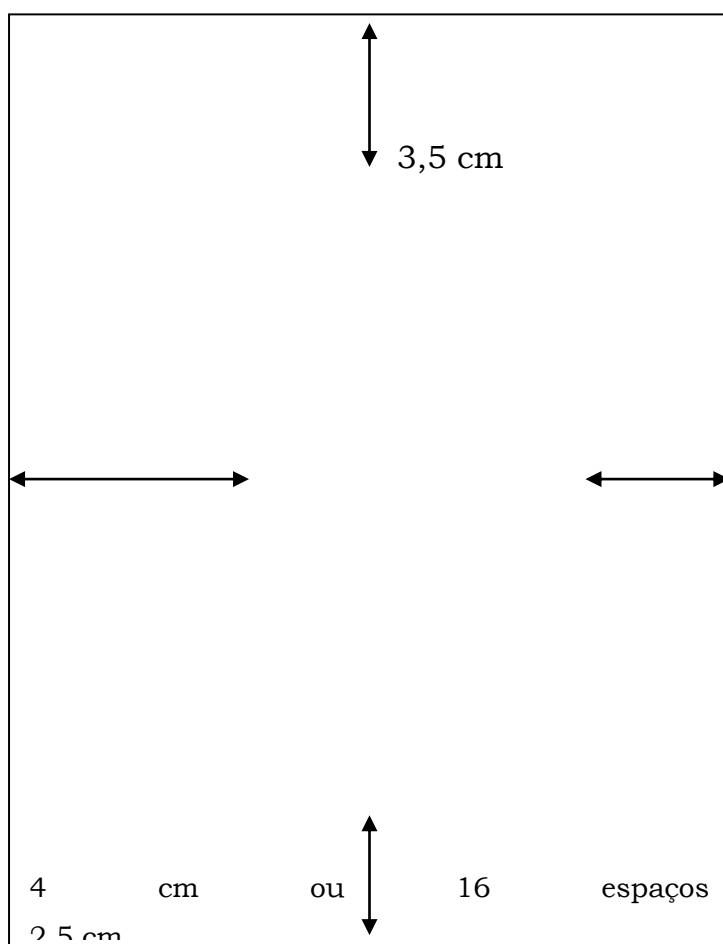
1.1.4 Folha de aprovação

Elemento obrigatório que objetiva apresentar os dados relativos ao trabalho como o nome do(s) autor (es), título do mesmo e subtítulo, se houver, a finalidade, a data de aprovação e o nome dos avaliadores, isto é, orientador e os demais membros da Banca Examinadora da Monografia, com suas respectivas titulações (Figura 5).

<p>GISLANE FERREIRA BARBOSA</p> <p>ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO SOCIAL DA SOJA EM ÁREAS DE EXPANSÃO RECENTE NOS CERRADOS: O CASO DE PEDRO AFONSO-TO</p> <p>Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do grau de bacharel.</p> <p>Aprovada em ____/____/____</p>

1.1.5 Dedicatória

Elemento opcional em que o autor dedica, de forma especial, o seu trabalho ou presta homenagem a alguém (Figura 6).



1.1.6 Agradecimentos

Folha opcional, contendo manifestação de reconhecimento às pessoas e/ou instituições que contribuíram para a elaboração do trabalho, devendo ser expresso de forma simples (Figura 7).

3,5 cm

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força que me deu durante a realização desse trabalho.

Ao prof. XXXXXXXXX, pela orientação desse trabalho.

← A os meus pais, que investiram em minha educação →

Aos amigos e professores da UFT, que proporcionaram momentos enriquecedores, durante a graduação.

↑

Diagrama de uma folha de agradecimentos. No topo, uma seta vertical indica uma dimensão de 3,5 cm. O título "AGRADECIMENTOS" está centralizado. O texto de agradecimento é composto por quatro parágrafos: "A Deus, pela força que me deu durante a realização desse trabalho.", "Ao prof. XXXXXXXXX, pela orientação desse trabalho.", "← A os meus pais, que investiram em minha educação →" (com setas horizontais apontando para a esquerda e a direita), e "Aos amigos e professores da UFT, que proporcionaram momentos enriquecedores, durante a graduação." (com uma seta vertical apontando para cima no final).

1.1.7 Epígrafe

Folha opcional, na qual o autor apresenta uma citação, seguida de sua autoria, relacionada ao tema abordado, podendo, também, figurar nas folhas de abertura das seções principais (Figura 8).

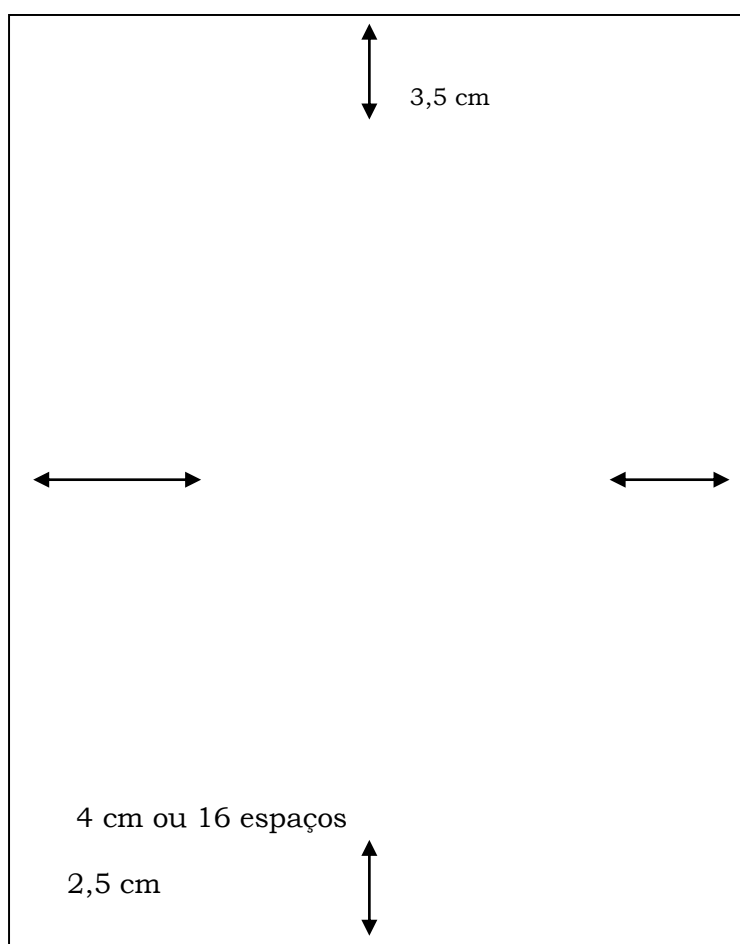


FIGURA 8. Folha de epígrafe.

1.1.8 Resumo em língua vernácula

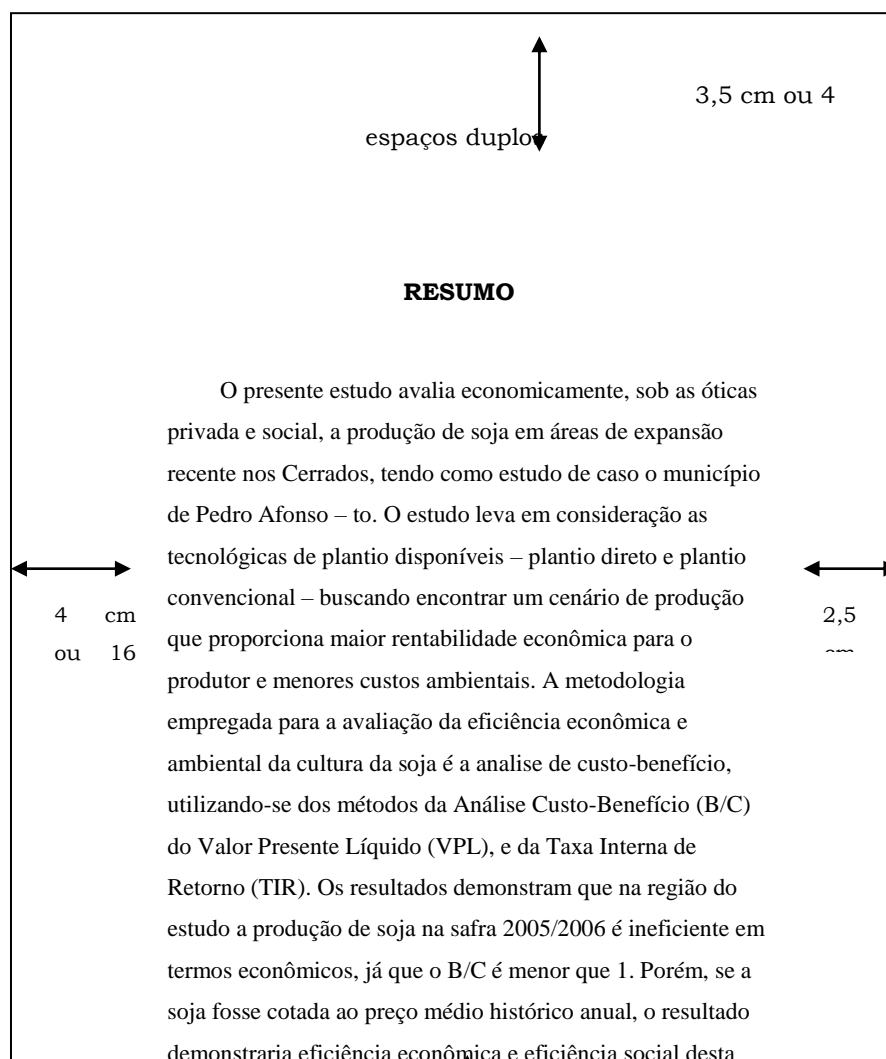
Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002b, p. 4) o resumo é um:

Elemento obrigatório, constituído de uma seqüência de frases concisas e objetivas e não uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 500 palavras, seguida, logo abaixo, das palavras representativas do trabalho, isto é, palavras-chave [...]

O resumo em língua vernácula deve ser apresentado em folha individual e antecede o resumo em língua estrangeira.

Deve ser redigido em parágrafo único, utilizando-se espaço simples, com frases claras e concisas, seguido das palavras mais representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave).

Deve-se evitar, no resumo, expressões negativas, símbolos, fórmulas, equações que não sejam absolutamente necessárias à sua compreensão, bem como comentários, críticas e palavras e/ou expressões supérfluas.



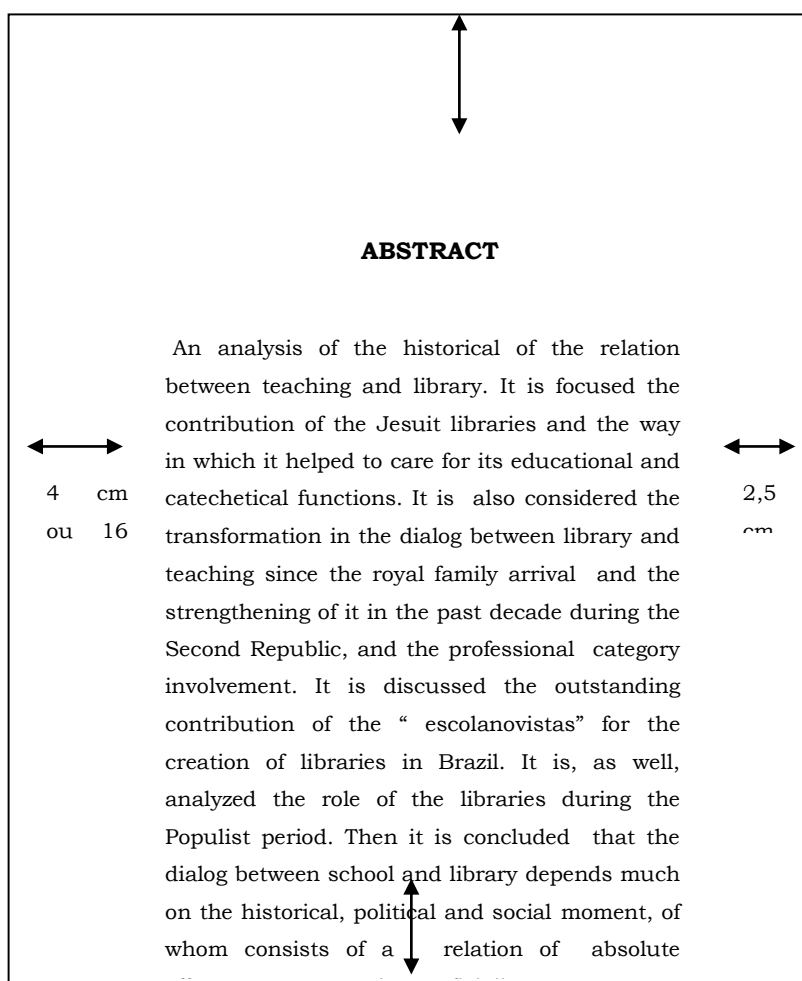
1.1.9 Resumo em língua estrangeira

Assim como o resumo em língua vernácula, o resumo em língua estrangeira é um elemento obrigatório e deve apresentar as mesmas características daquele.

O resumo em língua estrangeira tem as seguintes denominações:



✓ Abstract – Inglês

No caso de Monografia escrita em uma língua estrangeira, conforme a denominação bilíngüe, a língua vernácula será considerada o espanhol ou inglês e a língua estrangeira, o português.



1.1.10 Lista de Ilustrações

Elemento opcional elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, acompanhado de sua respectiva página. Recomenda-se a elaboração de listas próprias para cada tipo de ilustração (quadros, plantas, fotografias, gráficos, organogramas, fluxogramas, esquemas, desenhos e outros) (Figura 11 a 13).

	
3,5 ou 4 espaços duplos	
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
Figura 1	- Mapa da cidade de Brasília.....23
Figura 2	- Modelo de guia turístico.....25
Fotografia 1	- Esplanada dos Ministérios34
Quadro 1	- Pontos turísticos de Brasília.....68
	

1.1.11 Lista de tabelas

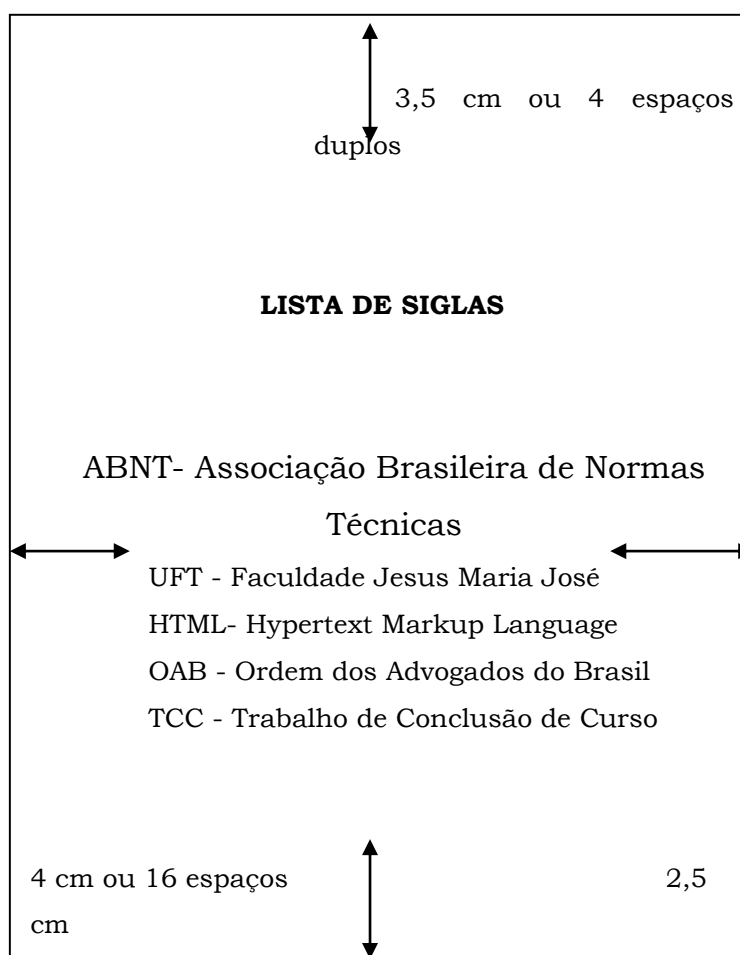
Elemento opcional que relaciona as tabelas utilizadas no texto com as suas respectivas páginas (Figura 14).

Tabela1		- Produção de
Trigo(t).....	23	
Tabela2		- População Eco.
Ativa.....	25	
Tabela 3		- População
Rural.....	26	

Figura 14 – Modelo de lista de tabelas

1.1.12 Lista de abreviaturas e siglas

Elemento opcional que consiste em listar, em ordem alfabética, as abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas do seu significado, por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo (Figura 15).



—

1.1.13 Lista de Símbolos

Elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a seqüência apresentada no texto (Figura 16).

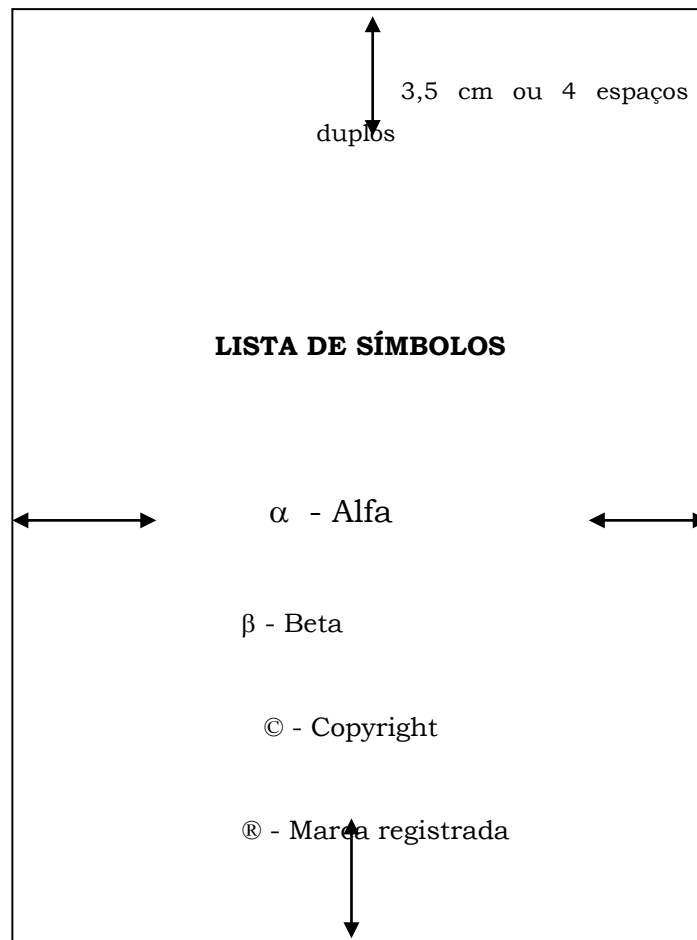


Figura 16 – Modelo de lista de símbolos

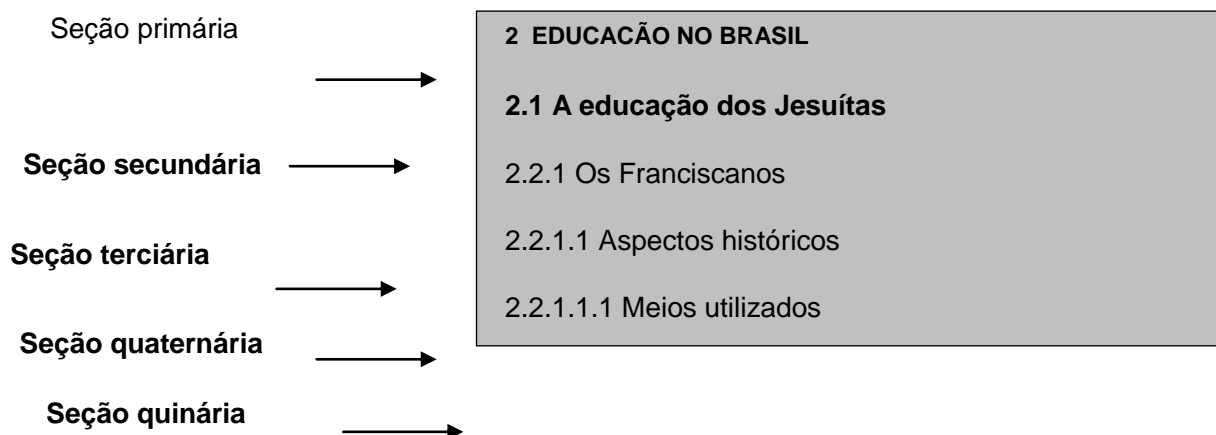
1.1.14 Sumário

Elemento obrigatório que apresenta a enumeração das principais seções de um trabalho, acompanhadas de suas respectivas páginas. É apresentado em folha própria (Figuras 17 e 18).

Não confundir sumário com índice. Índice é a relação detalhada dos assuntos, nomes das pessoas, nomes geográficos, etc, organizados, sempre em ordem alfabética e com indicação da página na qual o assunto é tratado.

Ao elaborar o sumário, observar as seguintes questões:

- a) O título das partes do trabalho deve ser igual ao apresentado no sumário e vice-versa, assim como a numeração e o tipo de letra;
- b) A numeração das páginas dos itens do trabalho, obrigatoriamente, deve seguir a do sumário;
- c) A numeração das partes do trabalho deve ser progressiva para as seções do texto, podendo ser primária, secundária, terciária, quaternária e quinária. Conforme exemplificado a seguir:



evidenciar, segundo Medeiros (2004):

- ✓ apresentação do objeto da monografia;;
- ✓ formulação do tema;
- ✓ delimitação do tema (no tempo e no espaço;
- ✓ Justificativa;
- ✓ metodologia;
- ✓ Referência teórica;
- ✓ Problematização (em forma de pergunta);
- ✓ Objetivos: geral e específicos.

INTRODUÇÃO

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Figura 40 – Modelo de folha de introdução

1.2.2 Corpo ou Desenvolvimento

O desenvolvimento é a parte principal do texto, na qual o autor expõe, de maneira pormenorizada, o assunto, nos seus aspectos técnicos. É, também, onde descreve e ressalta os resultados da pesquisa realizada.

É a parte do trabalho que relaciona a literatura correlata ao tema abordado, tendo como objetivo confirmar a utilidade da pesquisa, ou seja, situar o estado de conhecimento existente na literatura, para difundir e reforçar trabalhos já realizados e que necessitam de reflexão e afirmação. Sua principal finalidade é enfatizar a necessidade do estudo e auxiliar na interpretação dos resultados.

Deve incluir citações diretas e específicas do trabalho.

Os resultados de uma pesquisa devem ser apresentados de forma objetiva, exata, clara e lógica, podendo-se utilizar tabelas, figuras, fotografias, etc.

O trabalho pode ser dividido em seções e subseções, conforme a sua natureza. No caso de ser experimental e/ou de campo, a divisão deve seguir a seguinte estrutura:

✓ Referencial teórico

O objetivo do referencial teórico – denominado também de Revisão da Literatura, Marco Teórico, Estado da Arte – é sustentar, teoricamente, o estudo. Consiste em uma análise e exposição das teorias, investigadores e antecedentes, que se consideram válidos para o correto esclarecimento do objeto de estudo;

✓ Metodologia

Consiste na descrição detalhada dos caminhos utilizados para alcançar os objetivos. Deve apresentar a população e amostra a ser analisada e os instrumentos de coleta de dados, bem como as técnicas de análise dos dados;

✓ Resultados e discussões

Apresentação objetiva dos resultados da pesquisa, podendo utilizar recursos para complementação do texto como tabelas, figuras e fotografias (CURTY; CRUZ, 2000).

1.2.3 Considerações finais

É a síntese do trabalho. Sua finalidade é apresentar, de forma sintética, os principais resultados da pesquisa realizada.

As considerações finais devem ser clara, objetiva, oferecer uma visão analítica de todo o trabalho e pode conter registro, recomendações, indicações e abertura para outras pesquisas.

Segundo Ruiz (1996, p. 76-77), a conclusão deve:

[...] reafirmar sistematicamente a idéia principal e os pormenores mais importantes já colocados em plena luz no corpo do texto; retomar o argumento decisivo em seus delineamentos fundamentais, sem maiores análises ou comentários; ressaltar o alcance e as conseqüências dos esclarecimentos prestados pela pesquisa e o possível mérito dos seus 'achados', com indicações e aberturas para novas pesquisas.

1.3 Elementos Pós-textuais

São os elementos que têm uma relação direta com o texto, mas, para não alongá-lo, são apresentados após os elementos textuais.

Fazem parte dos elementos pós-textuais as referências, o glossário, os apêndices, os

anexos e o índice.

1.3.1 Referências

Elemento obrigatório, que consiste em um conjunto padronizado de itens descritivos, retirados de um documento e que permite sua identificação individual. O recurso tipográfico – negrito, itálico ou grifo – utilizado para destacar o título deve ser uniforme em todas as referências de um documento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002c).

<p style="text-align: center;">REFERÊNCIAS</p> <p>ALVES JÚNIOR, Carlos Alberto. Saberes docentes e as práticas investigativas. São Paulo: Cortez, [198-?].</p> <p>LOPES, Antônia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 41-52.</p> <p>OLIVEIRA, Silvio Luis de. Tratado de</p>

Figura 20 - Modelo de lista de referência, quando

1.3.2 Glossário

Elemento opcional, que consiste em uma lista de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto. Devem estar em ordem alfabética e acompanhada das respectivas definições. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002b).

GLOSSÁRIO	
cARTOGRAFIA	Cartografia
Cartograccgccggggggg	
Cartografia – arte e técnica de representar a superfície terrestre num plano ou mapa.	
Cronologia – ciência auxiliar da História que tem por objeto o cômputo do tempo a fim de estabelecer a data da relação de documentos.	
Iconografia – descrição das imagens, retratos, quadros, estatutos ou manuscritos, especialmente os antigos.	
Sigilografia – ciência auxiliar que estuda os selos antigos, especialmente os utilizados em documentos.	

1.3.3 Apêndice

Elemento opcional, **elaborado pelo autor**, com fins de complementação e comprovação do que foi relatado no texto. É identificado por letras maiúsculas consecutivas, com seus respectivos títulos.

Quando, no trabalho, houver mais de 1 (um) apêndice deve ser antecedido de uma folha de abertura, escrita, no centro, a palavra APÊNDICES

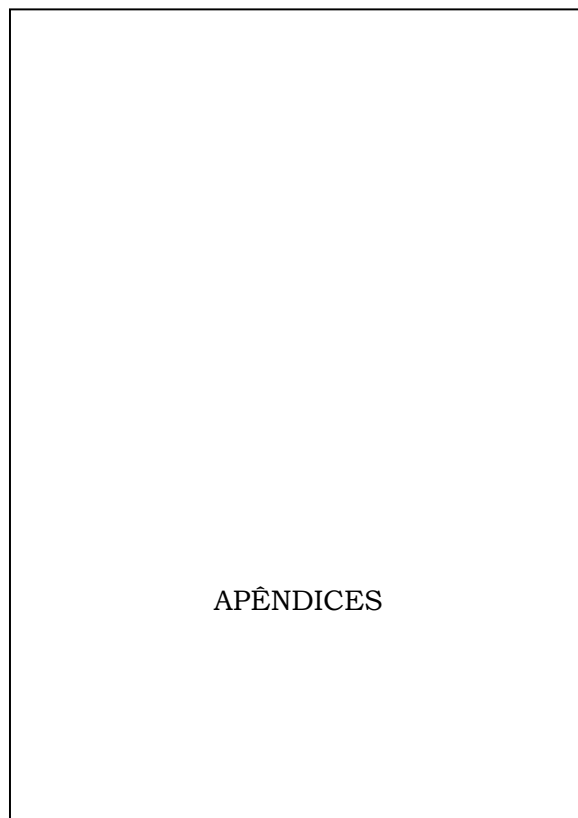


Figura 22 – Modelo de folha de abertura dos

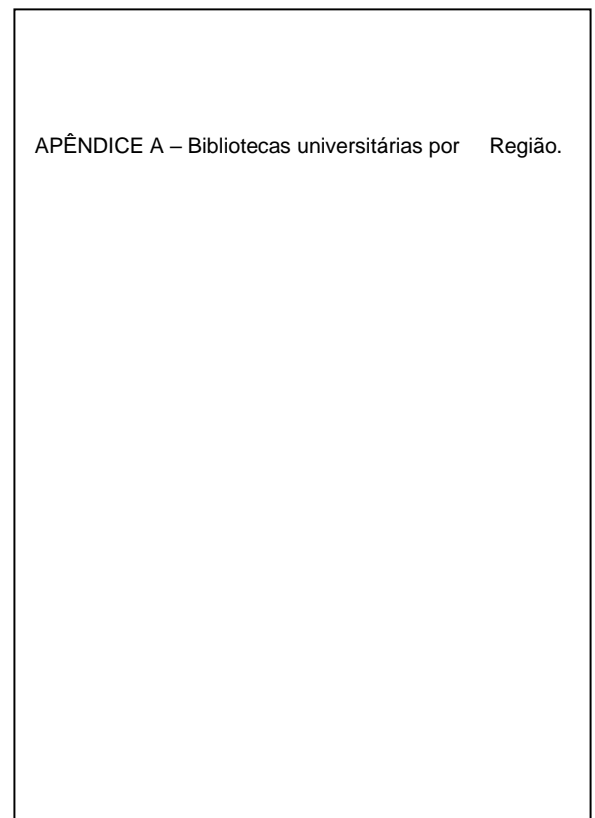


Figura 23 – Modelo de apêndice

1.3.4 Anexos

Anexos são todos os documentos, **não elaborados pelo autor**, que servem para complementação, comprovação e ilustração do que foi relatado no texto. São identificados

por letras maiúsculas consecutivas, com seus respectivos títulos. Quando, no trabalho, houver mais de 1 (um) anexo, deve ser antecedido de uma folha abertura, na qual se escreve, de forma centralizada, a palavra ANEXOS. Os anexos são elementos opcionais no trabalho.

<p>ANEXOS</p>	<p>ANEXO A – Plano de Monografia</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1.3.5 Índice

Elemento opcional, que consiste em uma lista de palavras ou frases, geralmente organizadas em ordem alfabética de assunto, que remetem às informações contidas no texto.

ÍNDICE

CAPA, 11
EPÍGRAFE, 15
FICHA CATALOGRÁFICA, 12
FOLHA DE ROSTO, 13
MÉTODO, 8
REFERENCIAL TEÓRICO 28, 31, 33
RESUMO, 21-24
TÉCNICA, 8

1.4 Regras de apresentação gráfica

- **Papel**

O texto da monografia deverá ser apresentado em papel A4, digitado na cor preta (exceção para as ilustrações) e impresso em um só lado (exceção para a ficha catalográfica);

- Fonte

Utilizar a fonte times new roman ou arial, tamanho 12 para o texto, 10 para as citações longas (mais de três linhas), notas de rodapé e para as legendas das ilustrações.

- Parágrafo

Recuo de 2 cm à margem esquerda;

Nas citações longas (mais de três linhas), usar recuo de 4 cm à margem esquerda.

- Espacejamento

Todo o texto deve ser digitado em espaço de 1,5 cm.. As citações longas (mais de três linhas), as notas de rodapé, as referências, as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, devem ser digitados em espaço simples.

- Margens

Esquerda e superior – 3cm

Direita e inferior – 2cm

- Indicativos de seção

O indicativo de seção é separado do seu título por um espaço de caractere.

- Títulos sem indicativo numérico

Todos os títulos sem indicativo numérico (errata, agradecimento, lista de ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos; resumos; sumário, referências, glossário, apêndices, anexos e índices) devem ser centralizados.

- Siglas

Quando aparecem pela primeira vez no texto, deve-se colocar o nome completo seguido da sigla.

Exemplo:

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

- Paginação

Todas as folhas do trabalho são contadas de forma seqüencial, a partir da folha de rosto, mas a numeração é iniciada na primeira folha da parte textual

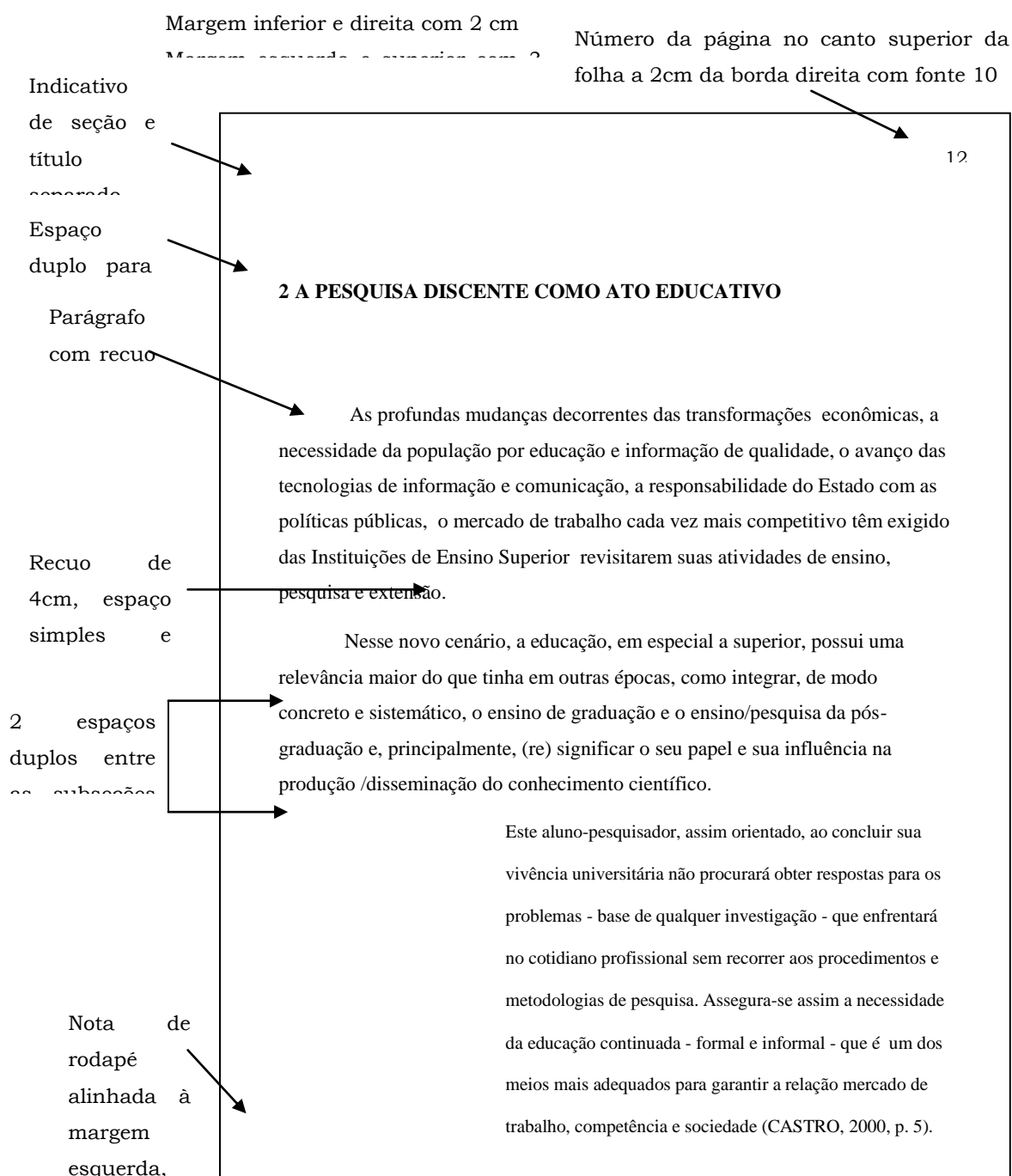
(Introdução). A indicação da página é feita em algarismos arábicos, no canto superior da folha, a 2 cm da borda direita da folha. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002b);

- Ilustrações

As ilustrações (gráfico, plantas, quadros, fluxogramas e outros) contidas no trabalho são identificadas na parte inferior, com seu respectivo título e número de ordem;

- Tabelas

As tabelas são identificadas na parte superior, com seu respectivo título e número de ordem.



REFERÊNCIAS

2.1.1 REFERÊNCIAS

A descrição das referências deve seguir as regras estabelecidas pela NBR 6023 de agosto de 2002 da ABNT.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002c, p. 2), referência é definida como um “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”.

Ao referenciar um documento é importante observar que:

- *as referências poderão ser localizadas no rodapé, em listas de referência ou antecedendo o resumo, resenha e resenhas;*
- *todos os elementos da referência deverão ser retirados do próprio documento; os dados obtidos de outras fontes devem ser identificados entre colchetes;*
- as referências são formadas de elementos essenciais que são imprescindíveis para identificação do documento (autor, título, local, editora e ano) e complementares que servem para detalhar a identificação do documento, sendo portanto, facultativos (página, série, ISBN, ISSN).

2.1 Elementos da referência

2.1.1 Autoria

A autoria de um documento é o elemento de entrada da referência, é o responsável por seu conteúdo podendo ser:

- a) Autor pessoal – é indicado pelo último sobrenome, em caixa alta, seguido dos prenomes, abreviados ou não. A partir de três autores, deve-se utilizar a expressão et al (e outros).

Exemplos

Com um autor:

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Até três autores

FERREIRA, Antônio; FREIRE, J. Augusto; PRADO, Emílio. **Métodos de pesquisa nas ciências sociais**. São Paulo: Pioneira, 1999.

Mais de três autores

MARTINS SOBRINHO, Fabio et al. **Os jogos na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2003.

b) Indicação de responsabilidade (organizador, coordenador, compilador)

Exemplo:

PAZ, Ronilson José da (Org.). **Perspectivas do ensino de pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1998.

c) Autor entidade

Exemplos

FACULDADE ATENAS MARANHENSE. **Guia de estudante**. São Luís, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Diretrizes para criação de brinquedotecas**. São Luis, 2003

d) Autoria desconhecida – a entrada é feita pelo título, sendo a primeira palavra em letras maiúsculas.

A PESQUISA científica. São Paulo: Acadêmico, 1999.

2.1.2 Título e subtítulo (se houver)

O título e subtítulo devem ser apresentados da mesma forma em que figuram no documento. Se for muito extenso, poderá ser abreviado, usando-se reticências, sem comprometer o seu sentido.

Exemplo:

VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno manual de divulgação científica: dicas para cientistas...** Rio de Janeiro: IAPERJ, 1999.

2.1.3 Edição

A edição deve ser apresentada de forma abreviada e na língua do documento.

Exemplos:

LEVENHAGEM, Antônio José de Souza. **Código Civil: comentários didáticos.** 5. ed.

ROSS, Stephen A. et al. **Solutions manual for use with corporate finance.** 5th. ed.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho.** 11. ed. rev. atual. e amp.

2.1.4 Local

O local ou cidade deverá ser transcrito tal como figura no documento. Em caso de

homônimos de cidades, colocar o nome do estado. Proceder da mesma forma para a capital do país.

Exemplo:

Viçosa, MG
Viçosa, RJ
Brasília, DF

Quando o documento apresentar mais de um local, deve figurar o primeiro ou aquele de maior destaque.

Exemplo:

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à Administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil

* Na obra: São Paulo, Rio de Janeiro, México e Nova York

Caso o nome do local não apareça no documento, mas há condições de identificá-lo, deverá ser apresentado entre colchetes.

Exemplo:

FARIAS, Antônio. **A arte sem idade**. [São Paulo]: Acadêmico, 2000.

Na impossibilidade de identificação do local, pode-se utilizar a expressão sine loco, de forma abreviada e entre colchetes [S.l.].

Exemplo:

DANTAS, Celso Mello. **O progresso científico e tecnológico no Brasil**. [S.l.]: Acadêmico, 1999.

2.1.5 Editora

A editora deve ser mencionada, excluindo-se a natureza comercial e abreviando-a, caso seja

necessário.

Exemplo:

LIMA, M. **Tem encontro com Deus:** teologia para leigos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

*Na publicação: Livraria José Olympio Editora

*Quando houver duas editoras, indicam-se ambas e seus locais correspondentes.
No caso de três editoras, deve-se colocar a primeira ou a de maior destaque.*

Exemplo:

MELO, Claudia Maria. **Os jogos na educação infantil.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Summus

Caso não seja possível identificá-la no documento, colocar a expressão sine nomine [s.n.].

Exemplo:

SEGUINS, José Ribamar. **Mulheres no comando.** São Luis: [s.n], 2002.

No caso de ser a mesma instituição responsável pela autoria, não há necessidade de mencioná-la.

Exemplo:

FACULDADE ATENAS MARANHENSE. **Guia do estudante.** São Luis, 2003.

Quando local e editora não forem identificados, no documento, deve-se utilizar as expressões [S.l.: s.n.].

Exemplo:

FALCÃO, Antunes Andrade. **Internet:** sua utilização para pesquisa na área médica no Brasil. [S.l.: s.n], 2000.

2.1.6 Ano de publicação

O ano de publicação deve ser indicado em algarismos arábicos.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSNAJDER, Fernando. **Método nas ciências** naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

Caso não seja possível identificá-lo, no documento, colocar data aproximada:

[1988 ou 1989] um ano ou outro

[2002?] data provável

[2001] data certa, não indicada na fonte

[197-] década certa

[197-?] década provável

[ca. 1980] data aproximada

[19--] século certo

[19-?] século provável

Exemplo:

ALVES JUNIOR, Carlos Alberto. **Saberes docentes e as práticas investigativas.** São Paulo: Cortez, [198-?].

2.1.7 Descrição física

A indicação da página é feita pelo último número impresso e de acordo com a forma apresentada no documento.

Exemplos:

RAYOL, Ubirajara. **Gramática objetiva da língua portuguesa.** 2. ed. São Luís:

Lithograf, 2002. 253p.

MONTALVÃO, A. Siqueira. **Erro médico:** teoria, legislação e jurisprudência. Campinas: Julex, 1998. 2v.

A descrição de materiais especiais, como CD-ROM, fita de vídeo, mapas, disquetes, transparências, fotografias e outros, é indicada pela unidade física do material.

Exemplos:

JURIS Síntese Millennium. Porto Alegre: Síntese, n. 34, jan./fev. 2002. 1 CD-ROM.

AMORIM, Bélgica Fontinele Lopes. **Referências.** São Luis, 2003. 9 transparências, color., 25 cm x 20 cm.

Quando o documento não for paginado, a referência deve ser feita acrescentando a expressão “não paginado”.

2.1.8 Série

A indicação da série e coleção é identificada pelo título, seguido da sua numeração como figura no documento.

CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador.** São Paulo: Ática, 1994. 95p. (Princípios, 243).

2.1.9 Notas

As notas são informações complementares que podem ser indicadas no final das referências.

LAURENTI, R. **Mortalidade pré-natal**. São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, 1978. Mimeografado.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociedade do fracasso. Tradução Cláudia Shilling. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2001. 230p. Tradução de: *La pédagogie à l'école des différences*.

2.2 MODELOS DE REFERÊNCIA

2.2.1 Monografia no todo (livros, manuais, dissertações, teses)

Exemplo:

*PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.*

AMORIM JUNIOR, Cleber N. Ferreira. **A responsabilidade civil do médico**. 2002. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.

CASTRO, César Augusto. **Um olhar distanciado para os velhos objetos**: a constituição do campo educacional da Biblioteconomia no Brasil. 1998.450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo 1998.

BOTTENTUIT, Aldinar Martins. **Análise dos sítios dos Tribunais de Justiça**: estudo de caso do TJ do Maranhão. 2000. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Diretrizes para criação de brinquedotecas.** São Luis, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação infantil.** Brasília, DF, 2002.

2.2.2 Parte de Monografia (capítulos de livros, volumes)

Devem ser colocados todos os itens: autor(es), título da parte, seguido da expressão

in.

Exemplos:

*LOPES, Antônia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a didática.** Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 41-52.*

*DESVIAT, M. A nova cronicidade e os programas alternativos. In: _____. **A reforma psiquiátrica.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. cap. 4, p. 34-37.*

2.2.3 Fascículo de periódico

Exemplo:

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Brasília, DF: IBICT, v. 23, n. 2, set./dez.2002. Edição Especial.

2.2.4 Artigo científico

Exemplos:

MARQUES, Benjamim Campolina. *Legislação e movimentos pendulares ambientais*. **Revista Mineira de Engenharia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 8-11, out. 1989.

MONTEIRO, Vanda Lúcia da Cunha et al. Utilização experimental do biopolímero de cana-de-açúcar no tratamento de feridas limpas e contaminadas por *Staphylococcus aureus* em camundongos *Mus domesticus*. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 9, n. 14, p. 51-64, jul./dez., 2001.

MUELLER, Suzana. Comunicação científica: novas perspectivas teóricas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29,n.2,1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.html>>. Acesso em: 7 nov. 2001.

HITOMI, Alberto Haruyoshi. *As formas sociais de consciência: o pensamento de Antônio Gramsci*. **Transinformação**, v. 8, n.1, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.puc.camp.br/~biblio/hitomi81.html>>. Acesso em: 3 jun. 2002.

2.2.5 Eventos científicos (congressos, simpósios)

No todo

SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 2., 2001, Salvador.
Anais... Salvador: UMA, 2001. 253p.

Trabalhos apresentados

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. Contabilidade Ambiental: Custos ambientais: uma visão de sistema de informações. In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 2., 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: UMA, 2001. p. 21-32.

SANTOS, Rita Cristina de Souza et al. Uma experiência didático-pedagógica na licenciatura em psicologia. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA, 2., 1999, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: <http://ufba.br/~conpsi/conpsi1999/paineis_tema3.html>. Acesso em: 2 set. 2002.

2.2.6 Matéria de jornal

Exemplos:

BEZERRA, Cássio. Assalto em dose dupla. **O Imparcial**, São Luis, 9 jul. 2002. Polícia, p. 1.

DOAÇÃO de órgãos é debatida em seminário. **Folha do Maranhão**, São Luis, 24 set. 2002. Cidade, p. 2.

CARNEIRO, Sônia. PMDB de SC troca Serra por Lula. **JB On line**, Rio de Janeiro, 23 set. 2002. Eleições 2002. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/paper/brasil/2002/09/22/jorbr>>

[a20020922001.html](#)>. Acesso em: 23 set. 2002

2.2.7 Documentos jurídicos

Exemplos:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex-Coletânea de Legislação: edição federal**, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MARANHÃO. Tribunal Regional do Trabalho. Região 6. Acórdão nº 2324. Agravante: André da Silva Freire. Agravado: Atalaia Serviços Gráficos Ltda. Relator: Juíza Maria do Socorro Gomes de Almeida. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região**, São Luís, v. 14, n. 4, p. 143-156, jan./jun.2001

BRASIL. Medida provisória nº 2.056, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nov. 2001. Seção 1-E, p. 67.

2.3 Apresentação gráfica

A apresentação gráfica das referências varia de acordo com a sua localização no trabalho.

Para as referências localizadas em:

a) Listas (no final do trabalho)

- ✓ Fonte times new roman ou arial tamanho 12;
- ✓ Espaço simples entrelinhas;
- ✓ Espaço duplo entre as referências;
- ✓ Alinhamento à margem esquerda;
- ✓ Destaque para os títulos (livros ou periódicos) em negrito, itálico ou grifado;
- ✓ Ordenadas alfabeticamente, quando utilizado o sistema autor, data ou numérico com notas de rodapé (Figura 1);
- ✓ Ordenadas em seqüência numérica, se utilizar o sistema numérico sem notas de rodapé (Figura 2);
- ✓ Apresentar a lista antecedida pela expressão REFERÊNCIAS e em folha distinta.

b) Notas de rodapé

- ✓ Fonte times new roman ou arial tamanho 10;
- ✓ Espaço simples entrelinhas;
- ✓ Alinhadas à margem esquerda do texto;
- ✓ Ordenadas em seqüência numérica única ao longo de todo o trabalho;
- ✓ Somente apresentadas em rodapé, quando utilizado o sistema numérico.

3 CITAÇÃO

A Citação pode ser definida como a inserção “[...] no texto de informação, extraída de outra fonte, para esclarecer, ilustrar ou sustentar o assunto apresentado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2000a, p. 1).

As citações de um trabalho monográfico devem seguir as orientações da NBR

10520/2002 da ABNT e são assim apresentadas:

- a) Citação direta – quando o autor transcreve, literalmente, um texto ou parte dele, preservando sua grafia e pontuação.

Exemplo:

“A ciência é muito boa dentro dos seus precisos limites. Quando transformadora na única linguagem para se conhecer o mundo, entretanto, ela pode produzir dogmatismo, cegueira [...]” (ALVES, 2001, p. 115).

- b) Citação indireta – texto redigido pelo autor da monografia, mas baseado na idéia do outro.

Esse modo de concepção incorpora uma proposta construtivista da realidade educativo-profissional, um conceito de reflexão na ação, definindo-o como o processo mediante o qual os futuros profissionais aprendem e introduzem mudanças a partir da análise, reflexão e teorização de sua própria atividade (NÓVOA, 1997; SHON, 2000).

- c) Citação de citação – menção de um texto em que não se teve acesso ao original. Recomenda-se utilizar citação de citação, na inviabilidade do original.

Exemplo:

Segundo Jordán (1996 apud CANDAU, 2002, p. 106):

[...] a educação intercultural surge não somente por razões pedagógicas, mas principalmente por motivos sociais, políticos, ideológicos e culturais.

Jordán – é o autor da citação

Candau – é o autor que citou Jordán

3.1 Forma de apresentação

A apresentação das citações, no texto, varia de acordo com o seu tipo, devendo seguir as instruções seguintes:

- a) Citações diretas (até três linhas) – são apresentadas entre aspas duplas, dentro do texto;

Exemplo:

Severino (2000, p. 149) afirma que: “A ciência, enquanto conteúdo de conhecimento, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, da teoria com a realidade.”

- b) Citações diretas (mais de três linhas) – são destacadas com recuo de 4 cm, espaço simples nas entrelinhas e fonte tamanho 10.

Exemplo:

Para Oliveira (2000, p. 163):

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser pesquisado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objetivo da

- b) As supressões, nas citações, podem ser feitas no início, meio ou final devendo, portanto, ser indicadas com reticências, entre colchetes, sem modificar o sentido do texto.

Silva (1999, p. 179) afirma que: “[...] se reconhece no processo de produção rural [...] a utilização de formas primitivas de uso da energia [fotossíntese].”

- d) É permitido tecer comentários na citação direta, caso seja necessário. Para tanto, deve-se fazê-los entre colchetes.

Desse modo, a pesquisa deve contribuir para:

[...] superar a ignorância, elaborar a consciência crítica, ‘ler’ a realidade, chegar a perceber onde estamos metidos, o que estão fazendo conosco, que tipos de

e) Em se tratando de citação que foi traduzida pelo autor, indicar a expressão “tradução nossa”.

Exemplo:

“Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e resolver problemas, cujo caminho é o da pesquisa científica [...]” (DELORS, 2000, p. 94, tradução nossa).

f) O autor poderá dar ênfase a qualquer trecho da citação, valendo-se da expressão “grifo nosso” ou “grifo do autor” se, no original consultado, já estiver destacado.

Exemplo:

Desse modo, a pesquisa deve contribuir para:

[...] superar a ignorância, elaborar a consciência crítica, ‘ler’ a realidade, chegar a perceber onde estamos metidos, o que estão fazendo conosco, que tipos de limitações nos estão sendo impostas. Esta é a grande abertura que a educação pode oferecer: **saber questionar** [...] (DEMO, 2000, p. 151, grifo nosso).

g) As informações obtidas em canais informais (palestra, conferências, seminários) devem ser indicadas no final da citação e entre parênteses “informação verbal”, remetendo para nota de rodapé.

Exemplo:

No texto

A construção do problema de pesquisa constitui-se como primeiro passo para o desenvolvimento do trabalho (informação verbal)¹

No rodapé

¹Informação fornecida pelo Prof. Dr. César Augusto Castro no treinamento para os
h) Citações, cujas expressões aparecem com aspas duplas, devem ser apresentadas com aspas simples.

Para Severino (2001, p. 157):

[...] um trabalho seja ele didático ou científico, é necessário se inserir antes num ‘universo familiar de problemas’ para que se possa então determinar um tema, definir um problema específico. (SEVERINO, 2001, p. 157).

É importante ressaltar o cuidado que o autor deverá ter, ao citar textos eletrônicos, sem que estes tenham a autoria expressamente definida, uma vez que existem conteúdos encontrados na Internet sem qualquer credibilidade.

Em relação ao uso do ponto final, nas citações, é importante destacar que devem seguir as regras gramaticais vigentes.

3.2 Sistema de chamada

O sistema de chamada é o método adotado pelo autor para indicar as citações apresentadas no trabalho.

- a) Sistema Numérico – o autor utiliza números arábicos, logo após as citações, remetendo para o rodapé da página ou para a lista de referências.

Exemplo:

No texto:

“Tese é o trabalho que apresenta o resultado de um estudo científico ou uma pesquisa experimental de tema específico e bem delimitado”¹

No rodapé

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba, 2000. p. 1

- b) Sistema autor-data – a indicação da fonte é feita pelo autor, ano e página¹, antecedendo, ou após a citação.

Exemplo:

“Tese é o trabalho que apresenta o resultado de um estudo científico ou uma

¹ A indicação da página é feita somente para as citações diretas. Nas citações indiretas é opcional. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002a).

pesquisa experimental de tema específico e bem delimitado.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2000, p. 1).

Quando o autor fizer parte da sentença, o seu sobrenome é apresentado somente com a letra inicial maiúscula, seguido de ano e página entre parênteses.

Exemplo:

Segundo Perrenound (2002, p. 25) “As competências não podem ser construídas sem avaliação, porém esta não pode assumir a forma de testes com papel e lápis ou dos exames universitários clássicos.”

Quando o autor não fizer parte da sentença, é apresentado com letras maiúsculas, dentro dos parênteses, seguido de ano e página.

Exemplo:

“As competências não podem ser construídas sem avaliação, porém esta não pode assumir a forma de testes com papel e lápis ou dos exames universitários clássicos”. (PERRENOUND, 2002, p. 25).

Quando houver coincidência nos sobrenomes dos autores, deve-se acrescentar as iniciais do seu prenome. Se a coincidência permanecer, coloca-se o prenome completo.

Exemplos:

(MELO, C., 1999)

(MELO, A. D., 2003)

(MELO, Cláudia, 1997)

(MELO, Carmem, 2002)

Quando ocorrerem citações de um mesmo autor, publicadas em um mesmo ano, acrescenta-se a data, seguida de letras minúsculas.

(COSTA, 1993a)

(COSTA, 1993b)

Quando há citações indiretas (paráfrase) de documentos de um mesmo autor,

publicados em anos diferentes, devem ser separados por vírgula.

O processo ensino-aprendizagem centrado na biblioteca prescindia de investimentos financeiros anuais significativos nem sempre disponíveis. Esta dificuldade era compensada pelas doações de particulares, instituições públicas e por intercâmbios com outras bibliotecas (CARVALHO, 1998, 2002, 2003).

Citações indiretas de vários documentos e autores diferentes são apresentados em ordem alfabética.

Exemplo:

Esse modo de concepção incorpora uma proposta construtivista da realidade educativo-profissional, um conceito de reflexão na ação, definindo-o como o processo mediante o qual os futuros profissionais aprendem e introduzem mudanças a partir da análise, reflexão e teorização de sua própria atividade (NÓVOA, 1997; SHON, 2000).

As notas são utilizadas para esclarecer informações contidas no texto e podem ser apresentadas como nota de referência ou nota explicativa.

3.3.1 Notas de referência

São notas que indicam as fontes consultadas, sendo, portanto, numeradas de forma única e seqüencial.

A primeira citação da fonte deve ter sua referência completa.

³ VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno manual de divulgação científica: dicas para cientistas...** Rio de Janeiro: IAPERJ, 1999. p. 16.

expressões latinas como:

✓ Id (Idem) – mesmo autor

³ FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ, 2003, p. 5

⁴ Id. **Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**, 2004, p. 32

✓ Ibid. (Ibidem) – mesma obra

¹DEMO, 2001, p. 5

² Ibid., p. 32

- ✓ op. cit. (opus citatum) - obra citada

⁴ CASTRO, 2003, p. 5.

⁵ BRAGA, 2000, p. 42.

⁶ CASTRO, 2003, p. 5.

✓

- ✓ Cf. (confira , confronte)

³ Cf. na seção 4.2

3.3.2 Notas explicativas

São todas as informações que o autor considera importantes para complementar a compreensão do tema abordado, sem sobrecarregar a leitura do texto.

Exemplo:

No texto:

No sistema numérico, a indicação das fontes consultadas segue uma numeração única e consecutiva, remetendo para a lista de referências¹ no final do trabalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002).

¹ São organizadas em ordem alfabética, quando utilizado o sistema autor-data e sistema numérico com notas de rodapé, ou em ordem numérica, quando utilizado o sistema numérico sem notas de rodapé.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002c.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses.** Maringá: Dental Press, 2000.

FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ – FAJES. **Manual do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do curso de Secretariado Executivo Bilíngüe.** Taguatinga, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias.** 3. ed. rev. atual. e ampl. São Luís, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé.**

Curitiba, 2000a.

_____. **Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos.** Curitiba, 2000b.